



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Macapá
2017

REITORA

Profa. Dra. Eliane Superti

VICE-REITORA

Profa. Dra. Adelma das Neves Nunes Barros Mendes

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Daize Fernanda Wagner Silva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo

CORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales

COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Profa. Dra. Simone Garcia Almeida

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Profa. Dra. Simone Garcia Almeida (Coordenadora)

Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins

Prof. Dr. Edinaldo Pinheiro Nunes Filho

Profa. Dra. Julia Monerat Barbosa

Profa. Dra. Maura Leal da Silva

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO

Profa. Dra. Simone Garcia Almeida

Prof. Dr. Giovani José da Silva

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	2
1 Identificação Institucional.....	2
2 Princípios Gerais.....	2
3 Princípios Organizacionais.....	3
4 Finalidades Institucionais.....	3
5 Órgãos Internos.....	4
6 Objetivos e Funções.....	4
7 Cursos de Graduação na Modalidade Presencial.....	4
8 Cursos de Graduação e de Pós-Graduação na Modalidade de EAD	5
9 Cursos de Pós-Graduação na Modalidade Presencial.....	5
10 <i>Campi</i> Universitários.....	5
11 Administração Acadêmica.....	6
12 Colegiado do Curso de História.....	7
13 Coordenação do Curso de História.....	8
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA	9
1 Processo de Elaboração do PPC.....	9
2 Funções do Curso.....	10
3 Concepção Teórica que Embasa a Oferta do Curso.....	11
4 Histórico e Relevância Social do Curso.....	14
5 Descrição do Curso.....	15
6 Organização Didático-Pedagógica das Atividades do Curso.....	15
7 Corpo Docente.....	41
8 Política de Pesquisa e de Extensão.....	47
9 Pós-Graduação.....	53
10 Infraestrutura do Curso.....	53
11 Ementas dos Componentes Curriculares.....	54
REFERÊNCIAS	109
Apêndice A – REGIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA.....	112
Apêndice B – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	119
Apêndice C – REGULAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	120
Apêndice D – REGULAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	127
Apêndice E – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	129
Apêndice F – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	131
Apêndice G – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	136

PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

1 Identificação Institucional

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), localizada na Rodovia Juscelino Kubitschek, s/n, é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela União. Foi criada pela Lei n. 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instalada pelo Decreto n. 98.977, de 2 de março de 1990, tendo como foro a cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

2 Princípios Gerais

A missão da UNIFAP é a busca rigorosa e metódica do conhecimento por intermédio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Para tanto, devem convergir a sua organização administrativa e acadêmica, seus recursos materiais e seu corpo docente, conforme o Projeto Pedagógico Institucional (PDI) da UNIFAP, fundamentando-se para isto nos seguintes princípios:

2.1 Éticos e Políticos

- a) a Universidade orienta-se não só pelo desafio tecnológico, mas também pela questão ética, que diz respeito a toda amplitude humana;
- b) valoriza a cultura da paz como premissa para uma sociedade mais justa;
- c) prepara o profissional para conviver com as diversas formas culturais da Amazônia;
- d) proporciona formação humanista e crítico-social, por meio da convivência cotidiana;
- e) forma o profissional com senso ético e com responsabilidade social;
- f) faz prevalecer o predomínio do humano e do ambiental sobre o econômico;
- g) forma um profissional capaz de exercer a plena cidadania.

2.2 Competência Profissional

- a) forma a capacidade de intervir na relação homem-ambiente, preservando os patrimônios cultural e ambiental;
- b) garante que o conteúdo dos Cursos esteja adequado à realidade amazônica e à formação de um profissional integrado às realidades local e global;
- c) garante e possibilita a formação humana, política e socioeconômica;
- d) desenvolve a capacidade de apreender, construir e reconstruir o conhecimento, de forma que o educando possa intervir na realidade na condição de cidadão;
- e) desenvolve a capacidade de leitura das diversas realidades que rodeiam o acadêmico.

2.3 Autonomia

- a) a UNIFAP, com base na prerrogativa do Art. 207 da Constituição Federal de 1988, valoriza o espaço do pensar, criticar, criar e propor democraticamente soluções aos problemas existentes na própria instituição;
- b) a UNIFAP goza de autonomia institucional, o que lhe garante a possibilidades de elaboração de seus próprios regimentos e de suas diretrizes para os trabalhos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.4 Respeito

- a) a UNIFAP é canal permanente aberto à comunidade, pois fechada em si mesma perde seu caráter de espaço público e de integração à sociedade;
- b) a missão da Universidade, como instituição pública, é a de criar meios para a melhoria de qualidade de vida do homem, em todos os seus aspectos.

2.5 Religiosidade

a) a UNIFAP respeita os diferentes credos, conforme preceito constitucional.

2.6 Fundamentos Didático-Pedagógicos

- a) busca a qualidade e excelência no ensino, com base em uma pedagogia progressista;
- b) pratica o Planejamento Estratégico Permanente e o uso eficiente dos recursos materiais;
- c) busca a qualidade nos serviços prestados à sociedade, em forma de atividades de Extensão.

3 Princípios Organizacionais

- I Unidade de patrimônio e administração;
- II Pluralismo de ideias e de concepções;
- III Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV Racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais;
- V Universalidade de campo, pelo cultivo das áreas do conhecimento humano e das áreas técnico-profissionais.

4 Finalidades Institucionais

- I Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade amapaense e brasileira, e assim colaborar em sua formação contínua;
- III Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, bem como à criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da Humanidade e comunicar o saber por meio do Ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, além de possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os do Estado, da Região e da Nação, prestando serviços especializados à comunidade, com a qual deve estabelecer uma relação de reciprocidade;
- VII Promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Universidade;
- VIII Incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais ou estrangeiras, visando ao desenvolvimento das Ciências e das Artes, preservando a Natureza e interagindo com o ecossistema amazônico;
- IX Colaborar com entidades públicas e privadas por meio de estudos, projetos, pesquisas e serviços, com vista à solução de problemas regionais e nacionais, atentando aos valores étnicos, ecológicos, em consonância aos anseios e tradições dos povos da Região;
- X Contribuir para a formação da consciência cívica nacional, com base em princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa, considerando o caráter universal do saber.

5 Órgãos Internos

I Órgãos Colegiados Superiores:

- a) Conselho Diretor;
- b) Conselho Universitário.

II Órgãos Executivos Superiores:

- a) Reitoria;
- b) Pró-Reitorias.

III Órgãos de Assessoramento.

IV Órgãos da Administração Geral.

V Órgãos Executivos de Administração Específica.

A Reitoria é um Órgão executivo superior que coordena todas as atividades universitárias, sendo assessorada por sete Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG), Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Internacionais (PROCRI), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

6 Objetivos e Funções

I Desenvolver o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

II Desenvolver as Ciências, as Letras e as Artes;

III Prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;

IV Promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

7 Cursos de Graduação na modalidade Presencial

1. Administração (Bacharelado)
2. Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado)
3. Artes Visuais (Licenciatura)
4. Ciências Ambientais (Bacharelado)
5. Ciências Biológicas (Bacharelado)
6. Ciências Biológicas (Licenciatura)
7. Ciências da Computação (Bacharelado)
8. Ciências Farmacêuticas (Bacharelado)
9. Ciências Sociais (Bacharelado)
10. Ciências Sociais (Licenciatura)
11. Comunicação Social/habilitação em Jornalismo (Bacharelado)
12. Direito (Bacharelado)
13. Educação Física (Licenciatura)
14. Educação Intercultural Indígena (Licenciatura)
15. Educação no Campo (Licenciatura)
16. Enfermagem (Bacharelado)
17. Engenharia Civil (Bacharelado)
18. Engenharia Elétrica (Bacharelado)
19. Filosofia (Licenciatura)
20. Física (Licenciatura)
21. Fisioterapia (Bacharelado)
22. Geografia (Bacharelado)

23. Geografia (Licenciatura)
24. História (Licenciatura)
25. Letras – Português (Licenciatura)
26. Letras – Português/Francês (Licenciatura)
27. Letras – Português/Inglês (Licenciatura)
28. Matemática (Licenciatura)
29. Medicina (Bacharelado)
30. Pedagogia (Licenciatura)
31. Química (Licenciatura)
32. Relações Internacionais (Bacharelado)
33. Teatro (Licenciatura)

8 Cursos de Graduação e de Pós-Graduação na modalidade de Educação a Distância (EaD)

1. Administração Pública (Bacharelado)
2. Educação Física (Licenciatura)
3. Matemática (Licenciatura)
4. Especialização em Gestão de Saúde
5. Especialização em Mídias na Educação

9 Cursos de Pós-Graduação na modalidade Presencial

1. Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia (PPGBIONORTE)
2. Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Ciências Farmacêuticas (PPGCF)
3. Programa de Pós-Graduação/Doutorado em Inovação Farmacêutica (PPGDIF)
4. Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Ciências da Saúde (PPCS)
5. Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR)
6. Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Educação (PPGED)
7. Mestrado Profissional em Estudos de Fronteiras (PPGEF)
8. Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA)
9. Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT)
10. Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC)
11. Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE)

10 Campi Universitários

A Universidade Federal do Amapá nasceu da necessidade de prover a Educação Superior e a construção do conhecimento científico, por meio da Pesquisa e de atividades de Extensão aos habitantes de todo o Estado do Amapá. Ela está situada numa região, em princípio, com dificuldades de interconexão com os maiores centros econômicos regionais e nacionais. Presta um importante serviço à população amapaense, pois com seu corpo de professores, tem contribuído à busca de soluções de problemas locais. Dá ênfase no aperfeiçoamento do corpo docente das escolas (públicas e privadas) e na produção de pesquisas que possibilitem uma melhor compreensão das realidades local e regional. Para tanto, a UNIFAP conta com quatro *Campi* (*Campus* Marco Zero do Equador, *Campus* Santana, *Campus* Norte-Oiapoque e *Campus* Sul-Laranjal do Jari), nos quais oferta Cursos de Licenciatura e Bacharelado.

10.1 *Campus Marco Zero do Equador*

Localizado na área urbana de Macapá, capital do Estado, possui 929.517,00 m² de área. Porém, apenas 31.623,40 m² são espaços edificados, nos quais funcionam diversos cursos regulares e localizam-se as principais unidades administrativas e acadêmicas: Reitoria; Pró-Reitorias (de Administração, de Planejamento, de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e Assuntos Comunitários, de Cooperação e Relações Internacionais e de Gestão de Pessoas); Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura; Departamento de Processo Seletivo; Biblioteca Central; Coordenações de Cursos; Auditório Multiuso; Almoxarifado; Unidade Básica de Saúde; Juizado Especial; Centro de Lazer e Vivência; bem como quadra de esportes e piscina; blocos de salas de aula e laboratórios de diversos cursos.

Atualmente oferta vagas para os seguintes Cursos: Ciências Sociais, Direito, História, Licenciatura, Geografia, Letras, Pedagogia, Enfermagem, Ciências Biológicas, Artes Visuais, Matemática, Educação Física, Física, Ciências Ambientais, Medicina, Ciências Farmacêuticas, Engenharia Elétrica, Administração, Relações Internacionais, Comunicação Social, Ciências da Computação, Fisioterapia, Engenharia Civil, Teatro e Arquitetura e Urbanismo.

10.2 *Campus Santana*

Está localizado na área urbana de Santana, segundo município mais populoso do Amapá. Possui 20.000 m² de área e 1.280 m² de área edificada, com quatro blocos distribuídos entre salas administrativas, biblioteca setorial, salas de aula e laboratórios, espaços utilizados pelo Programa de Interiorização, onde funcionam os cursos de Pedagogia, Filosofia, Letras e Química.

10.3 *Campus Sul (Laranjal do Jari)*

Localiza-se em Laranjal do Jari, extremo-Sul do Estado, terceiro município mais populoso. Possui 6.000 m² de área, tendo 640 m² de área edificada, com sete (07) salas de aula e um bloco administrativo, utilizado pelo Programa de Interiorização, onde funciona o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (ProCampo).

10.4 *Campus Norte (Oiapoque)*

Localiza-se no município de Oiapoque, extremo-Norte do Amapá e do País. Possui 7.200 m² de área e 540 m² de área construída, utilizada pelo Programa de Interiorização, onde funcionam 06 salas de aula, 04 banheiros, sendo 02 masculinos e 02 femininos, 01 sala administrativa, 01 biblioteca e 01 laboratório de informática. Oferta vaga nos seguintes Cursos: Direito, Enfermagem, História, Geografia, Letras-Francês, Ciências Biológicas, Pedagogia, além de Educação Intercultural Indígena – que atende aos acadêmicos de nove etnias e se destina especificamente à formação de professores indígena.

11 Administração Acadêmica

A administração acadêmica da UNIFAP é exercida, na função deliberativa, pelos Colegiados de Cursos e, na função executiva, pelas Coordenações de Cursos. As Coordenações são órgãos de execução em matéria de administração acadêmica, subordinadas diretamente à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e aos Departamentos. A PROGRAD tem por finalidade especificar, programar, supervisionar, coordenar e avaliar as atividades de ensino de Graduação. Em suas atribuições, o Pró-Reitor de Graduação é assessorado pela Coordenação de Ensino de Graduação (COEG). Cada Curso de Graduação em funcionamento tem como representante um coordenador, escolhido pelos membros dos Colegiados de Cursos. As competências e atribuições tanto do Colegiado, como as dos coordenadores são estabelecidas no Regimento Geral da UNIFAP.

As instâncias de decisão da administração acadêmica têm a seguinte estrutura organizacional:

- I Conselho Superior Universitário;
- II Reitoria;
- III Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;
- IV Coordenação de Ensino de Graduação;
- V Departamentos;
- VI Colegiados de Cursos;
- VII Coordenações de Cursos.

12 Colegiado do Curso de História

O Colegiado do Curso de História, presidido pelo Coordenador do Curso, é um órgão normativo, deliberativo, consultivo e de planejamento acadêmico, com sede na Universidade Federal do Amapá. Tem por finalidade promover a coordenação pedagógica e a integração do Curso, sendo constituído por:

- I Coordenador/a (Presidente);
- II Vice-Coordenador/a (substituto/a eventual da Coordenação);
- III Dois/Duas representantes discentes de cada turma (titular e suplente);
- IV Total de docentes lotados na Coordenação do Curso de Licenciatura em História (CCLH) , à exceção daqueles afastados oficialmente;
- V Um/a Técnico-administrativo/a lotado na CCLH.

A representação dos professores deverá corresponder a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do total de membros do Colegiado, em qualquer caso. Para o alcance do quantitativo mínimo de que trata o parágrafo anterior, serão excluídos os representantes das turmas com menor tempo de ingresso na UNIFAP. Existindo mais de uma turma em igualdade de condições, quanto ao tempo de ingresso, decidirão os próprios representantes qual deles integrará o Colegiado.

Ao Colegiado de Curso, segundo Art. 9 de seu Regimento, compete:

- I Estabelecer o perfil profissional e as propostas pedagógicas;
- II Fixar o(s) turno(s) de funcionamento;
- III Elaborar o seu Regimento;
- IV Redigir, analisar e avaliar a proposta pedagógica do Curso e suas alterações, promovendo anualmente eventos de avaliação do Curso;
- V Propor ações para a melhoria da qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VI Elaborar, analisar e avaliar o currículo pleno do Curso e sua alteração;
- VII Deliberar sobre a utilização dos espaços físicos disponíveis;
- VIII Estabelecer medidas de acompanhamento e avaliação da execução do Plano de Trabalho da Coordenação do Curso;
- IX Fixar normas para a coordenação interdisciplinar, pluridisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, visando garantir a qualidade didático-pedagógica e respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC;
- X Julgar, em grau de recurso, sobre decisões da Presidência do Colegiado do Curso;
- XI Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões e matérias aprovadas *ad referendum* pelo/a Coordenador/a do Curso;
- XII Estabelecer normas e procedimentos à escolha de Coordenador/a, e de Substituto/a eventual do Curso;
- XIII Declarar vago o cargo de Coordenador/a do Curso;
- XIV Estabelecer medidas de análise e aprovação, bem como de acompanhamento e avaliação dos Planos de Ensino das disciplinas do Curso, Agenda Semanal de Trabalho Docente e Plano de Atividade Individual Docente (PAID), propondo alterações quando necessárias;

- XV Deliberar sobre as propostas de desenvolvimento pedagógico, Pesquisa e Extensão do pessoal docente lotado na Coordenação do Curso;
- XVI Deliberar, em seu nível, sobre questões referentes à vida funcional de docentes e Técnico-Administrativos lotados/as na Coordenação de Curso;
- XVII Deliberar sobre a ordem de saída para qualificação docente;
- XVIII Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão do Curso;
- XIX Deliberar sobre os pedidos de transferência e de retorno;
- XX Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de estudos e sua respectiva equivalência, formulados por discentes oriundos de outras Instituições de Ensino Superior, brasileiras ou estrangeiras, ou ainda de discentes possuidores de diplomas de curso superior;
- XXI Colaborar na orientação da matrícula de discentes;
- XXII Analisar as solicitações de intercâmbio e mobilidade acadêmica, no País e no Exterior;
- XXIII Deliberar sobre propostas e normas relativas à monitoria;
- XXIV Recepcionar discentes calouros/as do Curso, orientando-os/as no que se refere à organização e ao funcionamento do Curso;
- XXV Exercer as demais atribuições conferidas por Lei, na legislação em vigor e no Regimento do Curso.

13 Coordenação do Curso de História

A Coordenação do Curso de Licenciatura em História é o órgão deliberativo, composta pelo Coordenador e por seu Vice (ambos escolhidos por eleição direta, com voto secreto), bem como por um técnico-administrativo (indicado pela PROGRAD). A CCLH é responsável pelo gerenciamento de recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, somando-se a Interiorização. Neste sentido, a maior função da Coordenação é refletir, analisar, discutir e deliberar sobre questões acadêmicas e administrativas de competência do Colegiado.

Conforme o Art. 32 do Regimento do Curso compete ao Coordenador:

- I Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II Representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- III Executar as deliberações do Colegiado;
- IV Baixar atos normativos e designar Relator/a ou Comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado de Curso;
- V Decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;
- VI Elaborar semestralmente os horários de aula, primando pelas condições de igualdade promovendo rodízio dos dias de aulas para docentes que ministram disciplinas no Curso;
- VII Orientar discentes quanto à matrícula e integralização do Curso;
- VIII Indicar à COEG e ao DERCA, disciplinas e horários, que serão oferecidas a cada período letivo;
- IX Registrar no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) a oferta de disciplinas e seus horários;
- X Analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno dos discentes;
- XI Decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência de discente;
- XII Decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares de discentes;
- XIII Encaminhar aos docentes responsáveis, processo de validação de créditos de disciplinas cursadas em outras IES, obedecida a legislação pertinente;
- XIV Verificar o cumprimento do currículo do Curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico a discentes concluintes;
- XV Decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade;

- XVI Promover equivalência de disciplinas da matriz curricular do Curso de História com aquelas integrantes de outros Cursos;
- XVII Coordenar as atividades teórico-metodológicas do PPC de História, em todas as suas modalidades;
- XVIII Coordenar os processos de reestruturação e avaliação do PPC de História;
- XIX Atuar como interlocutor/a do Curso de História;
- XX Zelar pelo cumprimento e divulgação do Regimento do Curso junto a discentes e docentes de História;
- XXI Delegar competência para execução de tarefas específicas;
- XXII Supervisionar as atividades da Secretaria dos Cursos de História;
- XXIII Encaminhar a escala de férias de Servidores/as docentes e Técnico-Administrativos;
- XXIV Elaborar os relatórios de atividades da Coordenação de Curso;
- XXV Exercer as demais atribuições previstas em Lei, em normas da UNIFAP ou no Regimento do Curso.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

1 Processo de Elaboração do PPC

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História (PPC) foi produzido após discussões com a comunidade acadêmica, realizadas em diversos encontros conduzidos pelas comissões de elaboração do presente documento. Neste sentido, este PPC parte da análise da realidade concreta, a qual mobiliza dados empíricos e instrumentos teóricos, visando à produção de conhecimentos e sua aplicabilidade técnica, política e educacional. De forma geral, buscou-se por meio deste PPC, possibilitar a construção de uma reflexão crítica sobre a prática do profissional de História, com vista à melhoria da qualidade do ensino superior na área de História.

Para isso, levou-se e leva-se em consideração a complexidade histórica das realidades brasileira, amazônica e amapaense. O que remete à proposição de um Curso pautado em um diálogo social com interlocutores de diferentes lugares e escalas, e cujo escopo é uma matriz curricular que garanta a formação de habilidades e competências históricas necessárias ao discente do Curso. A formação do Licenciado em História ocupa, portanto, o primeiro plano neste PPC. Por isso investiu-se no fortalecimento curricular com a inclusão de novas disciplinas para atender, principalmente, às necessidades sociais e às regulamentações do MEC. Por ter uma dimensão inclusiva, a proposta pedagógica do Curso, ao longo da formação acadêmica, garante a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Educação Inclusiva, voltada para a inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE).

Com efeito, o Projeto que ora é apresentado está pautado na realidade do Curso de História. Em sua construção, levou-se em consideração as dificuldades pedagógicas e metodológicas que decorrem, dentre outros fatores, da carência de infraestrutura e da necessidade de adequar à proposta curricular ao contexto histórico da Região. Contudo, para a efetiva implantação desse Projeto, é necessário o envolvimento de todos os segmentos desta IFES, assumindo suas responsabilidades e compromissos, dentre os quais destacam-se: a realização de trabalho coletivo para o alcance da qualidade de ensino; a construção do conhecimento, calcada na infraestrutura física e pedagógica adequada; a valorização profissional; a qualidade da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

Assim, com a realização desse projeto, espera-se que aumentem as possibilidades para que o profissional formado em História possa desenvolver suas atividades com qualidade, de forma integrada a outras Ciências, com capacidade de resolver questões de ordem teórica e prática, considerando princípios éticos. Espera-se que este PPC favoreça a formação de um profissional preparado para o uso e aplicação dos conhecimentos históricos à dinâmica social, local e regional.

Este projeto está respaldado nas seguintes normativas: Resolução CNE/CP n. 02/2015 (institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica); Resolução n.13/2002

CNE/CES (aborda as Diretrizes Curriculares para o Curso de História); Leis de números 10.639/2003 (altera a LDB/96, incluindo no currículo a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura Afro-Brasileira”); 11.645/2008 (altera a LDB, modificada pela Lei 10.639/2003, tornando obrigatória no currículo a temática “História e cultura Afro-Brasileira e indígena”); Resolução n. 01/2004 (institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais); Lei n. 10.436/2002 (dispõe sobre o ensino de LIBRAS); Decreto n. 5.626/2005 (regulamenta a Lei 10.236/2002); Parecer n. 14/2012 - CNE/CP (institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental); e Lei n. 9.394/1996 (institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Fundamenta-se também no Estatuto da UNIFAP, Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 e Relatório de Autoavaliação.

2 Funções inerentes ao Curso

2.1 Política: decorre da atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com as inovações tecnológicas, predominância do instantâneo e do simultâneo, complexas interações entre as esferas que vão do local ao global e o aprofundamento de desigualdades sociais. Todos esses aspectos exigem que a História pense sua função política, de modo a interpretar, explicar e propor mudanças nesta realidade complexa e dinâmica.

2.2 Ética: corresponde à emergência de novos atores sociais na Amazônia, a exemplo de comunidades locais, grupos indígenas e populações negras, que têm despertado um profundo debate ético acerca da relação desses grupos com as propostas de desenvolvimento para a Região. Tais fatores exigem por parte do Curso uma maior responsabilidade quanto à incorporação dessas demandas no Ensino e na Pesquisa. Ademais, o crescente debate das Ciências Sociais sobre as questões de gênero, a pluralidade de identidades e patrimônios, as migrações e as novas territorialidades impõe um compromisso ético com a formação de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade sociocultural e que defenda os direitos humanos.

2.3 Inovadora: refere-se não apenas ao acompanhamento das tendências inovadoras e modernizadoras da dinâmica social, como também ao debate acerca dos efeitos dessas mudanças em diferentes esferas do social - educação, política, economia, cultural etc.

2.4 Articuladora: relaciona-se à integração institucional, política e epistemológica do Curso de História, ou seja, às suas relações com os vários Cursos desta IFES; além dos segmentos da administração; das demais instituições públicas e privadas – escolas públicas, instituições governamentais e não governamentais; movimentos sociais; comunidades locais e grupos indígenas.

2.5 Identificadora: diz respeito à construção da identidade do Curso, considerando a relação do Curso de História, seus docentes e discentes com contexto social em que estão inseridos.

2.6 Avaliadora: consiste no favorecimento da avaliação crítica, permanente e propositiva do Curso de História e do papel assumido pelo Curso e pela Instituição.

2.7 Viabilizadora: é concernente ao estabelecimento de ações, projetos e mecanismos para a viabilização material e didática da proposta pedagógica do Curso e do Projeto Institucional da UNIFAP.

2.8 Formadora: representa a construção de materiais, organização de conteúdos e estabelecimento de critérios avaliativos necessários à formação do profissional Licenciado em História - um profissional competente e um cidadão crítico.

3 Concepção Teórica que Embasa a Oferta do Curso

O Curso de História tem perfil voltado à História da Amazônia e do Amapá, concebendo o educador como agente capaz de ser mediador do conhecimento histórico na esfera pedagógica. Desta forma, a matriz curricular contempla uma qualificação profissional com competência técnica, política, social e humana. Isto porque não basta ao professor de História a familiaridade com os conteúdos pedagógicos, mas também a consciência de que precisa ser um investigador e um problematizador de sua prática.

Busca-se com isso um conhecimento prático que permeie todas as ações docentes do cotidiano escolar e concomitantemente, uma reflexão durante esta ação. Para o exercício da reflexão docente é preciso potencializar os diversos conhecimentos no processo de formação do discente, por meio do repensar a realidade. Isso tudo envolve que o professor compreenda o conhecimento subjacente à sua atuação para que possa ampliá-lo, transformá-lo, recriá-lo e torná-lo alimento para novas ações.

Os desafios do mundo contemporâneo exigem do futuro professor a compreensão das questões envolvidas em seu trabalho, bem como a identificação e resolução de problemas, a autonomia para tomar decisões, a responsabilidade pelas opções feitas. Requer, ainda, que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua, além de interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade.

Portanto, o domínio da dimensão teórica do conhecimento para a atuação profissional é essencial, mas não é suficiente. É preciso saber mobilizar o conhecimento em situações concretas, qualquer que seja sua natureza. Nessa ótica, a instrumentalização de competências, deve refletir nos objetivos da formação, na eleição de seus conteúdos, na organização institucional, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os professores em formação.

A compreensão que caracteriza a situação específica do profissional da educação é descrita por alguns autores como homologia de processos. Homologia que evidencia a necessidade de que o futuro professor tenha como experiência durante seu processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, métodos de pesquisa, análise e interpretação de dados, capacidades e modos de organização que venham a ser desempenhados nas suas práticas pedagógicas ou acadêmico-científicas. Ninguém promove o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de desenvolver em si mesmo. Ninguém promove a aprendizagem de conteúdos que não domina, nem a constituição de significados que não possua ou a autonomia que não teve oportunidade de construir. Nesse sentido, o formador e o formando movem-se em situações isomorfas: a da atuação prática do formador e a da aprendizagem do futuro profissional sendo preparado para atuar na área de sua escolha.

Entende-se que a aquisição das competências requeridas ao professor deverá ocorrer mediante ação da teoria-prática, ou seja, um fazer articulado com a reflexão e sistematização teórica desse fazer. A aprendizagem por competências supera a dicotomia teoria-prática, definindo-se pela capacidade de mobilizar múltiplos recursos em uma mesma situação. Nesse sentido, destacam-se os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações de trabalho.

Na aquisição das competências é imprescindível que haja coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro licenciado, derivando daí o conceito de simetria invertida. Isso significa que a preparação do licenciado tem uma peculiaridade muito especial: ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, o que implica que deve haver coerência absoluta entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional.

Desse modo, é necessário que existam ações direcionadas para o desenvolvimento de uma postura interdisciplinar. Compartilhar saberes é um elemento essencial para a constituição de um campo específico de produção de conhecimento para a atuação pedagógica e condição da criação de uma nova identidade

do professor. Decorre daí, a necessidade de se repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem focadas em situações-problema ou no desenvolvimento de projetos que possibilitem a interação dos diferentes saberes, que podem estar organizados em áreas ou disciplinas.

O professor, muitas vezes, lida com situações que não se repetem nem podem ser cristalizadas no tempo, aguardando uma certeza ou uma nova alternativa de ação. Como outros profissionais, precisa, permanentemente, fazer ajustes entre o que planeja ou prevê e aquilo que acontece na interação com os alunos. Boa parte dos ajustes tem que ser feita em tempo real ou em intervalos muito curtos, minutos e horas, na maioria dos casos – dias ou semanas, na hipótese mais otimista –, sob risco de passar a oportunidade de intervenção no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, os resultados das ações de ensino são previsíveis apenas em parte e o contexto no qual se efetuam é complexo e indeterminado, dificultando uma antecipação exata do produto final. Ensinar requer dispor e mobilizar conhecimentos para improvisar, intuir, atribuir valores e fazer julgamentos que fundamentem a ação mais pertinente e eficaz possível.

A pesquisa é conteúdo a ser ensinado aos alunos da Educação Básica, em cujos parâmetros e referenciais que orientam os currículos e procedimentos de pesquisa aparecem conteúdos a serem ensinados no campo de diversas áreas. É imprescindível, portanto, que os professores não só dominem esses procedimentos de pesquisa, como também aprendam a construir situações didáticas para ensiná-las aos seus futuros alunos. Assim, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem, é preciso que o professor saiba usar determinados procedimentos comuns àqueles empregados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação e outros.

No decurso de sua formação, o acadêmico deverá experimentar as atitudes, modelos didáticos, métodos de pesquisa, análise e interpretação de dados, capacidades e modos de organização que se pretende venham a ser desempenhados ainda na fase acadêmico-científicas ou até mesmo nas futuras práticas pedagógicas. Para que esse processo ocorra, é indispensável que as situações de aprendizagem proporcionem o contato efetivo com a realidade vivida na qual o indivíduo está inserido, para a qual é formado. Esses elementos são a razão e a condição para a superação da dicotomia teoria-prática.

Há muito, a formação de professores é objeto de discussão. Sinalizando, assim, que não se pode continuar tomando teoria e prática como campos que não se comunicam entre si e a serem aprendidos em processos isolados e posteriormente articulados. A superação disso requer que se desenvolvam estratégias de aprendizagem, na formação de professores, que lhes propiciem a aquisição das competências consideradas básicas para o exercício da profissão. O desenvolvimento de competências pede outra organização do percurso de aprendizagem, no qual o exercício das práticas profissionais e da reflexão sistemática sobre elas ocupa um lugar central.

O enfoque dado à dimensão prática, porém, não implica descartar o domínio da dimensão teórica do conhecimento, e sim redimensionar a organização curricular dos cursos de formação de professores. Isto sempre buscando subordinar os conhecimentos gerais e específicos a serem construídos nas diversas etapas de aprendizagem à sua finalidade última: assegurar aos futuros professores condições suficientes para o exercício de sua profissão, as quais são entendidas como favoráveis ao desenvolvimento de competências e à aquisição dos conhecimentos requeridos para esse exercício.

É conveniente registrar que na construção do PPC atentou-se às considerações da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), a qual defende, com muita propriedade, a necessidade de garantir a qualidade do Curso, a profissionalização do historiador, a qualificação do professor, além da consciência da indissociabilidade entre Ensino, da Pesquisa e da Extensão, no âmbito da Universidade.

Destaca-se que a pesquisa que se desenvolve no contexto da sala de refere-se, antes de tudo, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento de

seus alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino. A proposta é de possibilitar aos alunos do Curso, nas disciplinas de Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Docência,¹ visualizar o cotidiano escolar como ambiente de pesquisa e um *locus* para vivenciar experiências pedagógicas, que só a teorização não permitiria. Nesse sentido, o conceito de professor prático-reflexivo permeará todo o processo acadêmico-científico.

Como não é possível pensar docência sem pesquisa,² torna-se necessária essa competência para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas. Para tanto, um dos focos principais é a dotação de instrumentos básicos para o domínio do complexo exercício da pesquisa e da escrita da História. Por outro lado, é importante à autonomia dos docentes que eles saibam como os conhecimentos que ensinam são produzidos, quer dizer, que tenham noções básicas de contexto e métodos de investigação usados pelas diferentes Ciências, para que não se tornem meros repassadores de informações. Tais procedimentos são necessários para ressignificar continuamente os conteúdos, contextualizando-os nas situações reais.

Além disso, o acesso aos conhecimentos produzidos pela investigação acadêmica, nas diferentes áreas de conhecimento, alimenta o desenvolvimento profissional e possibilita ao professor manter-se atualizado. Assim, torna-se possível fazer opções em relação aos conteúdos, à metodologia e à organização didática dos conteúdos que ensina, de forma mais qualificada.

A pesquisa na formação de professores deve, portanto, ser contemplada de modo a garantir: a produção de conhecimento pedagógico que favoreça a construção e reconstrução dos procedimentos necessários para promover e acompanhar o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos; a compreensão dos processos de produção de conhecimento nas ciências como, por exemplo, naquelas disciplinas com as quais interagem os conhecimentos escolares que ensina (História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, História da América, História do Brasil, História da Amazônia, História do Amapá); naquelas que dão suporte a seus trabalhos de educador (Psicologia da Educação, Abordagens Interdisciplinares, Teoria da História, Oficinas Pedagógicas); naquelas que se dedicam a investigar os processos de aprendizagem dos diferentes objetos de conhecimento (Didática); o conhecimento atualizado das teorias e informações que as pesquisas acadêmico-científicas produzem (Patrimônio Histórico, Cultural e Natural, Historiografia Brasileira, História da Amazônia, História do Amapá, História Africana e Afro-brasileira, História Indígena e Metodologia do Ensino de História).

Assim, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o professor necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos comuns aos usados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação e outros. Com esses instrumentos, poderá, também, ele próprio, produzir e socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático.

A pesquisa constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação, especialmente importante para a análise dos contextos em que se inserem as situações cotidianas da escola, para construção de saberes que ela demanda e para a compreensão da própria implicação na tarefa de educar. Ela possibilita que o professor em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências e, desse modo, possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara, referentes aos processos de aprendizagem e a vida dos alunos.

¹ É importante ressaltar que essas vivências não estarão destinadas apenas nas disciplinas indicadas, como será possível perceber nas componentes curriculares propostas pelo Curso. As Atividades Acadêmicas Científico-Culturais também foram articuladas para reforçar essa relação teoria-prática-teoria.

² Para Paulo Freire, os saberes necessários para a prática pedagógica não podem estar desassociados da percepção de que não há docência sem pesquisa, visto que o conhecimento produzido pelo pesquisador está voltado para um público discente. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

4 Histórico e Relevância Social do Curso

4.1 Histórico do Curso

A oferta de ensino superior no Amapá iniciou na década de 70, século XX, por intermédio do convênio firmado entre o Governo do então Território Federal do Amapá e a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de qualificação e habilitação do pessoal já em exercício docente nas unidades de ensino amapaense. Neste momento, instalou-se o Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, em Macapá (NEM), na forma de Extensão do Centro de Educação da UFPA, ofertando diversos cursos, dentre os quais o de Licenciatura em Estudos Sociais, transformado em Licenciatura Plena em História no ano de 1979.

Em agosto de 1986, pela Lei Federal n. 7.530 foi criada a Universidade Federal do Amapá, que contudo só foi instituída em março de 1990, pelo Decreto n. 98.997, período no qual se registrou a atuação em conjunto com o NEM. No ano de 1991, após a realização do processo seletivo de então – Exame Vestibular –, a UNIFAP passou a oferecer 9 (nove) Cursos de Graduação, dentre os quais o de História, com dupla formação (Licenciatura e Bacharelado), em uma única matriz curricular, até a Turma 2005, quando ambas as formações foram desmembradas, mantendo em comum apenas o Núcleo Básico. Desta forma, a Licenciatura voltou-se à formação de agentes pedagógicos do conhecimento histórico, enquanto o Bacharelado buscou formar pesquisadores aptos para integrar centros de pesquisas e documentação, bem como assessoria em museus e centros de memória. Tal situação perdurou até 2015, ocasião em que o Bacharelado foi extinto, mantendo-se apenas a oferta para as turmas em andamento, com a permanência da Licenciatura, que passou a ter oferecer processo seletivo para duas turmas por ano – uma à tarde e a outra à noite.

4.2 Relevância Social do Curso

O conhecimento da História é uma necessidade cada vez mais premente no mundo globalizado, constituindo fator de atualização e compreensão dos fenômenos atuais. As disciplinas do Curso são oferecidas de forma a permitir uma visão ampla e objetiva do mundo atual, capacitando o aluno a refletir acerca da realidade brasileira inserida num contexto global, bem como interpretar as mudanças mundiais numa perspectiva histórica.

Conforme o PDI 2015-2024 (BRASIL/UNIFAP, 2015), a Instituição desenvolve historicamente um papel relevante na formação de docentes e técnicos do Amapá. No período de 1999 a 2009, a UNIFAP estabeleceu e executou convênios com as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios para garantir formação continuada, por meio de Polos Universitários, ofertando Licenciatura aos respectivos profissionais da educação.

A implantação do atual Projeto Pedagógico Institucional - PPI (BRASIL/UNIFAP, 2001) está centrada na reestruturação dos Projetos Pedagógicos de cada Curso. Toma como referência a construção das condições de tornar efetiva a formação dos egressos com o perfil de profissional estabelecido pela Instituição e pelo mercado. A ideia é que a reestruturação curricular dos Cursos esteja vinculada às vocações do Estado do Amapá, destacadamente àquelas relativas às questões amazônicas, como o meio ambiente e a biodiversidade.

Neste sentido é que se levou em conta, na atual reformulação curricular, a questão do mercado de trabalho, que se apresenta promissor porque tanto a rede estadual, como a particular de ensino vêm crescendo gradativamente. O aluno formado em História poderá exercer a docência no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em escolas públicas ou privadas, além de cursos de capacitação como pré-vestibulares, como também dedicar-se à pesquisa e à elaboração de trabalhos científicos.

O professor de História pode ser também convidado por instituições públicas e privadas para atuar em projetos de preservação do patrimônio cultural e em assessorias e consultorias a diferentes organizações. A aproximação que está acontecendo entre as diferentes áreas do conhecimento, por sua vez, abre a possibilidade de trabalho em programas multidisciplinares. Por isso optou-se por ampliar o número de vagas de 50 para 80 – duas turmas de 40 alunos, uma funcionando no turno da tarde e outra à noite³ – e encerrar o Curso de Bacharelado em História, em função da pequena demanda para a atuação de bacharéis em História, no âmbito do Estado.

Na reformulação curricular há um destaque para questões como o meio ambiente, o patrimônio histórico natural e cultural, a arqueologia, o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Indígena. Essas temáticas devem ser levadas em consideração ao se ensinar História na Região Amazônica, especialmente no Amapá, que possui um vasto patrimônio arqueológico, e numerosas populações indígenas e afrodescendentes.

5 Descrição do Curso

Denominação: Licenciatura em História

Forma de ingresso: Processo Seletivo Regular (via Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM), e por Processo Seletivo Especial (*Vestibulinho*).

Número de vagas: 80 (distribuídas em duas turmas, cada uma com 40 vagas).

Grau: Licenciatura.

Turnos de funcionamento: tarde e noite.

Modalidade da oferta: presencial.

Regime de matrícula: semestral.

Título conferido: Licenciado em História.

Duração: 4 (quatro) anos.

Período para integralização: 8 semestres (no mínimo) e 12 semestres (no máximo).

Carga horária total: 3.690 horas (em módulo-aula de 60 min.)

Portaria de Reconhecimento: Portaria MEC n. 1.482/95, de 6 de dezembro de 1995.

Coordenadora: Profa. Dra. Simone Garcia Almeida

6 Organização Didático-Pedagógica do Curso

6.1 Objetivos

6.1.1 Geral

Formar, por meio de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, discentes aptos para a inserção em setores profissionais que – visando ao desenvolvimento humano na sociedade amapaense e brasileira –, promovem o ensino da História e a valorização do patrimônio cultural, bem como para colaborar na difusão dos instrumentos intelectuais (conteúdos, conceitos, métodos, etc.) que favoreçam o entendimento do homem e do meio em que vive.

6.1.2 Específicos

- Preparar profissionais com competência, habilidade e atitude para atuar no magistério de Ensino Fundamental e Médio, bem como em órgãos e instituições de pesquisa e como assessores em programas culturais e preservação do patrimônio histórico, cultural e natural;
- Habilitar profissionais capazes de conhecer as principais vertentes teóricas que orientam as análises históricas e acompanhar os avanços metodológicos da Ciência histórica e da educação;

³ Conforme no PDI/UNIFAP, há o interesse institucional em ampliar o número de turmas funcionando no período noturno.

- Realizar de forma crítica a articulação entre a teoria e prática, no exercício da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Perceber o espaço escolar como um *locus* de pesquisa, na qual a reflexão sobre a sua prática também deve ser constantemente investigada e repensada.

6.2 Perfil do Egresso

6.2.1 Processo de Formação

Como é destacado no PDI da UNIFAP, esta IFES desde a sua fundação, vem procurando acompanhar as transformações da realidade, objetivando e participando no processo histórico quando da inclusão dos seus alunos no mercado do trabalho e no contexto social. Tem desempenhado um papel muito importante como catalisadora do processo de formação de recursos humanos qualificados para o Amapá e, por conseguinte, para o Brasil.

Neste sentido, a UNIFAP, e particularmente o Curso de História, vêm propiciando aos acadêmicos as condições para exercerem efetivamente suas profissões de forma sólida, autônoma e criativa. Vale salientar que grande parte dos alunos tem sido aprovada, com destaque, em concursos públicos, antes mesmo da conclusão de seu Curso. Assim, também tem ocorrido na iniciativa privada.

O Curso de História da Universidade Federal do Amapá se propõe a habilitar professores para a área de História, dentro de um perfil profissiográfico que se caracteriza pela autonomia intelectual baseada em sólido suporte teórico-metodológico. O Curso de História certamente fornecerá os conhecimentos, as competências e as habilidades iniciais e necessárias para a formação de um profissional preparado para ministrar conteúdos e interpretar cada sociedade segundo contextos históricos distintos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), Título V, Capítulo IV, Art. 43, ao definir a finalidade da Educação Superior, recomenda que a formação do perfil do aluno egresso atente para as seguintes metas:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Diplomar alunos nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da Humanidade, comunicando o saber por meio do ensino, publicações ou outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, integrando os conhecimentos acumulados historicamente;
- Fortalecer o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover atividades de Extensão, abertas à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes de estudos e pesquisas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais.

Espera-se que o egresso constituído com esse perfil faça jus ao espírito da Constituição Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 205, no qual consta que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL/CF, 1988).

6.2.2 Competências e Habilidades

O graduado em História deverá, portanto, estar capacitado ao exercício do trabalho docente, em todas suas dimensões. Condição que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico, das práticas essenciais de sua produção e difusão, e de um conjunto de competências e habilidades, como:

6.2.2.1 Gerais:

- Potencial para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de História;
- Compreensão do significado das produções históricas, em seus aspectos mais amplos, reconhecendo toda a complexidade envolvida nestes processos, localizando-os no tempo e no espaço;
- Habilidade para situar-se no tempo presente, compreendendo as contingências do mundo contemporâneo e reconhecendo as principais transformações científicas, filosóficas, sociais e históricas pelas quais os grupos humanos têm passado;
- Capacidade de estabelecer relações temporais coerentes, sequenciais ou simultâneas, entre diferentes marcos históricos, reconhecendo a existência de complexas injunções de ordem cultural, econômica, política e social que sustentam e permitem a emergência de tais acontecimentos;
- Domínio das principais referências bibliográficas que constituem o campo do saber histórico e da educação, distinguindo-as por área teórica e por abordagem metodológica;
- Habilidade de localizar, identificar, analisar e sintetizar dados sobre processos recentes ou do passado;
- Reconhecimento de relatos históricos como formas narrativas construídas por sujeitos históricos, submetidas às determinações de vários tipos;
- Conhecimento da pluralidade de fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam múltiplas facetas da produção humana, evitando categorizações meramente redutoras e funcionais, buscando devolver aos processos históricos sua carga de complexidade e dinamicidade;
- Percepção do papel das ações do sujeito nas transformações dos processos históricos, observando como se dá a relação entre a liberdade de escolha e a determinação da sociedade;
- Acompanhamento e participação do debate historiográfico contemporâneo, considerando-se abordagens sobre temas clássicos e contribuindo para a criação e inclusão de novos objetos de estudo;
- Produção de artigos e textos acadêmicos que contribuam para a construção de conhecimento histórico em nível regional, nacional e internacional, mantendo respeito e reconhecimento a autorias intelectuais, devendo mencionar corretamente as fontes de informações e consultas;
- Condição para estimular o conhecimento das sociedades pretéritas e contemporâneas, nas escalas mundial, nacional, regional e local;
- Percepção da aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos.

6.2.2.2 Específicas:

- Domínio de conteúdos básicos, objeto de ensino-aprendizagem nos Ensinos Fundamental e Médio;
- Compreensão de técnicas e métodos pedagógicos que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Estas competências e habilidades visam atender às demandas sociais em uma época em que o campo possível de atuação dos professores formados em História ampliou-se muito e conduziu à elaboração de Diretrizes Curriculares bem mais abertas e flexíveis do que as anteriores.

6.3 Organização Curricular e Metodológica:

Na seleção e na organização dos conteúdos abordados no Curso são levadas em conta sua relevância social e contribuição para o desenvolvimento intelectual e cultural do aluno. Além do mais, busca-se atender às exigências das Resoluções e Decretos do MEC, conforme descrito a seguir:

- A Lei n. 11.645/2008 que altera a LDBEN/1996 e torna obrigatório no currículo o ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008a) e a Resolução CNE/CP n. 01/2004 (BRASIL, 2004), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura-Afro-Brasileira e Africana. Inclui-se quatro disciplinas: História e Culturas Africana, História e Culturas Afro-Brasileira, História e Culturas Indígena, Prática Pedagógica IV (ênfase em História e Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas), além de uma Oficina Pedagógica Extensionista sobre Educação e Relações Etnicorraciais. Essas temáticas também serão debatidas de forma interdisciplinar, na qual múltiplas disciplinas farão discussões que envolvam tais problemáticas, sendo devidamente explicitadas nas ementas.
- Lei n. 9.795/1999 (BRASIL/CNE, 1999), que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como o Decreto n. 4.281/2002 (BRASIL, 2002), que a regulamenta, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e o Parecer n.14/2012 (BRASIL, CNE, 2012b) que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental (BRASIL/CNE/2012b). Para atender tais dispositivos legais, definiu-se pela oferta de Oficina sobre Educação Ambiental. Para fortalecer a discussão ambiental incluiu-se uma disciplina optativa, História Ambiental, para ampliar conhecimentos sobre a temática aos alunos que tenham um interesse maior sobre essa área do conhecimento. Busca-se também abordar a temática com uma discussão interdisciplinar, envolvendo várias disciplinas do Curso, tais como: História Antiga, História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil, História da Amazônia e História do Amapá;
- Parecer CNE/CP n. 8/2012 (BRASIL/CNE, 2012a), que recomenda instituição de Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, além da Resolução CNE/CP n. 1 /2012 (BRASIL/CNE, 2012), a qual estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Optou-se por discussão interdisciplinar envolvendo História Moderna, História Contemporânea e História do Brasil, bem como a inclusão de Oficina sobre Educação e Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP n. 2/2015 (BRASIL/CNE, 2015), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Cursos de Licenciatura, Cursos de Formação Pedagógica para graduados e Cursos de segunda Licenciatura) e para a Formação Continuada. Ressalta-se que tais ordenamentos enfatizam, ainda, a necessidade da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais; Educação Especial; bem como abordar questões sócio ambientais, éticas, estéticas e as relativas à diversidade de gênero, sexual, religiosa e geracional. Neste sentido, tais assuntos serão discutidos de forma interdisciplinar em diversos componentes curriculares, como também no âmbito específico da disciplina LIBRAS e das Oficinas sobre Educação Inclusiva e Educação e Diversidade. No sentido de aprofundar essas discussões, para aqueles alunos que tenham interesse nessas temáticas, incluíram-se algumas disciplinas optativas, tais como História das Religiões, Religião e Sociedade na Amazônia, Ensino de História e relações de gênero e sexualidade, História e Sexualidade e História das Mulheres e História das relações de gênero.
- Resolução CNE/CP n. 2/2015 (BRASIL/CNE, 2015), em seu Art. 13, § 5º. Em função de estipula esta normativa sobre o tempo dedicado à dimensão pedagógica não será inferior a quinta parte da carga horária total do Curso, a matriz curricular de História passou a contar com diversas disciplinas de cunho pedagógico, são elas: Metodologia do Ensino de História, Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de História, Educação Patrimonial, Didática, Política e Legislação Educacional Brasileira,

Psicologia da Educação, LIBRAS e Oficina de Produção de Material Didático. Da mesma maneira, ofertaram-se Oficinas Pedagógicas Extensionistas: Educação e Diversidade; Educação Inclusiva; Educação e Direitos Humanos; Educação e Relações Etnicorraciais, Educação Ambiental, perfazendo um total de 885 horas. Além dessas disciplinas obrigatórias, o Curso oferece também várias Disciplinas Optativas no campo da educação, dentre as quais destacam-se: Avaliação Educacional no Ensino de História; História da Educação Brasileira; Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos.

- Resolução CNE/CP n. 2/2015 (BRASIL/CNE, 2015). Tal Resolução exige também que o PPC promova sólida abordagem teórica e interdisciplinar, tendo como princípio da formação do profissional do magistério as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural, destacando a docência como:

[...] ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Com base no exposto, o Curso de Licenciatura em História voltou-se ao desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara, em nome da efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, as atividades interdisciplinares passaram a ocorrer por meio de Temas Transversais, entendidos como o conjunto de assuntos e conteúdos de natureza social, que não se configuram como disciplinas, tem características interdisciplinares e precisam ser tratados de forma transversal na matriz curricular (BRASIL/SEF, 1998).

Nas últimas décadas os educadores de várias áreas tem se preocupado com a formação integral do educando e não apenas com a transmissão dos conteúdos científicos. O trabalho com temáticas transversais, pelo fato de abrangerem temas sociais, colabora fortemente para essa formação integralizadora. Portanto a formação do futuro professor de história deve estar comprometida com a dignidade da pessoa, a cidadania, a igualdade de direitos, a participação e a corresponsabilidade pela vida social como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Para que os professores possam atuar de forma interdisciplinar/transversal é necessário que o trabalho, conjunto e organizado, seja realizado no local de desenvolvimento das atividades laborais. Como destaca Silva Júnior (*apud* FIGUEIRÓ, 2000, p. 16), “sem a presença física do trabalhador individual o ‘trabalho coletivo’ não se constitui, mas também o projeto político não se elabora.” Portanto, os professores vão precisar despende parte do seu tempo para se reunirem, planejar, dividir tarefas, avaliar e replanejar as estratégias que serão utilizadas para com conteúdos próprios da transversalidade. Neste caso, para que se possa atuar de forma interdisciplinar e transversal é indispensável um maior número de reuniões entre os professores.

É na confluência dos temas transversais que os professores podem chegar ao processo de redimensionamento do significado do seu trabalho. A partir daí é possível promover mudanças na prática pedagógica, que consigam articular adequadamente teoria e prática, passado-presente-futuro, bem como o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Como bem destacam Schiavon e Santos (2012, p. 95), “o educador deve tomar o cuidado de não trabalhar esses conhecimentos, temas ou conteúdos específicos de forma isolada ou fragmentada.” Daí que a ideia não é incluir a discussão das temáticas transversais de forma estanque em cada uma das disciplinas, pois dessa forma não se desenvolveria uma prática interdisciplinar. O objetivo é explorar as temáticas de forma orgânica, partindo de um estudo de reflexão que se daria em reuniões pedagógicas, antes de cada semestre, levando-se em consideração o conteúdo inerente a cada tema, à realidade cotidiana, aos saberes

e práticas dos acadêmicos etc. Os autores apontam que professores, neste caso, os do Curso de História, podem perceber a relação entre o conhecimento histórico e as problemáticas sociais do tempo presente, a fim de elaborar práticas pedagógicas que fortalecem a alteridade, conforme os termos a seguir:

O conhecimento histórico é, então, um conjunto de informações a ser trabalhado de forma a historicizar as questões do presente e problematizá-lo, bem como revisitar o passado, com o intuito de construir um olhar sobre si mesmo e sobre a sociedade em geral, percebendo permanências e rupturas, tendo como horizonte a problematização da realidade local e a formação de cidadãos política e socialmente envolvidos com os problemas e demandas de sua escola e comunidade. (SCHIAVON; SANTOS, 2012, p. 97).

Tais reuniões serão organizadas pelo NDE com a participação de todos os professores, nas quais, a partir das disciplinas e oficinas a serem ofertadas e com base nas reflexões e discussões, definir-se-iam as temáticas a serem trabalhadas, os conteúdos, as metodologias e estratégias de ensino, as avaliações, dentre outras questões pedagógicas. Portanto, nas ementas de cada uma das disciplinas encontram-se apenas os conteúdos principais a serem abordados. As estratégias para a transversalidade das temáticas, por necessitarem de uma abordagem interdisciplinar, serão tratadas nessas reuniões.

Em função de o próximo segmento do texto tratar-se de um processo contínuo de construção do saber, optou-se pela composição de um currículo estruturado a partir de núcleos articuladores do conhecimento. Assim, tais núcleos foram estruturados da seguinte forma:

6.3.1 Núcleo Básico

Refere-se aos conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, com diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, problematizam os grandes recortes espaço-temporais. O propósito neste contexto é de preservar as especialidades constitutivas do saber histórico e estimular, simultaneamente, a produção e difusão do conhecimento.

O PPC apresenta um conjunto de matérias integrantes da História Universal, tal como se distribuem tradicionalmente, segundo uma nomenclatura que, embora possa ser dita como obsoleta, é bastante empregada: História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, História das Américas, História do Brasil, História da Amazônia, História do Amapá. Agregadas a estas tradicionais disciplinas, o Curso contempla alguns componentes, tais como: Arqueologia, Teorias da História, Historiografia, Metodologias da Pesquisa Histórica, História e Culturas Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas, além de Trabalho de Conclusão de Curso.

Destaca-se que o TCC constitui um exercício de síntese da formação recebida e desenvolvida durante o Curso, estando sujeito a normas estipuladas pelo Colegiado, que inclusive prevê a carga horária específica para sua realização. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá estar voltado para temáticas relacionadas aos conteúdos históricos ou aplicado ao ensino. O acadêmico terá oportunidade de sistematizar o conhecimento resultante de seu processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir das linhas de pesquisa institucional.

O TCC será submetido a uma Banca Examinadora, formada pelo professor-orientador e por dois professores avaliadores. A avaliação do texto escrito, da apresentação oral e da arguição determina a nota final a ser obtida pelo autor/es do texto.

6.3.2 Núcleo Complementar

Agrega um rol de disciplinas que fornecem a instrumentalização mínima para o atendimento de demandas sociais dos profissionais da área. O professor de História, além dos conhecimentos específicos

de sua área, precisa congrega aqueles relativos à formação humanística obrigatória para a formação do licenciado, tais como Abordagens Historiográficas Interdisciplinares e Língua Portuguesa e Comunicação.

6.3.3 Núcleo Pedagógico

Compreende um conjunto de disciplinas que têm como objetivo a instrumentalização do professor de História na área pedagógica. Envolve Psicologia da Educação, Política e Legislação Educacional Brasileira (POLEB), Didática, Metodologia do Ensino de História, Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História, Educação Patrimonial, Oficinas Pedagógicas e LIBRAS.

6.3.4 Núcleo de Integração

Compõe-se das disciplinas referentes ao Estágio Supervisionado e às Práticas Pedagógicas. Conforme a Resolução CNE n. 02/2015 (BRASIL/CNE, 2015), o Curso deverá oferecer 400 horas de Prática Pedagógica, vivenciadas ao longo do Curso, e 400 horas de Estágio Supervisionado em Docência, a partir do início da segunda metade do itinerário formativo. Ressalta-se nesta proposta, não só cumpre-se o estipulado pela Resolução, como até extrapola, visto que a carga horária para Estágio Supervisionado ficou em 420h, distribuídas em 80h teóricas e 340h práticas; no caso da Prática Pedagógica, estabeleceu-se 525h, distribuídas em 140h teóricas, 280h práticas, e mais 105h de Extensão.

No que se refere à carga horária do Estágio Supervisionado em Docência está distribuída a partir do 5º semestre, com Estágio Supervisionado em Docência I e II (Ensino Fundamental), e Estágio Supervisionado em Docência III e IV (Ensino Médio) com 105h para cada um dos quatro níveis, totalizando as já referidas 420h. Quanto à Prática Pedagógica, inicia a partir do 2º semestre, com ênfase a um dos campos da historiografia e ao seu ensino, desdobrando-se em Prática Pedagógica I, II, III, IV, V, VI e VII, com cada um desses níveis possuindo 75h, inclusas as partes teórica (20h), prática (40h) e a voltada à Extensão (15h).

Para atender à essa demanda, a matriz curricular contempla a articulação com os diferentes componentes curriculares, em uma perspectiva interdisciplinar e com a participação de todos os formadores. Essa forma de articulação coloca em prática os recursos teóricos e as experiências de cada um, favorecendo o desenvolvimento de um estilo pedagógico próprio. Assim sendo, apresenta não só alternativas viáveis, mas também experiências para serem discutidas, além de possibilitar a reflexão sobre a maneira de agir de diferentes professores, em diferentes contextos.

O desenvolvimento desta proposta está centrado nos problemas concretos da realidade escolar a ser conhecida pelo discente, por meio do contato, da observação direta e da análise desta realidade, para posterior efetivação da elaboração de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores do Curso.

As disciplinas Metodologia do Ensino e Metodologias da Pesquisa em História constituem-se em instrumentais básicos para o desenvolvimento deste trabalho, no qual a produção científica se dará de forma a oportunizar ao acadêmico a leitura da realidade, a sua interpretação. Assim, será possível ter subsídios para buscar alternativas para a resolução das problemáticas verificadas no cotidiano escolar durante o Estágio Supervisionado em Docência voltado para o Ensino Fundamental e Médio.

6.3.5 Núcleo Flexível

Constituído por atividades de Estudos Complementares, Atividades de Extensão e disciplinas optativas, oportuniza alternativas ao acadêmico para que exerça sua capacidade decisória e vocacional acerca de conhecimentos adicionais que deseja buscar, conduzir ou aprofundar. Além disso, objetiva instrumentalizar saberes inter e transdisciplinares, necessários para o entendimento e redimensionamento das interpretações dos processos históricos. As disciplinas optativas de História ou áreas correlatas

procuram atender a esses objetivos, de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento, especialmente dos Cursos de Pedagogia, Geografia, Artes, Ciências Sociais, Letras e Direito, disciplinas de áreas afins previamente selecionadas.

As disciplinas optativas I, II e III são ofertadas em número de duas a quatro disciplinas no semestre. Tais disciplinas devem ser cursadas para oportunizar ao aluno escolher aquelas que mais se enquadram em seu perfil acadêmico.

As Atividades Complementares (AC) procuram valorizar a participação em eventos de natureza acadêmica, científica e cultural, tais como cursos de Extensão, palestras, seminários, atividades de Iniciação Científica, apresentação de trabalhos em congressos, workshops, seminários, mesa-redonda, comunicações em congressos/seminários, oficinas, monitorias, participação em sessões de defesa/apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografia, elaboração e execução de projetos acadêmicos e culturais, publicações em revista científica, participação em projetos sociais, realização de estágio extracurricular, realização de cursos de Extensão/Atualização/Aperfeiçoamento/Especialização, sempre homologadas pela Coordenação de Curso.

A normatização das AC, cuja finalidade é assegurar o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em História, foi previamente elaborada, para que o discente possa firmar sua identidade como historiador e professor de História. A matriz curricular, em consonância à determinação de legislação específica do Ministério da Educação, prevê que até o final do Curso, o discente tenha completado o mínimo de 200 horas de Atividades Complementares.

As Atividades de Extensão possuem uma carga horária que abrange o postulado no Plano Nacional de Educação, o qual dispõe que os acadêmicos devem integralizar no mínimo 10% do Curso com atividades desta natureza. Tais atividades são importantíssimas no sentido de estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, além de possibilitar que os conhecimentos produzidos na Universidade alcancem a sociedade e meio educacional. A Extensão será desenvolvida como parte dos seguintes componentes curriculares: Práticas Pedagógicas, Oficinas Extensionistas e também como parte de componentes curriculares específicos de Extensão - Atividades de Extensão I, II, III, IV.

Após apresentar-se a estruturação didático-pedagógica do Curso, bem como a sua organização curricular e metodológica, é necessário evidenciar como foi desenhada a matriz curricular, a distribuição semestral e o fluxograma:

6.3.6 Matriz Curricular do Curso

NÚCLEO BÁSICO	CARGA HORÁRIA				CR
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Extensão	Total	
História Antiga	60	-	-	60	4
História Medieval	60	-	-	60	4
História Moderna	60	-	-	60	4
História Contemporânea	60	-	-	60	4
História das Américas I – Antiga e Colonial	60	-	-	60	4
História das Américas II – Independente e Contemporânea	60	-	-	60	4
História do Amapá	60	-	-	60	4
História da América Portuguesa	60	-	-	60	4
História do Brasil Império	60	-	-	60	4
História do Brasil República	60	-	-	60	4
Historiografia Brasileira	60	-	-	60	4
História da Amazônia I	60	-	-	60	4
História da Amazônia II	45	-	-	45	3
História e Culturas Indígenas	60	-	-	60	4
História e Culturas Africanas	60	-	-	60	4
História e Culturas Afro-Brasileiras	60	-	-	60	4
Arqueologia Brasileira	60	-	-	60	4
Teorias da História	60	-	-	60	4
Metodologias da Pesquisa Histórica	60	-	-	60	4
Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	60	-	-	60	4
Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	0	60	-	60	4
SUBTOTAL	1.185	60	-	1.245	83
NÚCLEO COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA				CR
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Abordagens Historiográficas Interdisciplinares I	60	-	-	60	4
Abordagens Historiográficas Interdisciplinares II	60	-	-	60	4
Língua Portuguesa e Comunicação	60	-	-	60	4
SUBTOTAL	180	-	-	180	12
NÚCLEO PEDAGÓGICO	CARGA HORÁRIA				CR
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Metodologia do Ensino de História	60	-	-	60	4
Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de História	30	15	-	45	3
Educação Patrimonial	60	-	-	60	4
Didática	60	-	-	60	4
Política e Legislação Educacional Brasileira	60	-	-	60	4
Psicologia da Educação	60	-	-	60	4
Oficina de Produção de Material Didático	40	20	-	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação/ Relações Etnicorraciais	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60	4
LIBRAS	60	-	-	60	4
SUBTOTAL	530	135	100	765	51

(continuação da Matriz Curricular)

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO		CARGA HORÁRIA				CR
Componentes Curriculares		Teórica	Prática	Extensão	Total	
Prática Pedagógica I		20	40	15	75	5
Prática Pedagógica II		20	40	15	75	5
Prática Pedagógica III		20	40	15	75	5
Prática Pedagógica IV		20	40	15	75	5
Prática Pedagógica V		20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VI		20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VII		20	40	15	75	5
Estágio Supervisionado em Docência I – Ensino Fundamental		20	85	-	105	7
Estágio Supervisionado em Docência II – Ensino Fundamental		20	85	-	105	7
Estágio Supervisionado em Docência III – Ensino Médio		20	85	-	105	7
Estágio Supervisionado em Docência IV – Ensino Médio		20	85	-	105	7
SUBTOTAL		220	620	105	945	63
NÚCLEO FLEXÍVEL		CARGA HORÁRIA				CR
Componentes Curriculares		Teórica	Prática	Extensão	Total	
Optativa I		60	-	-	60	4
Optativa II		60	-	-	60	4
Optativa III		60	-	-	60	4
Atividades Complementares		210	-	-	210	14
Atividade de Extensão I		-	-	30	30	2
Atividade de Extensão II		-	-	30	30	2
Atividade de Extensão III		-	-	30	30	2
Atividade de Extensão IV		-	-	45	45	3
Atividade de Extensão V		-	-	30	30	2
SUBTOTAL		390	-	165	555	37

* O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), é componente obrigatório dos Cursos de Graduação. (BRASIL. Lei 10.861/2004 – Art. 5º, § 5º).

QUADRO-RESUMO DA CARGA HORÁRIA					
NÚCLEOS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				CR
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Básico	1.185	60	-	1.245	83
Complementar	180	-	-	180	12
Pedagógico	530	135	100	765	51
De Integração	220	620	105	945	63
Flexível	390	-	165	555	37
TOTAL DE CH (em módulo-aula de 60 min.)	2.505	815	370	3.690	246

6.3.7 Semestralização do Curso

1º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
Abordagens Historiográficas Interdisciplinares I	60	-	-	60	4	
Abordagens Historiográficas Interdisciplinares II	60	-	-	60	4	
Teorias da História	60	-	-	60	4	
Língua Portuguesa e Comunicação	60	-	-	60	4	
História Antiga	60	-	-	60	4	
Total	300	-	-	300	20	
2º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
História Medieval	60	-	-	60	4	
Didática	60	-	-	60	4	
Psicologia da Educação	60	-	-	60	4	
Prática Pedagógica I	20	40	15	75	5	
História e Culturas Indígenas	60	-	-	60	4	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60	4	
Atividade de Extensão I	-	-	30	30	2	
Total	280	60	65	405	27	
3º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
História Moderna	60	-	-	60	4	
História das Américas I – Antiga e Colonial	60	-	-	60	4	
Metodologia do Ensino de História	60	-	-	60	4	
Prática Pedagógica II	20	40	15	75	5	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60	4	
Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História	30	15	0	45	3	
Atividade de Extensão II	-	-	30	30	2	
Total	250	75	65	390	26	
4º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
História da América Portuguesa	60	-	-	60	4	
Política e Legislação Educacional Brasileira	60	-	-	60	4	
História das Américas II – Independente e Contemporânea	60	-	-	60	4	
História da Amazônia I	60	-	-	60	4	
Prática Pedagógica III	20	40	15	75	5	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60	4	
Atividade de Extensão III	-	-	30	30	2	
Total	280	60	65	405	27	
5º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
História do Brasil Império	60	-	-	60	4	
História da Amazônia II	45	-	-	45	3	
Arqueologia Brasileira	60	-	-	60	4	
Optativa I	60	-	-	60	4	
Prática Pedagógica IV	20	40	15	75	5	
Estágio Supervisionado em Docência I – Ensino Fundamental	20	85	-	105	7	
Oficina de Produção de Material Didático	40	20	-	60	4	
Atividade de Extensão IV	-	-	45	45	3	
Total	305	145	60	510	34	

(continuação da Semestralização do Curso)

6º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
História e Culturas Africanas	60	-	-	60	4	
Optativa II	60	-	-	60	4	
Estágio Supervisionado em Docência II – Ensino Fundamental	20	85	-	105	7	
Prática Pedagógica V	20	40	15	75	5	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos	20	20	20	60	4	
História do Brasil República	60	-	-	60	4	
Metodologias da Pesquisa Histórica	60	-	-	60	4	
Atividade de Extensão V	-	-	30	30	2	
Total	300	145	65	510	34	-
7º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
Historiografia Brasileira	60	-	-	60	4	
História e Culturas Afro-Brasileiras	60	-	-	60	4	
História do Amapá	60	-	-	60	4	
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	-	-	60	4	
Estágio Supervisionado em Docência III – Ensino Médio	20	85	-	105	7	
Prática Pedagógica VI	20	40	15	75	5	
Total	280	125	15	420	28	-
8º Semestre						
Componentes Curriculares	T	P	E	TOTAL	CR	PR
Língua Brasileira de Sinais	60	-	-	60	4	
Educação Patrimonial	60	-	-	60	4	
História Contemporânea	60	-	-	60	4	
Optativa III	60	-	-	60	4	
Prática Pedagógica VII	20	40	15	75	5	
Estágio Supervisionado em Docência IV – Ensino Médio	20	85	-	105	7	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Relações Etnicorraciais	20	20	20	60	4	
Trabalho de Conclusão de Curso II	-	60	-	60	4	TCC I
Total	300	205	35	540	36	

* Atividades Complementares (AC): devem ser integralizadas 210h ao longo do Curso, em módulo livre. (UNIFAP. Resolução 024/2008 – CONSU + Regulamento das Atividades Complementares do Curso de História/UNIFAP).

* O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), é componente obrigatório dos Cursos de Graduação. (BRASIL. Lei 10.861/2004 – Art. 5º, § 5º).

Legenda:

T	Carga Horária Teórica
P	Carga Horária Prática
E	Carga Horária de Extensão
CR	Crédito
PR	Pré-Requisito (válido apenas para TCC I e II).

6.3.8 Disciplinas Optativas

Trata-se de um rol de disciplinas, cada uma de 60 horas, organizado em três (3) núcleos de oferta semestral: Optativa I (5º sem.), Optativa II (6º sem.) e Optativa III (8º sem.), devendo o aluno escolher livremente, desde que cumpra três disciplinas, totalizando 180 h. São extremamente importantes para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica. Portanto, complementam a formação profissional, numa

determinada temática, área ou subárea de conhecimento, e permitem ao aluno iniciar-se numa diversificação de conteúdo.

No momento da oferta a Coordenação fornece um leque entre duas e quatro disciplinas Optativas, para que o aluno opte de acordo com seu interesse. O total de vagas dependerá do número de disciplinas ofertadas, sempre com no mínimo 10 vagas por disciplina, podendo chegar a 45.

6.3.8.1 Listagem das Disciplinas Optativas

OPTATIVAS I	CH
Arqueologia Histórica	60h
Documentação e Arquivo	60h
Ensino de História Medieval	60h
Ensino de História, Relações de Gênero e Sexualidade	60h
Etnoarqueologia	60h
Fundamentos Teóricos da História Cultural	60h
História da Música no século XX	60h
História das Guianas, Caribe e Afro-América	60h
História das Religiões	60h
História do Totalitarismo	60h
História e Cinema	60h
História e Sexualidade	60h
História Social do Trabalho	60h
História, Memória e Oralidade	60h
Historiografia Escolar e História da Amazônia	60h
Historiografia Medieval	60h
Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará	60h
Povos Indígenas, Território e Meio Ambiente	60h
Tópicos Especiais em Sociologia	60h
OPTATIVAS II	CH
Arqueologia Pública	60h
Avaliação Educacional no Ensino de História	60h
Descolonizações na História Contemporânea nos séculos XIX e XX	60h
Educação e Sociedade na História do Brasil	60h
Etnohistória	60h
Fontes na Pesquisa Histórica	60h
Gestão Educacional	60h
História Ambiental	60h
História Antiga da Amazônia	60h
História da Saúde e das Doenças	60h
História das Mulheres e História das Relações de Gênero	60h
História do Esporte e do Lazer no século XX	60h
História do Pensamento Econômico	60h
História dos Estados Unidos da América	60h
História e Fronteiras	60h
História e Micro História	60h
Identidade e Cidadania	60h
Museologia	60h
Protesto e Mudança Política nos séculos XIX e XX	60h

(continuação das Disciplinas Optativas)

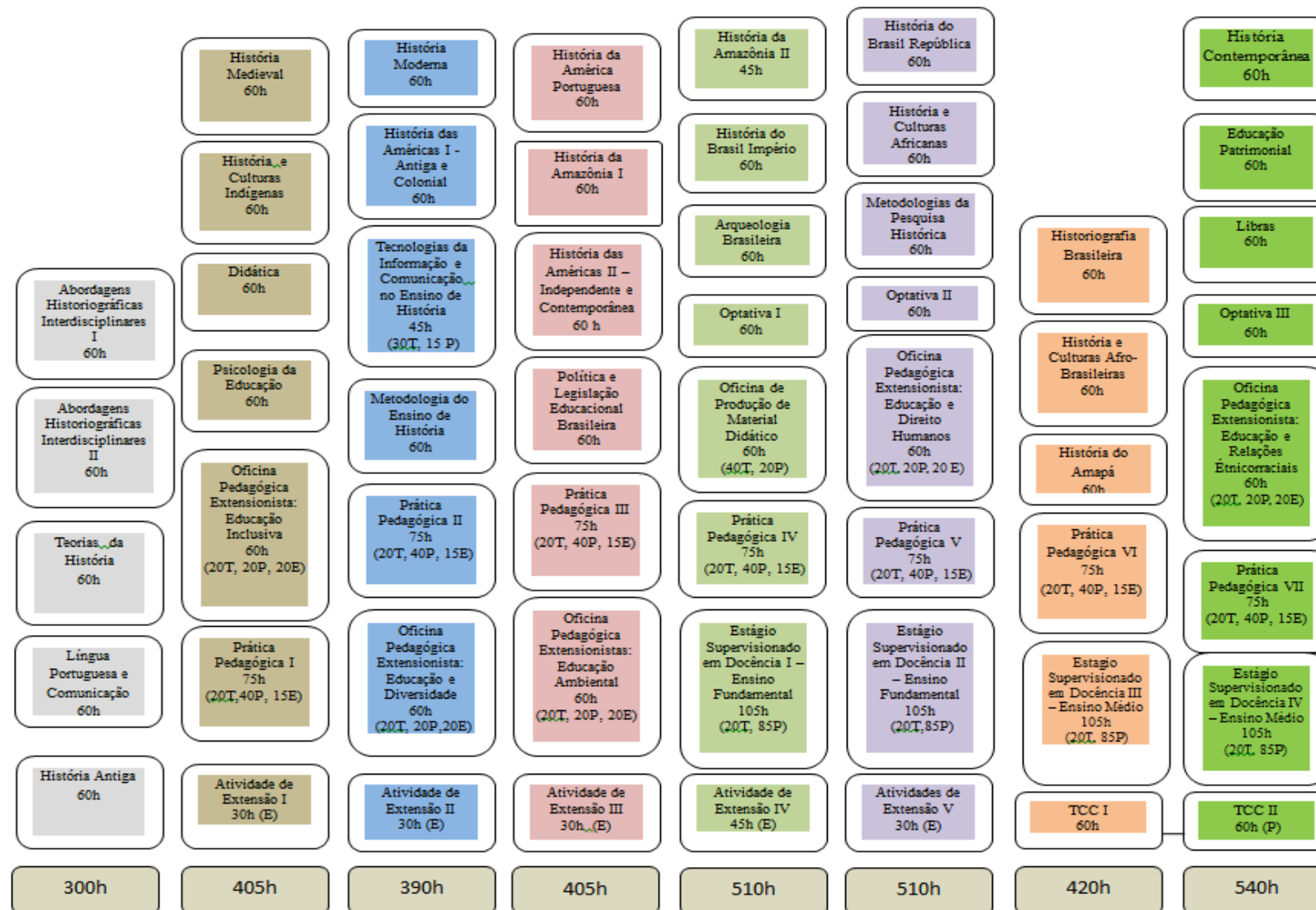
OPTATIVAS III	CH
A Amazônia na Historiografia da Ditadura Civil-Militar no Brasil	60h
Arqueologia Histórica e Estudos Étnico-Africanos	60h
Arquivologia	60h
Cultura Brasileira	60h
Culturas e Configurações Institucionais nos anos 60 no contexto do século XX	60h
Dimensões, Abordagens e Domínios na Pesquisa em História	60h
Economia e Trabalho	60h
Fundamentos da Educação Escolar Indígena	60
História da Educação Brasileira	60h
História da Guerra Fria	60h
História da Pan-Amazônia	60h
História do Amapá República	60h
História do Brasil Contemporâneo	60h
História do Caribe Colonial	60h
História do Império Ultramarino Português	60h
História e Espaço	60h
História e Literatura	60h
O Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos	60h
Patrimônio Histórico, Cultural e Natural	60h
Religião e Sociedade na Amazônia	60h
Tópicos Especiais de História Medieval	60h

6.3.9 Fluxograma do Curso

O Fluxograma é o retrato da matriz do Curso, que se encontra distribuída em oito semestres letivos. As cores de cada fileira do Fluxograma indicam os respectivos semestres, dentro do seguinte padrão:

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



Carga Horária/Créditos	Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Optativas	Atividades Complementares	TOTAL
Carga Horária	3.300h	180 h	210 h	3.690
Créditos	220	12	14	246

ENADE: componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação. (BRASIL. Congresso Nacional. Lei 10.861/2004 – Art. 5º, § 5º).

6.4 Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE)

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, conforme o §5º, do Art. 5º, da Lei 10.861/2014 (BRASIL, 2004), é componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação. O objetivo principal do ENADE é acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo Curso de Graduação. O ENADE permite avaliar também as habilidades dos acadêmicos para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Conforme o Manual ENADE 2009 os resultados da prova poderão produzir dados por IES, categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado e região. Assim, serão constituídos referenciais que permitam a definição de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos cursos de Graduação, por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais (BRASIL/INEP, 2009).

O ENADE integra o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e influencia na renovação de reconhecimento. Por isto, o Curso de Licenciatura em História, com o objetivo de orientar na resolução do Exame, bem desenvolver atividades que promovam a familiaridade do discente com o tipo de prova que será executado, adotará estratégias que serão desenvolvidas a partir de duas ações:

1ª) no início de cada semestre será realizada uma sensibilização, com a promoção de seminários, encontros, dentre outros eventos, para que os alunos do Curso, principalmente os iniciantes, compreendam a importância do ENADE na sua formação e qualificação profissional;

2ª) os professores, além das práticas avaliativas que normalmente utilizam, como seminários, produção de artigos, resenhas, leituras dirigidas etc., incorporarão questões da prova do ENADE, ou elaborarão avaliações que sigam os princípios do Exame.

Nos anos em que o Curso passar pela avaliação do ENADE, a Coordenação do Curso fará inscrição prévia dos alunos junto ao INEP e, em seguida, dar-lhes-á instruções para preenchimento do Cadastro e do Questionário do Estudante.

6.5 Metodologia de Ensino

Como enfatiza o PDI da UNIFAP, é necessário o uso de metodologias que possibilitem a formação de um profissional crítico e ético, capaz de identificar as determinantes sociais mais amplas que condicionam sua prática e as condições materiais de intervenção na realidade. Isto pressupõe uma metodologia de ensino que parta da problematização da realidade com a finalidade de: compreendê-la; construir um conhecimento capaz de transformá-la; e de acentuar a descoberta, a participação em grupo, a autonomia e a iniciativa.

A prática pedagógica, não consiste apenas na sala de aula e nem está restrita às atividades de trabalho pedagógico isolado, mas se expande para o trabalho junto à comunidade. Outro suporte metodológico relevante é a interdisciplinaridade como perspectiva superadora do conhecimento estanque e fragmentado.

A partir de um aspecto mais pedagógico, sem perder de vista o caráter da pluralidade e da diversidade do nosso currículo, chama-se a atenção para a necessidade de pensar o ensino de História como um processo de conhecimento realizado pelo aluno e mediado pelo professor, em seus diferentes espaços e tempos. Assim, existe uma aproximação das perspectivas socioconstrutivistas da educação, em que se considera o ensino um processo de construção de conhecimento, o aluno um sujeito ativo na construção, e o professor como um mediador, que faz

intervenções intencionais e conscientes no processo. Como afirma Libâneo (1995, p. 6):

[A perspectiva socioconstrutivista] é sócio porque compreende a situação de ensino-aprendizagem como uma atividade conjunta, compartilhada, do professor e dos alunos, como uma relação social entre professor e alunos ante o saber escolar. É construtivista porque o aluno constrói, elabora, seus conhecimentos, seus métodos de estudo, sua afetividade, com a ajuda da cultura socialmente elaborada, com a ajuda do professor.

A sociedade atual exige uma nova Escola. Isto porque com as diversas inovações educacionais e as ferramentas disponíveis para aprender e partilhar, além de jovens demandando e exigindo novas posturas e metodologias de ensino, não há como suprir as necessidades desses estudantes, cada vez mais digitais, em um modelo de ensino tradicional. A educação sofre modificações no contexto da ocorrente revolução tecno-científica, com a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem. Essas mudanças estão ocorrendo no método comunicacional docente, devendo ser colocado em diálogo o reestabelecimento do papel da docência diante de processos cognitivos inteligentes e da emergência de amplos suportes para a aprendizagem autônoma, síncrona ou assíncrona.

Mais do que informar e transmitir conhecimento pronto, o professor deve estimular seus alunos a buscarem informações em uma construção coletiva e ser um orientador e facilitador do conhecimento. Para tanto, os educadores precisam reconhecer as TIC como recurso de aprendizagem, como forma de contribuir ao desenvolvimento de competências profissionais para ensinar, as quais envolvem a dilatação da comunicação e a construção de trabalhos extraclasse, o planejamento de atividades e dos decorrentes desdobramentos da relação docente-discentes.

Nesse sentido, além das metodologias de ensino mais tradicionais, como aulas expositivas dialogadas, seminários, discussões de textos, dinâmicas de grupo etc., os professores do Curso de História dispõem de algumas ferramentas de ensino possibilitadas pelo uso da *internet*. Além da pesquisa de conteúdos específicos na rede, com a busca de artigos em diferentes *sites*, o professor pode utilizar ferramentas como o *chat* e grupos ou listas de discussão, que contribuem para tornar o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico, inclusive o uso das redes sociais, como o *Facebook*.

Nesta concepção é que Masetto (2003, p. 131) destaca que as Tecnologias da Informação e Comunicação podem ser usadas:

Como apoio às atividades presenciais de um curso de Graduação no ensino superior tornando [os alunos] mais vivos, interessados, participantes e mais vinculados com a nova realidade de estudo, de pesquisa e de contato com os conhecimentos produzidos. Nesta digressão, importantes debates sobre arquivos digitais, meios de transferência de conhecimento por meio de áudio-vídeo e realidade expandida, redimensionamento do papel da tutoria na relação docente-discente, além dos impactos já explicitados no que diz respeito à proliferação da informação – e conseqüentemente, de registros documentais – diante da *internet* como sistema estruturante das nossas relações sociais, econômicas, culturais e políticas. As discussões da História e da Historiografia têm oportuna conjuntura, no alvorecer do Século XXI e diante da digitalização como fenômeno descentralizado e quase-onipresente – que pode gerar transparência, pluripolarização e publicização dos processos humanos - para não apenas repensar o passado, mas propor novas formas de relacionamento entre o futuro em construção e o presente como iminente passado.

O Curso de História dispõe também de uma lousa digital interativa que proporciona maior participação dos alunos e classes mais dinâmicas, uma vez que permite o acesso a diversos materiais *online*, para serem trabalhados em sala de aula. Entretanto, diante da ausência de Laboratórios de Informática específicos, o Curso utiliza os existentes na Instituição, nos quais os professores podem desenvolver suas aulas, quando necessitam que os alunos utilizem a *internet*, para diferentes tipos de atividades. Destaca-se também o uso das redes sociais para o encaminhamento de material aos alunos via *e-mail*, compartilhamento de pastas eletrônicas pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), bem como uso de *e-books*.

6.6 Atendimento ao Discente

A Universidade Federal do Amapá, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias, oferece apoio a seu corpo discente recorrendo a vários programas: auxílio alimentação, auxílio fotocópia, auxílio moradia, auxílio transporte interurbano, bolsa permanência, bolsa trabalho universitária, bem como auxílio psicossocial, o qual constitui iniciativa importante na identificação e solução de dificuldades pedagógicas e acadêmicas dos alunos de Graduação.

6.6.1 *Pró-Estudante* - Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

É um programa que visa atender estudantes regularmente matriculados em Cursos de Graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de Educação Básica e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Vincula-se ao desenvolvimento de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando democratizar as condições de acesso e permanência na Educação Superior pública federal. Atende ao princípio constitucional de que a educação é dever do Estado, reconhecendo que é fundamental a igualdade de condições para permanência na Universidade, conforme preconiza o PNAES.

As ações de assistência do *Pró-Estudante* na UNIFAP são desenvolvidas por meio das seguintes bolsas e auxílios:

- Bolsa-Permanência: é uma ação de suporte institucional de assistência estudantil, que consiste em um apoio financeiro mensal a estudantes classificados como em alto nível de vulnerabilidade socioeconômica, que possua renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio. Os valores pagos aos estudantes variam de acordo com as especificidades de cada *Campus*.
- Auxílio Moradia: trata-se de uma ação de suporte institucional de assistência estudantil destinado a estudantes oriundos de outros Estados e/ou Municípios que se deslocam para estudar na UNIFAP, desde que não possuam moradia no *Campus* onde foi selecionado para estudar. Consiste em um apoio financeiro mensal para atender a despesas com aluguel, cujos valores variam de acordo com as especificidades locais de cada *Campus*.
- Auxílio Alimentação: consiste em ação de suporte institucional de assistência estudantil que objetiva proporcionar ao estudante pelo menos uma refeição diária no Restaurante Universitário a cada dia letivo, segundo o calendário acadêmico da instituição, excluindo-se os sábados. De acordo com as especificidades locais de cada *Campus*, atualmente apenas os estudantes dos Campi Marco Zero e Santana são beneficiados por este auxílio, através do Restaurante Universitário, que atende, por meio de empresa terceirizada contratada.
- Auxílio Transporte: corresponde a ação de suporte institucional de assistência estudantil que visa proporcionar ao estudante de Graduação um auxílio financeiro para a viabilização do transporte necessário à sua frequência às aulas, e está subdividido em Transporte Urbano e Transporte Interurbano. Nos *Campi* Marco Zero e Santana, os valores são pagos com créditos equivalentes a

2 ou 4 passagens/dia letivo, na carteira de estudantes de meia passagem. Nos demais *Campi*, os valores são depositados na conta corrente do estudante.

- **Auxílio Fotocópia:** é uma ação de suporte institucional de assistência estudantil que se compõe de um crédito ao estudante de 1.300 fotocópias para uso acadêmico/ano letivo, em papel branco, tamanho A4, em preto e branco, impresso somente no anverso. Os estudantes são atendidos através de empresa terceirizada contratada por meio de processo licitatório.
- **Auxílio Saúde:** traduz-se em ação de suporte institucional de assistência estudantil que visa proporcionar ao estudante auxílio financeiro para contratação de plano de saúde e/ou odontológico. No primeiro caso efetua-se depósito em conta corrente e, no segundo, ocorre desembolso financeiro conforme faixa etária.

6.6.2 Bolsa-Permanência

Abarca auxílio financeiro destinado a estudantes de cursos integrais, sendo que indígenas e remanescentes quilombolas recebem aproximadamente o dobro do valor. Tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, etnicorraciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de Graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos da Portaria MEC 389/2003, que não tenham concluído outro curso de Graduação ou Tecnológico em nível superior. Essa exigência não se aplica a estudantes indígenas e remanescentes quilombolas.

Há também o atendimento psicossocial ao estudante, que tem como objetivo elaborar e promover ações, junto à demanda acadêmica, fornecendo orientações e encaminhamentos. Este serviço volta-se para o objetivo mais amplo da construção da cidadania nos diversos segmentos que compõem a comunidade discente. Desenvolve subsídios de assistência a partir da proposta preconizada pela Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá.

6.6.3 Bolsa-Trabalho Universitária

Visa proporcionar aos acadêmicos hipossuficientes economicamente a oportunidade de aprendizagem em diversos tipos de atividades nas unidades administrativas e acadêmicas da UNIFAP, durante 20 (vinte) horas semanais, mediante auxílio financeiro.

O processo seletivo é realizado pelo DACE/PROEAC, e os candidatos selecionados para o Programa devem atender aos seguintes critérios: estar matriculado e cursando regularmente um dos Cursos de Graduação da UNIFAP; encontrar-se comprovadamente em situação de hipossuficiência econômica; ter disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para exercício de atividades de apoio aos setores da UNIFAP; não possuir vínculo empregatício; não receber nenhuma outra bolsa concedida pela UNIFAP ou outro órgão de fomento.

6.6.4 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

A UNIFAP tem constatado que o número de alunos com deficiência sensorial e física vem aumentando consideravelmente. Uma vez que não oferecia condições adequadas de acessibilidade, em junho de 2007 firmou o Termo de Adesão ao Programa Incluir, com o projeto: Acessibilidade na Educação Superior, nos termos do Edital n. 03/MEC, vinculado à Secretaria de Educação Especial (SEESP) e à Secretaria de Educação Superior (SESu).

O referido Projeto criou o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão para garantir o pleno acesso das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEE) ao currículo, métodos, técnicas e recursos educativos, bem como à estrutura física e tecnológica da UNIFAP. Assim, o NAI vem oferecendo

condições pedagógicas e instrumentais aos discentes com deficiências, além de promover a autonomia intelectual e pessoal.

Concomitantemente aos programas ora citados os alunos contam com o atendimento do coordenador de Curso, do Técnico em Assuntos Educacionais e dos professores, que os orientam em projetos de Iniciação Científica, Monitoria, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas.

Assim, o conjunto de ações desenvolvidas pelo Curso, visando não apenas ao apoio pedagógico necessário aos acadêmicos, como também à sua formação técnico-científica, parte do pressuposto que é na estrutura curricular cotidiana que se vivenciam as atitudes, a mediação entre professores e acadêmicos, entre acadêmicos e acadêmicos, entre acadêmicos e comunidade.

O Colegiado do Curso de História optou por desenvolver mecanismo de acolhimento ao aluno ingressante, além de ofertar atividades que o levem a compreender como o Curso funciona. Trata-se de eventos iniciais em forma de minicursos e palestras ofertados na Semana do Calouro de História. Ademais, o primeiro semestre de cada turma foi estruturado no sentido de permitir a maior inserção do aluno no Curso, bem como o domínio inicial das especificidades da Ciência Histórica.

6.7 Oficinas Pedagógicas Extensionistas

A articulação entre teoria e prática é um grande desafio. Um dos caminhos possíveis para se alcançar essa articulação é a construção de estratégias de integração entre pressupostos teóricos e práticos, o que fundamentalmente caracteriza as Oficinas Pedagógicas. Paviani e Fontana (2009, p. 78) conceituam Oficina Pedagógica como:

Uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica. Cuberes (*apud* VIEIRA; VOLQUIND, 2002, p. 11) conceitua como sendo ‘um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto: um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer.’

Com base nesses pressupostos, as Oficinas Pedagógicas do Curso de História foram pensadas no sentido de atender as seguintes questões:

- A articulação entre teoria e prática: calcadas na Resolução n. 02/2015 (BRASIL, 2015) as Oficinas Pedagógicas buscam promover “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão;”
- O reconhecimento das instituições de Educação Básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério (BRASIL, 2015);
- A garantia, na matriz curricular, de conteúdos relacionados aos direitos humanos, diversidade étnicorracial, de gênero, faixa geracional, Educação Especial e de meio ambiente (BRASIL, 2015);
- A necessidade da participação dos alunos em atividades de Extensão, como preconiza o Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014), mais precisamente na Meta 12, Estratégia 7, que define um mínimo de 10% do total de créditos curriculares dos Cursos de Graduação para serem efetivados por meio de Programas e Projetos de Extensão (BRASIL/PNE, 2014).

A adoção de tal procedimento, portanto, oportuniza vivenciar situações concretas e significativas, baseadas no triáde: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Desse modo, as Oficinas Pedagógicas no PPC de História atendem a duas finalidades básicas: articular conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo acadêmico; e vivenciar e executar tarefas em equipe, para assim se apropriar e construir saberes, de forma coletiva.

Nesse sentido, as Oficinas Pedagógicas serão desenvolvidas com base em planejamento prévio e flexível, ajustado às situações-problema apresentadas pelos acadêmicos, e considerando:

- Problematização inicial, a partir dos conhecimentos prévios e das expectativas pedagógicas dos participantes;
- Abordagem dos elementos mais significativos do conteúdo teórico;
- Reflexão crítica, discussões e relatos dos participantes, relacionados à questão em estudo;
- Atividades de sistematização teórico-metodológica;
- Produção de projetos ou atividades didáticas, apoiados nas noções teóricas tratadas;
- Implementação das atividades em sala de aula;
- Socialização e avaliação das atividades discentes efetuadas.

Portanto, cada Oficina deverá ter claro seus objetivos, que correspondam à descrição das ações esperadas dos participantes, ao longo da realização das atividades. Para tanto, deve se levar em consideração as quatro dimensões propostas por Paviani e Fontana (2009, p. 80), quais sejam:

(a) Apropriação dos fundamentos teóricos; (b) emprego de metodologia de ensino compatível com os princípios teóricos; (c) implementação de atividades em contexto reais de ensino aprendizagem, de modo interdisciplinar e integrado ao desenvolvimento dos programas em andamento nas escolas; e (d) reflexão crítica e avaliação contínua do processo e do produto.

Considere-se ainda que, como bem destacam Moita e Andrade (2006, p. 36), as Oficinas Pedagógicas “dinamizam o processo de ensino-aprendizagem, estimulando o engajamento criativo dos acadêmicos no processo de construção do conhecimento, e favorecem a articulação entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior através das Atividades de Extensão.” Nesse sentido, dentro de cada uma, há 20 horas para as Atividades de Extensão, medida que oportunizará ao aluno cumprir parte da carga horária global de 370h de Extensão prevista na matriz do Curso.

Registre-se que as ações extensionistas das Oficinas Pedagógicas acontecerão nas escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública ou particular de ensino, devendo ser estruturadas com base no que foi produzido na Universidade e, especialmente, nas demandas apresentadas por professores e alunos das escolas-campo. Tais Oficinas de caráter extensionistas são em número de cinco, e estão definidas de acordo com o quadro a seguir disposto:

OFICINAS PEDAGÓGICAS EXTENSIONISTAS	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos	20	20	20	60
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Relações Etnicorraciais	20	20	20	60

6.8 Estágio Supervisionado (ES)

O Estágio Supervisionado é atividade obrigatória que integra o currículo dos Cursos de Graduação da UNIFAP. Tal componente curricular tem amparo legal na Resolução n. 02/2015 – CNE (BRASIL/CNE, 2015); e na Lei n. 11.788, de 25/09/2008 (BRASIL, 2008b), que dispõe sobre o Estágio de estudantes de instituições regulares de ensino; bem como na Resolução n. 02/2010 – CONSU, que regulamenta o Estágio Supervisionado, no âmbito da Universidade Federal do Amapá.

O Estágio possibilita ao acadêmico refletir sobre a produção do conhecimento histórico e suas relações com a Educação Básica. Assim, permite ao estudante visualizar possibilidades teórico-metodológicas para a prática docente no ensino de História. Toma como pressuposto básico a compreensão de uma leitura teórica da educação em que o conhecimento cotidiano transforma-se em científico, ocupando um lugar especial no fazer profissional docente, sendo então considerado:

- Campo de conhecimentos e eixo central nos cursos de formação de professores;
- Atividade teórico-prática de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 45);
- *Praxis* intencional e traz articulação das teorias e da ação docente desde o início do Curso, sendo o enfoque nos conteúdos do currículo (específicos e pedagógicos);
- Elemento integrador, que possibilita a compreensão mais ampliada da profissão de professor;
- Momento de apreensão, reflexão (debate, discussão e estudo) e compreensão da realidade escolar, favorecendo a formação do licenciado e a superação de práticas tradicionais.

O Estágio envolve processos sistemáticos de reflexão e orientação, individual e coletiva, que devem envolver questões sobre as condições sociais mais amplas da profissão de professor, a qualificação, a carreira, as possibilidades de emprego, a ética profissional, a competência e o compromisso com a educação e a sociedade. Nesse sentido, os professores de Estágio têm papel importante no processo de planejamento e execução do seu plano de trabalho em conjunto com os respectivos estudantes. Para isso, todas as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no curso da disciplina, terão o acompanhamento do professor-orientador, o qual auxilia grupo/turma e avalia o desempenho das atividades e da produção desenvolvidas no espaço escolar, garantindo a organização e o desdobramento das ações em sintonia com os objetivos reais da disciplina.

Portanto, o Estágio Supervisionado é um modo especial de capacitação em serviço. É constituído por um conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho – no caso as escolas de Educação Básica – sob supervisão. O Estágio possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e o relacionamento humano. Conforme o Art. 11 da Resolução n. 02/2010 – CONSU/UNIFAP (BRASIL/UNIFAP, 2010a), o Estágio Supervisionado será composto das seguintes etapas:

- a) Diagnóstica: caracterizada pela observação e contextualização dos espaços escolares, visa identificar condições estruturais, materiais, humanas, administrativas e organizacionais do campo de estágio, dentre outros aspectos pertinentes à formação;
- b) Projetual: calcada na tessitura de Plano de Ação Educativo, de caráter investigativo e interventivo, funda-se nos dados levantados na fase Diagnóstica;
- c) Interventiva: respalda pela execução do Plano de Ação na escola-campo, observa o calendário de atividades da Instituição;
- d) Sistematizadora: apoiada na elaboração do Relatório de Estágio, constitui documento-síntese da produção do conhecimento, construído no decorrer das fases Diagnóstica, Projetual e Interventiva.

O Estágio Supervisionado no Curso será desenvolvido por meio de quatro disciplinas, com carga horária de 105 horas, sendo 20h teóricas e 85h práticas, assim discriminadas:

- Estágio Supervisionado em Docência I – Ensino Fundamental
- Estágio Supervisionado em Docência II – Ensino Fundamental
- Estágio Supervisionado em Docência III – Ensino Médio
- Estágio Supervisionado em Docência IV – Ensino Médio

6.9 Prática Pedagógica (PP)

Conforme a Resolução n. 08/2010 – CONSU (BRASIL/UNIFAP, 2008b), que regulamenta a Prática Pedagógica no âmbito dos Cursos de Graduação da UNIFAP, tal componente curricular é tomado como o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios do trabalho pedagógico, seja ele de natureza técnica ou docente, desenvolvido em espaços escolares e não escolares. No PPC de História, tal componente está contemplado com tempos e espaços curriculares específicos, iniciando no primeiro ano de estudos e se estendendo ao longo de todo o itinerário formativo. Quanto aos objetivos, consistem em:

- Promover a real aplicação dos conhecimentos advindos do Curso de Licenciatura em atividades técnico-pedagógicas e de ensino, desenvolvidas em ambientes educativos;
- Desenvolver atividades que envolvam articulação com os órgãos normativos, executivos e pedagógicos, dos sistemas de ensino;
- Aproximar os alunos da realidade escolar, com trabalho de campo, levando-os a compreender as problemáticas e as complexidades existentes na dinâmica da escola;
- Envolver os alunos em atividades desenvolvidas por professores atuantes na Educação Básica, de modo a levá-los à vivência do planejar, executar e avaliar o processo ensino-aprendizagem;
- Conhecer a instituição escolar, no plano filosófico, organizacional e gerencial, com base em seu Projeto Pedagógico, avaliando suas limitações e possibilidades;
- Assegurar o exercício permanente da pesquisa nos ambientes educativos, para compreender o planejar, executar e avaliar situações de ensino-aprendizagem;
- Propor desafios aos alunos, por meio de situações-problema existentes no cotidiano educativo, dando-lhes oportunidade de identificar alternativas de superação;
- Propiciar aos alunos experiências de investigação, baseadas nos conhecimentos científicos adquiridos no desdobramento do Curso de Licenciatura.

Para o desenvolvimento da Prática Pedagógica fez-se previsão de sete disciplinas, cada uma com carga horária de 75 horas –, sendo 20h teóricas, 40h práticas e 15h destinadas à Extensão –, que estão programadas de forma a cumprir a ênfase no ensino dos componentes curriculares a seguir:

- Prática Pedagógica I: Arqueologia e História Antiga;
- Prática Pedagógica II: Educação Ambiental e Patrimonial;
- Prática Pedagógica III: História Medieval e História Moderna;
- Prática Pedagógica IV: Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas;
- Prática Pedagógica V: História da América Portuguesa e História do Brasil;
- Prática Pedagógica VI: História das Américas e História Contemporânea;
- Prática Pedagógica VII: História do Amapá e História da Amazônia.

As Práticas Pedagógicas têm o objetivo refletir sobre a prática de ensino, acompanhada de propostas de intervenção para o ensino desses conteúdos. Poderão ser ministradas por um único professor ou conjuntamente por dois ou três: o docente responsável por PP e mais os professores dos componentes curriculares aos quais cada desdobramento estiver relacionado. Além da carga horária teórica e prática, há também uma outra de 15h para cada disciplina destinada ao desenvolvimento de atividades de Extensão.

6.10 Atividades Complementares (AC)

Deve ser integralizada no decorrer do Curso e tem a carga horária de 210 horas, regida pela Resolução n. 024/2008 – CONSU (BRASIL/UNIFAP, 2008b), que dispõe sobre as diretrizes das Atividades Complementares no âmbito da UNIFAP. As AC são entendidas como componente curricular obrigatório da matriz dos Cursos de Graduação, que se materializa por intermédio de estudos e atividades independentes, não compreendidas nas práticas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, almejando os seguintes objetivos:

- Estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia intelectual do estudante;
- Sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o curso de Graduação;
- Viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade;
- Articular Ensino, Pesquisa e Extensão com as demandas sociais e culturais da população;
- Socializar resultados de pesquisa produzidos no âmbito da Universidade ou a partir de parceria com entidades públicas e/ou privadas;
- Valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sociocultural dos povos.

As Atividades Complementares, ofertadas em todos os semestres, no sistema de Módulo Livre, devem ser desenvolvidas durante a trajetória acadêmica do aluno e em estreita observância à filosofia, área de abrangência e objetivos do Curso de História.

6.11 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Trata-se de requisito obrigatório à obtenção do Grau de Licenciado em História, pela UNIFAP. Destina-se a proporcionar, aos acadêmicos, experiências com atividades de pesquisa relativas aos saberes históricos e/ou historiográficos, ensino de História, bem como temas e áreas correlatos.

Em sua configuração técnico-acadêmica, o TCC deverá ser um relatório de pesquisa, produzido preferencialmente por um aluno-autor, admitida, excepcionalmente, a produção coletiva de até 3 (três) autores, podendo assumir a forma de uma monografia ou de um artigo científico, o qual deve ser publicado em revista indexada pela CAPES e cuja classificação seja no mínimo B5, além de seguir todas as exigências do Regulamento de TCC do Curso.

O TCC conterá os resultados de um trabalho de pesquisa histórica, orientada por um professor indicado pelo Colegiado de História, contendo no mínimo os seguintes elementos: revisão bibliográfica de caráter teórico-metodológico e estudo sobre caso ou problemática de cunho histórico. O TCC é regido por um Regulamento específico e pela Resolução n. 11/2008-CONSU/UNIFAP (BRASIL/UNIFAP, 2008a), que em seu Art. 3º assim estabelece:

O TCC deve oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento de habilidades e capacidades que envolvam: I Conhecimento teórico básico sobre o que é e como se organiza um projeto de pesquisa; II Autonomia para idealização de projetos diversos considerando todas as suas etapas; III Elaboração de vários tipos de textos relativos ao projeto (além do próprio texto do mesmo, também resenhas, artigos e monografias); IV Participação em Núcleos ou Grupos de Pesquisa, sob a responsabilidade de professor orientador; V Avaliação de todo o percurso do processo, tanto coletiva como individualmente, seja em reuniões destinadas a esse fim, seja por meio da realização de relatórios dirigidos ao Colegiado de Graduação, a órgãos de fomento à pesquisa, dentre outros; VI Apresentação/exposição, à comunidade, dos resultados parciais ou finais da pesquisa em fóruns de debates local, regional, nacional, ou internacional. (UNIFAP, 2008).

6.12 Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Como destaca o PDI/UNIFAP (BRASIL/UNIFAP, 2015), as ações acadêmicas são permeadas por princípios da transdisciplinaridade; integração, autonomia, trabalho coletivo, solidariedade e democracia, os quais permitem a ação-reflexão, sempre focadas na formação do profissional. Em tais ações a teoria e prática são entrelaçadas conduzindo a uma postura investigativa do saber. Nesta ótica, o esforço para a formação passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional em cada área. Assim, é possível assegurar a geração de conhecimentos e habilidades básicas que caracterizam um profissional competente na área do ensino e pesquisa em História, dentro de uma perspectiva crítica e transformadora, voltada à emancipação humana.

A avaliação do aluno do Curso de Licenciatura em História faz-se de maneira contínua e processual, buscando-se estimular o discente a aliar reflexão historiográfica e prática docente do ensino em História. Embora as metodologias avaliativas dependam do planejamento pedagógico de cada professor, podemos citar algumas atividades de avaliação normalmente adotadas pelos docentes do Curso: seminários, provas analítico-discursivas, redação de artigos, *papers*, resenhas e relatórios sobre pesquisas de campo que envolvam a prática escolar. Há também atividades avaliativas ligadas a *chats* e listas de discussões, resolução de questões do ENADE e a elaboração de questões interdisciplinares, seguindo a sistemática do Exame.

Tais procedimentos deverão capacitar o discente para a prática da leitura intensiva da literatura do ensino e da História (e de outras ciências com as quais a História mantém diálogos), debatendo as correntes, concepções, os conceitos e os métodos de ensino. O exercício contínuo da leitura crítica desses textos irá embasar a prática do ensino de História, de modo que o acadêmico realize o diálogo entre teoria e prática, bem como sua preparação para o ENADE.

O procedimento de avaliação do desempenho escolar é feito por disciplina, incidindo a frequência e o aproveitamento, segundo o que determina a Resolução 026/2011–CONSU/UNIFAP (BRASIL/UNIFAP, 2011), que regulamenta a nova Sistemática de Avaliação da Aprendizagem, no âmbito da Universidade Federal do Amapá. No que diz respeito às notas, os alunos são avaliados em uma escala de 0,0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo a nota mínima para aprovação 5,0 (cinco) pontos. O aluno deve fazer, no mínimo, duas avaliações por semestre em cada disciplina, sendo exigido dele a frequência mínima a 75% das aulas de cada uma.

Por fim, adota-se uma concepção libertadora de avaliação, ou seja, que vê o ato educativo como uma relação entre seres humanos (relações sociais) mediatizados pelo mundo. O sujeito é considerado como um ser incompleto, cuja formação não se reduz a uma esfera técnica, mas também política, como elementos de transformação social. Nessa concepção, avaliar é mais um momento da aprendizagem (ver e rever conhecimentos) em que se toma consciência da incompletude do ser (ROMÃO, 1999).

6.13 Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do PPC de História se dará de forma criteriosa e periódica. Esta experiência crítica e consensual será parte integrante da implantação de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo ensino-aprendizagem e possibilitará a detecção de pontos de deficiência ou que estão em discordância com os objetivos deste Projeto de Curso, o qual repousa, assim, sobre um conjunto de princípios que caracterizam sua identidade, como destacados pelo PDI:

- Construção e reelaboração coletiva e continuada dos projetos de Curso;
- Interação recíproca com a sociedade, reafirmando o compromisso como agente fundamental da formação profissional;

- Busca permanente da unidade entre a teoria e a prática, exigindo para isso a incorporação de professores e alunos em atividades práticas e de pesquisa e Iniciação Científica.

Ressalta-se que além da necessidade de estar ancorado nos princípios institucionais, o PPC deverá ser submetido a uma avaliação periódica, tendo em vista a importância de:

- Atualizar os currículos e práticas pedagógicas em sintonia com a evolução atual e futura do mercado de trabalho e da Região;
- Incorporar as mudanças de diretrizes educacionais que venham a surgir, ressaltando-se que a mudança curricular atual tem por base incluir tais questões, como as temáticas etnorracial, indígena, de acessibilidade em cursos de Graduação, como também repensar a relação entre as disciplinas teóricas e práticas dentro do currículo.

Para tanto, a avaliação do PPC, conforme Portaria Normativa n. 001/2017-MEC, ocorrerá a cada três anos e compreenderá toda a comunidade universitária do Curso. Por meio de instrumento investigativo avaliar-se-á a efetividade dos procedimentos adotados seio das atividades curriculares para a consecução dos objetivos do Curso, das competências e habilidades, da formação do perfil do egresso, de modificações devido a novas diretrizes relacionadas ao ensino propostas pelo MEC.

Os discentes formarão uma comissão, para a qual será expedida Portaria, que deve contar com no máximo dois alunos de cada turma, o representante e mais um acadêmico. Essa comissão passará por um curso de formação sobre o que é o Projeto Pedagógico de Curso, sua importância, elementos que o compõem, bem como os critérios que serão empregados para a sua avaliação. Inicialmente essa comissão ficará responsável por discutir o PPC com os alunos e em seguida trazer para o debate mais amplo sugestões referentes a questões que necessitem ser revistas, modificadas e aprofundadas. Outrossim, a avaliação do PPC levará em conta:

- A compatibilidade dos conteúdos ministrados com relação às demandas atuais do professor de História, o que envolve a relação teoria/prática;
- O incentivo à pesquisa individual e coletiva;
- A metodologia de ensino empregada;
- O processo de avaliação utilizado;
- A postura ética dos profissionais envolvidos na relação ensino-aprendizagem;
- A infraestrutura de funcionamento do Curso;
- A Coordenação e os serviços de Secretaria.

Tal avaliação tem por base a compreensão que o PPC deve proporcionar condições para que o estudante desenvolva valores, competências e habilidades necessários ao exercício da profissão e da democracia, na cooperação, na reflexão da realidade social e na competência profissional.

6.14 Sistema de Autoavaliação do Curso

Deve-se realizar com os alunos uma avaliação de caráter diagnóstica, desde o seu ingresso no Curso e durante todo o processo de aprendizagem, verificando-se as mudanças imperativas instituídas durante formação e vivência universitárias. Esta avaliação possibilitará, por comparação entre as diferentes avaliações, a verificação da obtenção de novas habilidades por parte do aluno. Possibilitará também a realização de diagnósticos do Curso, identificando pontos positivos, “gargalos” ou problemas, para a posterior busca de correções.

No processo de avaliação do Curso levar-se-á também em consideração o resultado do ENADE, no sentido de verificar a necessidade de fortalecimento e reestruturação em áreas do conhecimento histórico, no qual os alunos não tenham obtido resultado satisfatório.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme orientações do Ministério da Educação. O Curso integra a Avaliação Institucional e seu desenvolvimento é acompanhado pela CPA, que acompanha os desdobramentos do Curso, tendo por base o PPC e suas possíveis alterações.

A avaliação do Curso compreende os aspectos curriculares, metodológicos, considerando o cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado. A busca da qualidade no ensino de Graduação é consistente com a (re)avaliação contínua de tudo que diz respeito ao Curso. Todos os conteúdos, métodos e ações realizadas por todas as partes envolvidas devem ser revistos periodicamente para adequação a novos desafios e/ou realidades.

6.15 Módulo Livre

No sistema de Módulo Livre serão ofertadas apenas Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), Estágio Supervisionado I, II, III e IV, Atividade de Extensão I, II, III, IV e V, além de Atividades Complementares (AC), sendo que este componente curricular, especificamente, será desenvolvido no transcorrer do Curso.

7 Corpo Docente

7.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Constitui-se de um grupo de docentes, cujas atribuições foram definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), conforme Resolução n. 1/2010 (BRASIL/CONAES, 2010). Neste sentido, o NDE exerce funções acadêmicas de acompanhamento, devendo atuar constantemente no processo de concepção, consolidação e atualização do PPC, cabendo-lhe as seguintes competências:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- Zelar pela interdisciplinaridade entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e Extensão, oriundas de necessidades da Graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- Primar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação.

Depreende-se daí que o NDE tem um papel importante no processo de discussão, concepção, acompanhamento e avaliação do PPC de História. Assim, fica sob sua responsabilidade a organização de reuniões nas quais são pensadas as diretrizes prático-teóricas para o a formação do aluno e para o bom funcionamento do Curso.

Atualmente, o NDE é composto pela profa. Simone Garcia Almeida, Coordenadora do Curso e também Presidente do NDE, e pelos professores Carmentilla das Chagas Martins, Edinaldo Pinheiro Nunes Filho, Júlia Monerat Barbosa, Maura Leal da Silva e Sidney da Silva Lobato. No quadro a seguir são apresentado a titulação, a formação acadêmica e o regime de trabalho de cada professor que compõe o NDE:

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Nome	Titulação	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Simone Garcia Almeida	Doutora	Graduada em História – Universidade Federal de Alagoas/UFAL (1991). Mestre em História do Norte e Nordeste do Brasil – Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (1994). Doutora em História Econômica – Universidade de São Paulo/USP (2001). Pós-Doutora em Linguística – Universidade Livre de Amsterdã (2008)	DE
Carmentilla das Chagas Martins	Doutora	Licenciada e Bacharel em História – Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2000). Mestre em Ciências Sociais – Universidade de Brasília/UnB (2008). Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará/UFPA (2014).	DE
Edinaldo Pinheiro Nunes Filho	Doutor	Graduado em História – Universidade Federal do Pará/UFPA (1991). Especialista em Ensino Superior – Universidade da Amazônia/UNAMA (1995) Mestre em História – Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (2003). Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental – Universidade Federal do Pará/UFPA (2010). Pós-Doutor em História Contemporânea – Universidade de Coimbra/Portugal (2015).	DE
Júlia Monerat Barbosa	Doutora	Licenciada e Bacharel em História – Universidade Federal Fluminense/UFF (2000). Mestre em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2004). Doutora em História – Universidade Federal Fluminense/UFF (2010).	DE
Maura Leal da Silva	Doutora	Licenciada e Bacharel em História – Universidade Federal do Amapá (1998). Especialista em História e Historiografia da Amazônia – Universidade Federal do Amapá (1999). Mestre em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2007). Doutora em História – Universidade de Brasília (2017).	DE
Sidney da Silva Lobato	Doutor	Licenciado e Bacharel em História – Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2001). Especialista em História Social e Cultural da Amazônia – Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2004). Mestre em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2009). Doutor em História Social – Universidade de São Paulo/USP (2013). Pós-Doutor em História pela École des Hautes Études em Sciences Sociales/EHESS-Paris (2016).	DE

7.2 Coordenação do Curso

Nome	Simone Garcia Almeida
Titulação	Doutora
Formação Acadêmica	Graduada em História – Universidade Federal de Alagoas/UFAL (1991). Mestre em História do Norte e Nordeste do Brasil – UFPE (1994). Doutora em História Econômica – Universidade de São Paulo/USP (2001). Pós-Doutora em Linguística – Universidade Livre de Amsterdã (2008).
Regime de Trabalho	40 horas, com Dedicção Exclusiva.
Tempo de Serviço na IES	21 anos
Tempo de Exercício na Coordenação do Curso	4 anos

7.3 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso

Inicialmente o quadro de docente do Curso de História era formado por professores com apenas Graduação e Especialização. Todavia, nos últimos anos, com o processo de capacitação e concursos que exigem no mínimo o Mestrado, passou a ser composto por 21 (vinte e um) professores efetivos: 15 (quinze) com Doutorado, dos quais cinco têm Pós-Doutorado; 5 (cinco) com Mestrado, sendo que quatro são doutorandos; e 1 (um) com Graduação. Ressalta-se que esse quadro tende a melhorar significativamente, pelo fato de que o processo de qualificação é contínuo. Além dos professores que compõem o Colegiado, somam-se os oriundos de outros Cursos da Universidade, que vêm a contribuir com o grau de qualificação de Curso de História.

As reuniões ordinárias de Colegiado são mensais. Contudo, dependendo da necessidade, podem ser convocadas reuniões extraordinárias. O coordenador do Curso aprova em Colegiado a agenda de reuniões semestrais, procurando fazer com que cada uma se dê em dias e turnos alternados, no sentido de não comprometer as aulas dos mesmos professores, tendo em vista que por falta de salas de aula o Curso tem funcionado nos três turnos.

COMPOSIÇÃO GERAL DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Nome	Titulação	RT	Formação Acadêmica	Ingresso na IES	Tempo de atuação/ Prof. Efetivo
1. Adalberto Júnior Ferreira Paz	Doutor	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Amapá (2003). Ms. em História Social – Universidade Estadual de Campinas (2011). Dr. em História Social – Universidade Estadual de Campinas (2017).	2013	4 anos
2. Andrius Estevam Noronha	Doutor	DE	Lic. em Estudos Sociais/História – Universidade de Santa Cruz do Sul (2003). Ms. em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul (2005). Dr. em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012).	2013	4 anos
3. Carlos Alberto Viana Marques	Graduado	DP	Lic e Bel. em História – Universidade Federal do Pará (1993).	1994	23 anos
4. Carmentila das Chagas Martins	Doutora	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Amapá (2000). Ms. em Ciências Sociais – Universidade de Brasília (2008). Dr. em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará (2014).	2004	13 anos
5. Cecília Maria Chaves Brito Bastos	Doutora	DE	Lic. em História – Universidade Federal do Pará (1992). Bel. em Serviço Social – Universidade Federal do Pará (1990). Ms. em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (2006). Dr. em Educação – Universidade de Uberlândia (2014).	1994	23 anos
6. Daniel Santiago Chaves Ribeiro	Doutor	DE	Bel. em História – Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Ms. em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Dr. em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). Pós-Doc. em Geografia – Universidade de Coimbra (2016).	2012	5 anos
7. Dorival da Costa dos Santos	Doutor	DE	Lic. em História – Universidade Federal do Pará (1989). Bel. em Direito – Universidade Federal do Pará (1989). Esp. em Metodologia do Ens. Superior – Universidade Federal do Pará (1991). Ms. em História Social – Universidade Estadual de Campinas (2001). Dr. em Sociologia e Direito – Universidade Federal Fluminense (2015).	1994	23 anos
8. Edinaldo Pinheiro Nunes Filho	Doutor	DE	Lic. em História – Universidade Federal do Pará (1991). Esp. em Ensino Superior – Universidade da Amazônia (1995). Ms. em História – Universidade Federal de Pernambuco (2003). Dr. em Ciências/Desenv. Socioambiental – Univ. Federal do Pará (2010). Pós-Doc. em História Contemporânea – Univ. de Coimbra-Portugal (2015).	2005	12 anos

(continuação da composição geral do Colegiado do Curso de Licenciatura em História)

Nome	Titulação	RT	Formação Acadêmica	Ingresso na IES	Tempo de atuação/ Prof. Efetivo
9. Giovanni José da Silva	Doutor	DE	Lic. em História – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1995). Esp. em Antropologia: Teorias e Métodos – Univ. Fed. de Mato Grosso (2001). Ms. em História – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004). Dr. em História – Universidade Federal de Goiás (2009). Pós-Doc. em Antropologia – Universidade de Brasília (2013).	2013	4 anos
10. Irislane Pereira de Moraes	Mestre	DE	Bel. em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará (2008). Esp. em Arqueologia – Universidade Federal do Pará (2010). Ms. em Antropologia – Universidade Federal do Pará (2012).	2014	3 anos
11. Iuri Cavlak	Doutor	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Estadual Paulista/Assis (2002). Ms. em História – Universidade Estadual Paulista/Assis (2005). Dr. em História – Universidade Estadual Paulista/Assis (2010). Pós-Doc. em História – Universidade de Nova York (2014).	2010	7 anos
12. Iza Vaneza Pedroso de Freitas Guimarães	Mestre	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Pará (2004). Ms. em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará (2007).	2011	6 anos
13. Julia Monnerat Barbosa	Doutora	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal Fluminense (2000). Ms. em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Dr. em História – Universidade Federal Fluminense (2010).	2014	3 anos
14. Lara Vanessa de Castro Ferreira	Doutora	DE	Lic. em História – Universidade Federal do Ceará (2007). Ms. em História Social – Universidade Federal da Bahia (2010). Dr. em História Social – Universidade Federal da Bahia (2016).	2017	4 meses
15. Mariana Araújo Gonçalves	Mestre	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Pará (1991). Ms. em História Social – Universidade Estadual de Campinas.	1994	23 anos
16. Maura Leal da Silva	Doutora	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Amapá (1998). Esp. em História e Historiografia da Amazônia - Univ. Fed. do Amapá (1999). Ms. em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2007). Dr. em História – Universidade de Brasília (2017).	2013	4 anos

(continuação da composição geral do Colegiado do Curso de Licenciatura em História)

Nome	Titulação	RT	Formação Acadêmica	Ingresso na IES	Tempo de atuação/ Prof. Efetivo
17. Meire Adriana da Silva	Mestre	DE	Lic. em História – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2000). Ms. em História – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2005).	2008	9 anos
18. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	Mestre	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Amapá (2000). Ms. em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007).	2010	7 anos
19. Sidney da Silva Lobato	Doutor	DE	Lic. e Bel. em História – Universidade Federal do Amapá (2001). Esp. em História Social e Cultural da Amazônia – Univ. Fed. do Amapá (2004). Ms. em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Dr. em História Social – Universidade de São Paulo (2013). Pós-Doc. História – École des Hautes Études em Sciences Sociales/Paris (2016).	2011	6 anos
20. Simone Garcia Almeida	Doutora	DE	Lic. em História – Universidade Federal de Alagoas (1991). Ms. História do Norte e Nordeste do Brasil – Univ. Fed. de Pernambuco (1994). Dr. em História Econômica – Universidade de São Paulo (2001). Pós-Doc. em Linguística – Universidade Livre de Amsterdã (2008).	1996	21 anos
21. Verônica Xavier Luna	Doutora	DE	Lic. em História – Universidade Estadual da Paraíba (1985). Esp. História Econ. e Social do Nordeste Contemp. – Univ. Fed. Paraíba (1989). Ms. em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí (2009). Dr. em Sociologia – Universidade Federal do Ceará (2017).	1999	18 anos

8 Política de Pesquisa e de Extensão

As atividades curriculares conjugam a formação teórica e prática para a docência e para a pesquisa. Essa conjugação garante a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda que essa premissa se estenda a todas as atividades, algumas delas, no entanto, constituem-se como preferenciais para esse fim, como os estágios e as disciplinas com carga horária prática, o que inclusive, ultrapassa o percentual mínimo estabelecido. Desataca-se a importância das Atividades de Extensão, pelas quais a Universidade estabelece relações de reciprocidade com o seu meio, oferecendo à comunidade conhecimentos sistematizados e recebendo informações e demandas que realimentam o Ensino e a Pesquisa, conforme determina o Art. 31 do Estatuto da UNIFAP (BRASIL/UNIFAP, 1990).

8.1 Política de Pesquisa

8.1.1 Grupos de Pesquisa

A UNIFAP possui 29 grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nas áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Humanas, Sociais, Saúde, Letras e Artes. Estes grupos atuam nas mais diversas áreas de conhecimento, perfazendo um total de 93 Linhas de Pesquisa. Grande parte dos referidos Grupos encontra-se nas áreas de Ciências Biológicas e Ciências Humanas, o que se justifica em função de os cursos de Pós-Graduação ofertados pela Instituição estarem concentrados nestas áreas (Biodiversidade, Desenvolvimento Regional e Direito Ambiental e Políticas Públicas).

8.1.2 Centro de Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP)

No Curso de História, a Pesquisa tem função importante no desempenho do docente e na formação dos alunos, tentando reduzir a distância entre o que é ensinado e praticado, ou seja, entre teoria e prática, sendo atividade essencial na tríade que deve caracterizar o bom desempenho no seio das Universidades. Neste sentido, destaca-se a pesquisa na área arqueológica, desenvolvida pelo CEPAP, com a promoção de coleta, sistematização e tabulação de materiais dos sítios arqueológicos do Estado do Amapá, envolvendo a participação de alunos em trabalhos de campo e laboratório.

8.1.3 Linhas de Pesquisa do Curso

✓ História Social do Trabalho

Esta Linha tem como escopo as experiências dos trabalhadores, vividas em diferentes contextos econômicos, políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, analisa temas como: relações de classe, movimentos sociais no campo e na cidade, trajetórias individuais (biografias), migrações, vivências familiares e afetivas, lazer e sociabilidades comunitárias e identidades de classe, gênero ou “raça.” Para tanto, coteja e analisa fontes variadas: cartas, jornais, censos, iconografias, entrevistas, processos judiciais, dentre outras. Considera importante, também, as abordagens que superem as tradicionais dicotomias do discurso historiográfico, do tipo: “trabalho livre e escravo,” “rural e urbano,” “nacional e global.”

✓ Política, Instituições e Relações de Poder

Muitos estudos têm analisado as tensões entre os diferentes padrões de relação entre Estado, poder e sociedade na História regional, nacional e internacional. As substituições ou competições de padrões hegemônicos, e seus respectivos desafiantes diante da ordem estabelecida, ensejaram amplos debates historiográficos, com franco aporte teórico de áreas correlatas do conhecimento nas Humanidades, como Ciência Política, Teoria dos Partidos e dos Movimentos

Sociais, bem como Filosofia, Economia, Sociologia e Antropologia, por exemplo. Indubitavelmente, as Instituições, em função do seu caráter valorativo, estabilizador e modelar diante da sociedade, são objeto de estudos teóricos ou narrativos, na medida em que condicionam o comportamento de indivíduos ou grupos dentro de uma comunidade definida e, de forma relativa, na sua finalidade social, transcendendo as intenções e os indivíduos pela mediação ou opressão *vis-à-vis* a governança e suas regras. Alinha-se também essa Linha à Nova História Política, que estuda o poder como campo de representação social e exercício de dominação/controlado por diferentes tipos de autoridades (estatais e da sociedade civil), em seus diferentes níveis, desde aquele das relações internacionais aos micro poderes da vida cotidiana. Os projetos que integram a Linha de Pesquisa refletem, ainda, o debate entre a História Política e a História do Político, contemplando abordagens que privilegiam a Política no âmbito das instituições, bem como aquelas que se centram mais no Político, ou seja, nas dinâmicas sociais e culturais que permitem interpretar a ação política, e nos modelos, formas e pensamentos que constituem seus referenciais. Este eixo tem como propósito também discutir sobre as principais transformações políticas na Amazônia, mantendo atenção para as alterações na esfera estatal, regional ou local, *urbi et orbi*. Por exemplo, o Direito, a Justiça, a guerra, a paz, a Arte, a Religião são exemplos de objetos de estudo importantes porque permitem entender experiências históricas resultantes do exercício do poder político e social.

✓ Ensino de História

A recente ampliação dos objetos da pesquisa histórica lançou novos desafios aos jovens historiadores, incluindo nesse sentido a pesquisa relacionada ao Ensino da História. Esta mudança qualitativa do conhecimento histórico exigiu a formulação de novas metodologias, inclusive para o Ensino da História, haja vista que na atual sociedade globalizada (sociedade da informação), tal ensino é redimensionado. Este eixo visa à familiarização do aluno com estas inovações, inserindo-o na experiência instigante das escolhas metodológicas para uma melhor atuação em sala de aula.

✓ Etnicidade e Representações

Em função de que a sociedade amazônica é claramente pluriétnica, estudar a etnicidade consiste, em inventariar o repertório das identidades disponíveis e representações construídas em uma situação pluriétnica dada a descrever o campo de ação dessas identidades nas diversas situações de contato. A análise situacional da etnicidade liga-se ao estudo da produção e da utilização das marcas, por meio das quais os membros das sociedades pluriétnicas identificam-se e diferenciam-se, e ao estudo das escolhas táticas e dos estratagemas que acionam para se safarem do jogo das relações étnicas.

✓ Educação, Patrimônio, Ambiente e Identidade Cultural

Esta Linha congrega discussões que buscam refletir as interfaces estabelecidas entre educação, patrimônio, ambiente e identidades nas diversas temporalidades e espacialidades, em especial na Amazônia. Concentram-se distintas temáticas relacionadas a memórias, representações, manifestações e identidades dos patrimônios cultural, arqueológico e ambiental, no contexto das práticas educativas e das narrativas históricas, a fim de contribuir com a abordagem e a inserção dos referidos temas no contexto escolar, mediadas pela Educação Patrimonial e pela Educação Ambiental, com foco na formação de professores. Conjugadas às temáticas pesquisadas, partilham-se, reelaboram-se e problematizam-se conceitos, tais como: Inter e Transdisciplinaridade,

Educação, História, Arqueologia, Ambiente, Antropologia, Etnologia, Etnografia, Identidade, Cultural, Memória, Documento, Pertencimento e Cultura Material.

8.2 Política de Extensão

No âmbito acadêmico, a Extensão é vista como uma das três funções da Universidade e, como tal, seu papel deve ser analisado considerando as outras duas funções: o Ensino e a Pesquisa. Compete à Universidade transmitir (Ensino), produzir (Pesquisa) e aplicar (Extensão), estando essas três dimensões dialeticamente relacionadas.

A UNIFAP, conforme seu PDI, possui uma série de ações extensionistas que possibilitam sua inserção regional nas áreas de saúde e ensino, além de: diversos eventos promovidos diretamente pelos cursos de Graduação, seminários temáticos inerentes ao desenvolvimento regional. Dispõe de projetos de capacitação em diversas áreas: a Universidade da Maturidade (UMAP), Universidade da Mulher (UniMULHER), Cursinho UniENEM (antigo Pré-Vestibular – CPV Negros), Programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP), Pró Estudantes Esporte e Lazer (PROESPOL), Programa de Letramento Acadêmico UniverCinema, Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) etc. Todos esses projetos têm o propósito de integrar a comunidade acadêmica com a sociedade amapaense, tornando possível o acesso à cultura, esporte e lazer.

A Universidade dispõe também de um Curso de Nivelamento em leitura e produção textual e lógica matemática para os acadêmicos que nela ingressam, haja vista que muitos alunos apresentam dificuldade nessas áreas, importantíssimas para um bom desempenho nas atividades desenvolvidas na Graduação.

O Curso de Licenciatura em História tem na Extensão uma via de interação com a sociedade que, segundo Oliveira (1997), “é a presença da instituição no cotidiano das pessoas,” cujo propósito é relacionar e aplicar o que se aprende e produz na Universidade junto à comunidade. No caso específico de Licenciatura, a Extensão se expressa fortemente nas atividades práticas e nos estágios, pois possibilita aos acadêmicos aplicarem os conhecimentos teóricos sobre a didática, a educação inclusiva e as questões etnicorraciais, dentre outros.

De modo geral, a Extensão contribui efetivamente para a melhoria da sociedade e possibilita que estudantes e professores envolvidos enriqueçam seu saber, ao mesmo tempo em que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades que estão envolvidas com esses atores acadêmicos. Os objetivos principais da política de Extensão promovida pelo Curso são:

- ✓ Articular Ensino e Pesquisa como um processo indissociável à formação e qualificação;
- ✓ Possibilitar a interação entre a Universidade e comunidade, favorecendo a troca de saberes e conhecimentos;
- ✓ Promover atividades que propiciem a participação da comunidade, como sujeitos e não como meros espectadores;
- ✓ Interligar as atividades de Ensino e Pesquisa com as demandas da comunidade;
- ✓ Priorizar as práticas voltadas para o entendimento de necessidades sociais emergentes, principalmente aquelas ligadas às áreas de educação e meio ambiente.
- ✓ Preservar, valorizar e incentivar a cultura e conhecimento da comunidade acadêmica e comunidades circunvizinhas.

Consideram-se como Extensão as seguintes modalidades:

- Programa: conjunto articulado de projetos e ações de médio e longo prazo, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional,

integre-se às linhas de Ensino e Pesquisa desenvolvidas, nos termos dos Projetos Pedagógicos dos diferentes Cursos, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional;

- Projeto: conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado;
- Curso: ação que articula de maneira sistemática Ensino e Extensão, seja para formação continuada, Aperfeiçoamento, Especialização ou disseminação de conhecimentos, com carga horária e processo de avaliação formal definidos;
- Evento: ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade;
- Prestação de serviços: ações através das quais habilidades e conhecimentos de domínio da Universidade são disponibilizados sob a forma de atendimento, consulta, exame e ensaios laboratoriais, procedimento especializado, consultoria, ações comunitárias, assessoria, assistência técnica e manutenção de equipamento, realização de estudos, organização de publicação, elaboração e orientação de projetos e atividades similares.

A Extensão é algo que perpassa todas as atividades curriculares, relacionadas que estão à carga horária prática. O Curso de História procura se engajar e incentiva projetos que atuem em comunidades, resgatando sua missão social, possibilitando a construção da cidadania e a sistematização do conhecimento.

A Semana de História é o principal evento de natureza extensionista do Curso de História, envolvendo esforços de todos os professores e representantes discentes do Colegiado de História, em sua organização e realização. Reúne acadêmicos, professores, pesquisadores em conferências, debates, grupos de estudo e discussão, mesas-redondas, minicursos, mostra artístico-cultural etc. São contemplados nesse evento os estudos desenvolvidos nas Linhas de Pesquisa, encontrando-se inserida no calendário letivo do Curso de História.

Ademais, os professores, individualmente ou em grupo, podem organizar e realizar eventos ao longo dos semestres letivos, tais como: conferências, debates, exposições, mesas-redondas, minicursos, oficinas, palestras etc. Destaca-se também a participação dos alunos do Curso de Licenciatura em História como monitores no Cursinho UniENEM.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (Lei Federal n. 10.172/2001), em sua Meta 23 para a Educação Superior, indicou a reserva mínima de 10% do total de créditos exigidos para a Graduação no ensino superior no País, para a atuação dos estudantes em atividades de Extensão (BRASIL, 2001). A referida Meta foi reafirmada na Estratégia 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020), Lei Federal n. 13.005, que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a Graduação em programas e projetos de Extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, para os alunos integralizarem os 10% da matriz curricular em Atividades de Extensão foram pensadas atividades de Extensão como parte dos componentes curriculares e também através de componentes curriculares específicos de Extensão.

8.2.1 Atividades de Extensão como parte dos Componentes Curriculares

As atividades de Extensão como parte dos componentes curriculares estão ligadas às cinco Oficinas Pedagógicas e às sete disciplinas de Prática Pedagógica, com carga horária estabelecida da seguinte forma:

Componente Curricular	CARGA HORÁRIA				Créditos
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Relações Etnicorraciais	20	20	20	60	4
Prática Pedagógica I	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica II	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica III	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica IV	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica V	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VI	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VII	20	40	15	75	5
Total	240	380	205	825	55

Essas atividades de Extensão podem ser desenvolvidas em qualquer escola da rede pública ou privada de ensino, nas dependências da própria UNIFAP, bem como em qualquer setor ou órgão no qual os acadêmicos possam cumpri-las. Os alunos devem executar projetos, preferencialmente de cunho pedagógico, a partir das experiências vivenciadas nas Oficinas Pedagógicas Extensionistas e nas Práticas Pedagógicas acima citadas.

Esses componentes curriculares têm como objetivo promover o diálogo e a troca de saberes entre o que foi discutido na Universidade e a comunidade escolar – professores, profissionais da área pedagógica, alunos e pais. O objetivo é contribuir para o debate de tais temáticas e a elaboração de proposta de como trabalhar essas questões em sala de aula. Sobre tal aspecto, Benetti; Sousa; Souza (2015, p. 27) destacam que:

O princípio da *interação dialógica* orienta que o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais devem ser marcadas pelo diálogo e troca de saberes, substituindo o discurso da hegemonia acadêmica pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. A *interdisciplinaridade e interprofissionalidade* – implicam na necessidade de considerar de forma integrada os diversos conhecimentos desenvolvidos na universidade nas várias disciplinas e áreas do conhecimento, mediante a construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. A *indissociabilidade ensino–pesquisa–Extensão* – considera que as ações de Extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

Dessa forma, é possível integralizar 205h de Extensão. Para tanto, os acadêmicos devem solicitar à direção de escola, à Coordenação do Curso do Curso, ou ao responsável pelo órgão no qual a Oficina Pedagógica foi ministrada, o Certificado com o título da atividade de Extensão executada, devendo constar local de execução, público envolvido e a carga horária, bem como apresentar o relatório final da atividade.

8.2.2 Atividades de Extensão ligadas a componentes curriculares próprios de Extensão Universitária

As 165h restantes os acadêmicos integralizarão a partir das disciplinas Atividade de Extensão I, II, III e V com 30h e Atividade de Extensão IV com 45h ofertadas do 2º ao 6º semestre.

Componente Curricular	CARGA HORÁRIA				Créditos
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Atividade de Extensão I	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão II	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão III	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão IV	-	-	45	45	3
Atividade de Extensão V	-	-	30	30	2
Total	-	-	165	165	11

Os acadêmicos podem também participar das seguintes atividades de Extensão:

- Programas e Projetos de Extensão: atuação em Programas e Projetos de Extensão registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias, coordenado por um docente ou técnico da Instituição, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação;
- Cursos de Extensão: atuação em cursos de Extensão registrados na PROEAC, coordenados por um docente ou técnico da instituição, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atuação discente se dará na organização desses cursos ou ministrando palestras ou aulas;
- Eventos de Extensão: atuação em eventos registrados na PROEAC, coordenados por docente ou técnico da Instituição, bem como em eventos de Extensão oferecidos por universidades ou faculdades públicas ou privadas, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atuação nos eventos de Extensão se dá sob a forma de organização e realização.

Os acadêmicos poderão solicitar aproveitamento de atividades de Extensão, desde que a participação seja em projetos/programas institucionalizadas no âmbito da Universidade Federal do Amapá, observando o vínculo com sua área de formação, o período em que foi efetivada a atividade, que não pode ser anterior à entrada do aluno no Curso. Para fins de aproveitamento o acadêmico deverá acumular a carga horária certificada até completar a carga horária do componente curricular, apresentar relatório das atividades desenvolvidas, ao qual deve estar anexada a avaliação pelo professor e solicitar aproveitamento conforme orientação da Coordenação do Curso.

8.2.3 Quadro-Resumo da Carga Horária destinada às Atividades de Extensão

Componente Curricular	CARGA HORÁRIA				Créditos
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educ. e Direitos Humanos	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educ. e Rel. Etnicorraciais	20	20	20	60	4
Prática Pedagógica I	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica II	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica III	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica IV	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica V	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VI	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VII	20	40	15	75	5
Atividade de Extensão I	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão II	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão III	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão IV	-	-	45	45	3
Atividade de Extensão V	-	-	30	30	2
TOTAL	240h	380h	370h	990h	66

9 Pós-Graduação

9.1 Curso de Especialização em História e Historiografia da Amazônia

O objetivo do Curso é formar pesquisadores cujos profundos conhecimentos dos modos de vida e interesses das populações da Amazônia ajudem a engendrar outras narrativas históricas, mais assentes às perspectivas e esperanças dos homens e mulheres das mais amplas camadas sociais da Região. O público a que se destina são os graduados em História, Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia, e outras áreas das Ciências Humanas, cujo processo seletivo é regido por edital próprio, para turmas de 30 alunos, que cursarão sem ônus de pagamento de mensalidades, segundo Art. 4º da Resolução 09/2008 – CONSU/UNIFAP). O Curso tem a carga horária de 440 h e a duração de 1 (um) ano — incluída a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São ministradas 14 disciplinas por professores mestres e doutores pertencentes ao corpo docente da Universidade.

9.2 Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)

Em 2015, a UNIFAP passou a integrar a Rede Nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), em cujo Regimento Geral consta que:

Art. 1º O Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória) tem como objetivo proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História. Art. 2º O ProfHistória é um curso presencial com oferta nacional, conduzindo ao título de Mestre em Ensino de História, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrado por Comissões Acadêmicas Locais vinculadas a uma ou mais Instituições de Ensino Superior. § 1º Denomina-se Comissão Acadêmica Local o conjunto de professores de uma ou mais Instituições do Ensino Superior numa determinada localidade, que é responsável pela coordenação e execução do curso, conforme expresso nos artigos 8º e 9º deste Regimento. § 2º Denomina-se Instituição Associada a Instituição de Ensino Superior que integra o ProfHistória (UFRJ, 2013).

10 Infraestrutura do Curso

A Coordenação do Curso de História funciona no Prédio dos Professores, andar térreo. As salas de aula, em número de cinco, estão concentradas nos blocos Q (Q2, Q3,) e S (S1, S2, S3). Ressalta-se que na sala Q1 há gabinetes para os professores, para a Coordenação do ProfHistória, uma sala de reuniões e uma biblioteca setorial. Na sala 4 (bloco S) e nas salas 1, 2, 3 e 4 (bloco L) serão instalados gabinetes para os professores desenvolverem suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, distribuídas conforme as respectivas Linhas de Pesquisa.

O Curso dispõe de um Centro de Memória, alocado provisoriamente na sala Q4, enquanto não for construído o prédio no qual funcionarão os Cursos do Departamento de Ciências Humanas. Nessa sala serão instalados quatro *scanners* para digitalização de documentos e sete computadores.

Tem-se, também, o Centro de Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), que funciona em prédio próprio, com o qual o Curso de Licenciatura pode contar para a realização de atividades que envolvam o Ensino de História e a questão patrimonial.

Em função da necessidade de um laboratório específico para atender às demandas da Licenciatura, o Colegiado deliberou por solicitar à UNIFAP a construção do Laboratório de Ensino de História Multimídia, no prazo máximo de 2 anos a vencer em janeiro de 2019. Tal Laboratório de é muito importante, tendo como objetivos:

- Proporcionar educação continuada e em serviço dos profissionais que atuam em História, na Educação Básica;
- Contribuir para a formação profissional dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em História;
- Orientar professores de História da Educação Básica na elaboração de recursos didáticos pedagógicos, possibilitando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem;
- Elaborar recursos didático-pedagógicos para uso dos professores de História da Educação Básica;
- Amparar a produção, organização e estratégias de transferência de conhecimento e tecnologia que dialoguem com teorias, metodologias e conhecimento empíricos na área de História, com franca ênfase na relação ensino-aprendizagem e novas cognições;
- Divulgar o acervo documental sobre a História do Amapá, a ser microfilmado e arquivado no Centro de Memória Histórica vinculado ao Curso, possibilitando seu uso para o ensino de História;
- Estabelecer um elo entre professores dos três níveis de ensino, que permita repensar o ensino de História na Educação Básica e na Superior, fortalecendo, assim, a Extensão universitária.

11 Ementas dos Componentes Curriculares

11.1 Disciplinas do Núcleo Básico

- **História Antiga** (1º sem. – 60 h)

Ementa

Visa introduzir os alunos ao estudo da História Antiga, à produção autônoma de conhecimento e de estratégias de ensino. Em perspectiva restrita visa-se à compreensão das dinâmicas e estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas da Antiguidade, procurando discutir questões como a relação do homem com a Natureza no processo de produção, bem como relativas à diversidade de gênero, sexual, religiosa e geracional.

Bibliografia Básica

FLOREZANO, Maria Beatriz B. **Mundo antigo**: economia e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1994.
ROSTOVITZ, Mikhail. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
VERNANT, Jean-Pierre; NAQUET, Pierre Vidal. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga**. Campinas: Papyrus, 1989.

Bibliografia Complementar

ALFÖDY, Géza. **A História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.
FINLEY, Moisés. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
FRIGIETTO, Renan. **Cultura e poder na Antiguidade tardia ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000.
FUNARI, Pedro Paulo. **Roma**: vida pública e vida privada. São Paulo: Atual, 1993.
_____. **A renovação do ensino de História Antiga no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.
GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: Ática, 1985.

- **História Medieval** (2º sem. – 60h)

Ementa

A transição entre a Antiguidade e a Idade Média. A economia agrária dominial, o comércio e as transformações no mundo cristão. A constituição dos reinos romano-germânicos. A organização eclesial da Igreja. Cristianismo e Paganismo. Feudalismo, senhorio e feudalidade. Economia agrária e economia urbana. O papado e o Sacro Império. As Cruzadas e a Reconquista. A crise dos séculos XIV e XV. A constituição de monarquias. Os movimentos comunais. O Humanismo do outono da Idade Média. Busca-se discutir questões que envolvem

a relação do homem com a Natureza no processo de produção, bem como as relativas à diversidade de gênero, sexual, religiosa e geracional na Idade Média

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1981.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HEERS, Jacques. **História Medieval**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Bibliografia Complementar

ABRAMSON, M.; GUREVITCH, A.; KOLESNITSKI, N. **História da Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1978.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. São Paulo: UNESP, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

TREVOR-ROPER, Hugh. **A formação da Europa cristã**. Lisboa: Verbo, 1966.

- **História Moderna** (3º sem. – 60h)

Ementa

Reformas Religiosas. O Absolutismo Monárquico e a Europa das Luzes. A cidade moderna. As mulheres na modernidade, a corte no Absolutismo, a Ciência moderna, o Romantismo. O nascimento das fábricas: de servo a operário. A arte renascentista. O descobrir de um novo mundo, a revolução das calçadas, a fé e as religiões modernas. Questões relativas à diversidade de gênero, sexual, religiosa e geracional. A discussão em torno dos Direitos Humanos na modernidade.

Bibliografia Básica

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FALCON, Francisco José C. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.

HOBBSAWM, Eric. A crise geral da economia europeia no século XVII. *In*: SANTIAGO, Theo (Org.).

Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica. São Paulo: Contexto, 1988.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideais de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LUIZETTO, Flávio. **Reformas Religiosas**. São Paulo: Contexto, 2007.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal - séculos XV e XVI)**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1999.

- **História Contemporânea** (8º sem. – 60h)

Ementa

Com foco na questão do ensino, a disciplina discute o mundo contemporâneo, considerando certo consenso sobre suas origens nas Revoluções Burguesas do fim do século XVII (Americana e Francesa), cuja gênese ajuda a compreender os dois séculos seguintes. Aborda os Direitos Humanos; os novos movimentos sociais: feminismo, pacifismo e ambientalismo; o pós-modernismo.

Bibliografia Básica

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1996.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Bibliografia Complementar

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- FALCON, Francisco; MOURA, Gérson. **A formação do mundo contemporâneo: a fase de formação da sociedade liberal**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1989.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- NERÉ, Jacques. **História contemporânea**. São Paulo: DIFEL, 1975.
- SCHNERB, Robert. **O século XIX: o apogeu da civilização europeia**. São Paulo: DIFEL, 1969.

- **História das Américas I – Antiga e Colonial (3º sem. – 60h)**

Ementa

Das sociedades pré-conquistadas às sociedades coloniais americanas do século XVII. Culturas, sociedade e poder entre os povos nativos, em especial na Mesoamérica e nos Andes. Conquista e colonização europeias. Administração, Economia, culturas e sociedade no mundo colonial americano. Colonizações não ibéricas. As relações do homem com a Natureza. Diversidade de gênero, sexual e religiosa no novo mundo.

Bibliografia Básica

- BONILLA, Heráclito. **Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas**. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **América Pré-Colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na Época Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar

- ARNOLD, David. **A época dos descobrimentos**. Lisboa: Grávida, [19__].
- BOORTIN, Daniel J. **Os descobridores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- ELLIOTT, John H. **Imperios del mundo Atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)**. Madrid: Taurus, 2006.
- NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia da Letra; Minc-Funarte, 1999.
- ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

- **História das Américas II – Independente e Contemporânea (4º sem. – 60h)**

Ementa

As Américas nos séculos XVIII e XIX. Reformas nas sociedades coloniais americanas e processos revolucionários. Independências no Continente. Formação dos Estados Nacionais e nacionalismos no século XIX. Economia, cultura e sociedade nas Américas dos séculos XVIII e XIX. Direitos Humanos nas Américas. As Américas nos séculos XX-XXI. Expansão capitalista, oligarquias e populismos. Experiências revolucionárias, ditaduras, redemocratizações e movimentos sociais na América Latina. Os EUA: transformações da sociedade norte-americana e relações com a América Latina. Culturas e identidades nas Américas dos séculos XX-XXI: as questões socioambientais; a diversidade de gênero; sexual; religiosa e geracional na América Contemporânea.

Bibliografia Básica

- DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- IOKOI, Zilda Márcia G.; DAYRELL, Eliane G. **América Latina contemporânea: desafios e perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- PAMPLONA, Marco; MÄDER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Bibliografia Complementar

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

PAMPLONA, Marco; MÄDER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PRADO, Maria Lígia C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999.

- **História do Amapá** (7º sem. – 60h)

Ementa

As terras do Cabo Norte no relato de viajantes. O Amapá no contexto do projeto colonial português. Fronteira, colonização e conflitos na Costa Setentrional do Grão-Pará. Intervenção econômica e política da segunda metade do século XX, com ênfase nas bases de organização econômica e política do Território Federal do Amapá e do Estado do Amapá. As questões socioambientais; a diversidade de gênero; sexual; religiosa; e geracional na Amapá.

Bibliografia Básica

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **A Escrita da História Paraense**. Belém: UFPA, 1998.

AMARAL, Alexandre *et al.* **Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011.

GOMES, Flávio dos S. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira; séculos XVIII-XIX**. Belém: UFPA, 1999.

OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Org.). **Amazônia, Amapá: escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

Bibliografia Complementar

LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Viagem pelo Amazonas (1735-1745)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

GOMES, Flávio dos S.; QUEIROZ, Jonas M. de; COELHO, Mauro C. (Org.). **Relatos de Fronteira: fontes para a História da Amazônia; séculos XVIII e XIX**. Belém: UFPA, 1999.

BRITO, Daniel Chaves de. **Extração mineral na Amazônia: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá**. Belém: NAEA/UFPA, 1994.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa**. Belém: SECULT, 1993a.

_____. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: SECULT, 1993b.

- **História da América Portuguesa** (4º sem. – 60h)

Ementa

A formação do mundo colonial português na América: História e historiografia. Economia e sociedade: escravidão e outras formas de trabalho. Cultura e religiosidade na Colônia. A América Portuguesa e a crise do sistema colonial. A relação do homem com a Natureza. A mulher, a criança e a família no Brasil Colonial. O processo de emancipação política. Estudo e análise das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino e nos diversos materiais didáticos e nas práticas avaliativas.

Bibliografia Básica

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 1997.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

SZMRECSÁNY, Tomás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

Bibliografia Complementar

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: *Campus*, 2000.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa - a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SOUZA, Laura de Melo e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização (séc. XVI-XVIII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello; NOVAIS, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- **História do Brasil Império** (5º sem. – 60h)

Ementa

O processo de construção do Estado brasileiro e o projeto de construção da Nação. Conflitos e lutas no Primeiro Reinado e Período Regencial. Escravidão, trabalho livre, imigração europeia e abolicionismo. Manifestações culturais na sociedade monárquica. Política interna e externa no Segundo Reinado. Estudo e análise das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino e nos diversos materiais didáticos e nas práticas avaliativas.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: II Teatro das Sombras**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOUZA, Lara Lis Carvalho. **Pátria coroadas: o Brasil como corpo autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999.

Bibliografia Complementar

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: *Campus*, 2000.

MENDONÇA, Joseli Nune. **Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SZMRECSÁNY, Tomás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

- **História do Brasil República** (6º sem. - 60h)

Ementa

O fim do Império e a ascensão do regime republicano no Brasil. República e Coronelismo. Crises políticas e econômicas: continuidades e rupturas. Industrialização no Brasil: gênese, processo político e modelo econômico (1930-1964). Estado Novo: trabalhismo e nacionalismo. Comunicação, cultura e as novas linguagens: da *Voz do Brasil* à descentralização da informação com a *internet*. A institucionalização do regime autoritário: resistência e mobilização da sociedade brasileira. A distensão da ditadura militar e a anistia política. O Brasil e a nova ordem mundial. A consolidação do regime democrático no Brasil e a nova agenda social e política: Direitos Humanos; questões socioambientais; étnico-raciais; de gênero; sexuais; e religiosas. A sociedade brasileira no século XXI: conjunturas atuais.

Bibliografia Básica

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Brasil Republicano: o tempo do Estado Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Maria Paula *et al.* Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.

Ponteio, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<http://www.historia.ufrj.br/pdfs/2013/livro_ditadura_militar.pdf>.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, p.31-58, 1996. Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossiê/artg2-2.pdf>.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo: uma política de compromisso**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

NOVAES, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil: República; da Belle Époque a Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em:

<<http://www-periodicos-capes-gov-br>>.

- **Historiografia Brasileira** (7º sem. – 60 h)

Ementa

O conhecimento historiográfico nas dimensões cultural, política, econômica e social sobre o Brasil de meados do século XIX ao século XX, com destaque às principais matrizes teóricas e abordagens metodológicas, bem como aos debates e tendências atuais.

Bibliografia Básica

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

LAPA, José Roberto do A. **História e Historiografia: Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Bibliografia Complementar

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família sob regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

NEVES, Lucia Maria B. P. das (Org.). **Estudos de Historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NOVAES, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br>>.

- **História da Amazônia** (4º sem. – 60h)

Ementa

Os conflitos entre povos indígenas e colonizadores europeus. As missões religiosas na Amazônia dos séculos XVII e XVIII. A política do consulado pombalino na Amazônia. Conflitos amazônicos em torno da Independência do Brasil. Os sentidos da Cabanagem.

Bibliografia Básica

GOMES, Flávio dos S.; QUEIROZ, Jonas M. de; COELHO, Mauro Cezar (Org.). **Relatos de Fronteira:** fontes para a História da Amazônia; séculos XVIII e XIX. Belém: UFPA, 1999.
NEVES, Fernando A. de F.; LIMA, Maria Roseane P. (Org.). **Faces da História da Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2006.
QUEIROZ, Jonas M. de. **Amazônia:** modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA; Macapá: UNIFAP, 2001.

Bibliografia Complementar

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Org.). **Os senhores dos rios:** Amazônia, margens e História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.
HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992.
MOREIRA NETO, Carlos de A. **Índios da Amazônia:** de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.
SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão.** 3. ed. rev. e ampl. Belém: IAP, 2005.

- **História da Amazônia II** (5º sem. – 45h)

Ementa

A economia da borracha e a Amazônia *bellepoqueana*. Ensaios de modernização da Amazônia: a ferrovia Madeira-Mamoré e a Comissão Rondon. A Amazônia no planejamento econômico nacional. Os grandes projetos e a questão fundiária e ambiental.

Bibliografia Básica

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície:** Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia:** 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Edna M. R. de; HÉBETTE, Jean. **Na trilha dos grandes projetos:** modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma:** a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *In:* SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil.** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-734.
RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC, 1993.

- **História e Culturas Indígenas** (2º sem. – 60h)

Ementa

História indígena no Brasil. A problemática da pesquisa brasileira sobre os povos indígenas e seu reflexo no ensino de História. Culturas indígenas e suas manifestações. A legislação indígena brasileira. Educação indígena e educação Escolar Indígena: tendências e perspectivas. Breve contexto dos povos indígenas no Amapá.

Bibliografia Básica

GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?** São Paulo: Iepé, 2003.

LUCIANO, Gersem. **O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

CUNHA, Manuela C. da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da R. (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967).** Rio de Janeiro: Museu do Índio/ FUNAI, 2011.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: 2006 - 2010.** São Paulo: ISA, 2011.

SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). Ensino de História Indígena. **Revista História Hoje**, Manaus, v. 1, n. 2, p. 27-42, 2013.

TASSINARI, Imperatriz M. A. **No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Kariyuna do Amapá.** São Paulo: EDUSP, 2003.

- **História e Cultura Africanas** (6º sem. – 60h)

Ementa

O processo de hominização e o povoamento do Continente Africano pela humanidade arcaica. O processo da construção dos primeiros Estados agroburocráticos da História. As lutas e rivalidades políticas entre povos e nações africanas. Os expansionismos intra-africanos os reinos Núbios, Kush, Axum e Egito até a contemporaneidade. As invasões e colonização árabe da África setentrional. Culturas e religiosidades africanas. Os tráficos negreiros intra-continentais e transoceânicos. Os processos de desintegração de espaços sócio-históricos constituídos e, conseqüentemente, os processos de regressão social. A conquista e colonização europeia do Continente Africano. As lutas de libertação e a descolonização da África/ as lutas da pós-independência.

Bibliografia Básica

BELLUCCI, Beluce (Coord.). **Introdução à História da África e da cultura afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COSTA e SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

KI-ZERBO, J. (coord.). **História Geral da África.** São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar

ALENCASTRO, Luiz F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA e SILVA, Alberto da. **A manilha e o limbombo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FAGE, John D. **História da África.** Lisboa: Edições 70, [19__].

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

THORTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** Rio de Janeiro: *Campus*, 2004.

- **História e Cultura Afro-Brasileiras** (7º sem. – 60h)

Ementa

A Afro-América e a diversidade da presença africana no mundo americano. A luta dos negros no Brasil: das revoltas, levantes, insurreições ao Movimento Negro. As culturas Negras no Brasil e a diversidade desta presença nas regiões brasileiras. O Negro na formação da sociedade nacional. As religiões Afro-Brasileiras. A presença Negra na Amazônia. Histórias e culturas Negras no Amapá.

Bibliografia Básica

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato P. **Ancestrais**: uma introdução à História da África Atlântica. Rio de Janeiro: *Campus*, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2004.

LAURENT, Vidal. **Mazagão**: a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos a Amazônia (1769-1703). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MATTOS, Rejane A. de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

Bibliografia Complementar

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

ANJOS, Rafael S. A. **Quilombolas**: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori, 2006.

MARTINEZ, Paulo. **África e Brasil**: uma ponte sobre o Atlântico. São Paulo: Moderna, 1992.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

LUNA, Verônica Xavier. **Escravos em Macapá**: africanos redesenhando a vila de São José (1848-1856). João Pessoa: Sal da Terra, 2011.

- **Arqueologia Brasileira** (5º sem. – 60h)

Ementa

Introdução à Arqueologia. Povoamento inicial do Continente Americano. Arqueologia do Brasil pré-colonial e a História indígena de “longa duração.” Arqueologia, educação e patrimônio. Arqueologia Pública, Cultura Material e os sentidos contemporâneos das coisas do passado. Proteção e valorização do Patrimônio Arqueológico.

Bibliografia Básica

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; NOELI, Francisco S. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história de nosso País. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Bibliografia Complementar

BARRETO, Mauro V. **Abordando o passado**: uma introdução à Arqueologia. Belém: Paka-tatu, 2010.

LIMA, Tânia Andrade. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 33, 2007.

SILVA, Ana Cristina R.; NUNES FILHO, Edinaldo P. A proteção do passado: gestão participativa e educação patrimonial como instrumentos de salvaguarda do patrimônio arqueológico na Amazônia.

Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, v. 1, p. 13-21, 2012.

SOARES, André Luís R. (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Catarina: UFSM, 2003.

TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

- **Teorias da História** (1º sem. – 60h)

Ementa

O estudo da História como Ciência e o ofício do historiador. A concepção de tempo. Análise e formação conceitual ou teórica de várias correntes historiográficas contemporâneas. Estudo das múltiplas historiografias e de seus referenciais teórico-metodológicos, como modelos explicativos da História em sua dupla dimensão de saber e realidade empírica.

Bibliografia Básica

BARROS, José d' Assunção. **Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS, José Carlos R. **História e teoria**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Bibliografia Complementar

BARROS, José d' Assunção. **Teoria da História: os paradigmas revolucionários**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011a.

_____. **Teoria da História: os primeiros paradigmas; Positivismo, Historicismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011b.

_____. **Teoria da História: acordos historiográficos; uma nova proposta para a teoria da História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011c.

_____. **Teoria da História: a Escola dos *Annales* e a Nova História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1985.

- **Metodologias da Pesquisa História** (6º sem. – 60h)

Ementa

Análise dos diferentes procedimentos metodológicos que norteiam a produção do conhecimento histórico. Construção dos instrumentos necessários para a elaboração de um texto historiográfico. Discussões sobre teoria e método no campo da pesquisa histórica, abordando as relações recíprocas entre História e Memória, marcando suas diferenciações. O ensino de História como objeto de pesquisa. Uso historiográfico de diferentes fontes históricas.

Bibliografia Básica

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

BARROS, José d' Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINSK, Carla B.; LUCA, Tania Regina. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.
VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília: UnB, 1982.

- **Trabalho de Conclusão de Curso I** (7º sem. – 60h)

Ementa

Noções gerais sobre o projeto de pesquisa em História. Escolha e delimitação do tema/problema. Referencial teórico: primeiras leituras sobre o tema. Referencial metodológico: escolha do tipo de estudo. Elaboração do projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2011.
BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar

GARDINER. Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
HOBSBAWN. Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.

- **Trabalho de Conclusão de Curso II** (8º sem. – 60h práticas)

Ementa:

A produção do conhecimento histórico. Recursos da pesquisa histórica. Levantamento da bibliografia e da documentação, coleta da documentação. Sistematização do material coletado. Elaboração do relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica e Complementar:

A serem definidas por cada orientador, de acordo como tema da pesquisa.

11.2 Disciplinas do Núcleo Complementar

- **Abordagens Historiográficas Interdisciplinares I: ênfase em Filosofia e Ciência Política** (1º sem.– 60h)

Ementa

Poder e liberdade na política e no pensamento ocidental. Fundamentos filosóficos e políticos do Estado moderno. Sujeito e Estado: dimensões do controle e da liberdade. Fragmentação e difusão do poder na sociedade. Velhas e novas utopias no pensamento político e filosófico.

Bibliografia Básica

CHÂTELET, François *et al.* **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Bibliografia Complementar

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: Política e Filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- **Abordagens Historiográficas Interdisciplinares II: ênfase em Sociologia e Antropologia** (1º sem. – 60h)

Ementa

Culturas das sociedades humanas. Campos da Antropologia. Sociedade e indivíduo. Socialização e Interação. Papéis, *Status* e Classes Sociais. Etnologia e História. História de longa duração e Micro História. História Cultural e História Social. Estrutura e Acontecimento.

Bibliografia Básica

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
MAUS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: COSA, 2003.
SAHLINS, Marshall. **História e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Bibliografia Complementar

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
BERTHELOT, Jean Michel. **Sociologia, História e Epistemologia**. Ijuí: INIJUI, 2005.
GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Presença, 2000.
LAKATOS, Eva Maria. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1997.
LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

- **Língua Portuguesa e Comunicação** (1º sem. – 60h)

Ementa

Produção, análise e reescrita de textos. Prática da leitura e estudo de textos.

Bibliografia Básica

FARACO, Carlos; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto: Língua Portuguesa para nossos estudantes**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, [19 - -].
MARTINS, Dleta; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental**. Porto Alegre: Sagra, 1993.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
SOARES, Magda Becker. **Técnica de redação: as articulações linguísticas como técnica de pensamento**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, Pierre. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
CUNHA, Maria A. da. **Vários olhares sobre o mesmo objeto- língua**. Cuiabá: EDUNIC, 1999.
MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
PREETI, Dino. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: *Humanitas*; USP, 2001.
VILLAÇA, Ingedore G. K. **Argumentação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez [19 - -].

11.3 Disciplinas do Núcleo Pedagógico

- **Metodologia do Ensino de História** (3º sem. – 60h)

Ementa

As novas linguagens no ensino de História. A formação de professores de História. Educação e ensino de História no Brasil. Os currículos para o ensino de História.

Bibliografia Básica

ABUD, Kátia Maria; MELO SILVA, André C. de; ALVES, Ronaldo C. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e de História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia**. Campinas: Papirus, 2003.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de L. e. **História & Ensino de História**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

- **Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História** (3º sem. – 45h)

Ementa

Os conhecimentos teóricos e metodológicos, aplicados ou abstratos, sobre utilização das TIC na Educação, como também na pesquisa histórica, tendo como pressuposto a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão - em ambientes virtuais ou presenciais. História e *internet*. Redes e cognição. Dispositivos digitais móveis. Realidade aumentada e acessibilidade.

Bibliografia Básica

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, Francisco de A. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1998.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. **Educação e tecnologia: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

Bibliografia Complementar

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARDOSO, Frederico; AMORIM, Marina. A História a um clique: as Tecnologias da Informação e da Comunicação, os documentos em suporte não convencionais e o ensino de História. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2011.

DOMINGOS, Diego; DAUM, Eser; SILVA, Fernanda; CABRAL, Thiago. A realidade aumentada como objeto de aprendizagem: as novas tecnologias na EaD. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS*, 12., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2012.

SHARPLES, Mike; TAYLOR, Josie; VAVOULA, Giasemi. Towards a Theory of Mobile Learning. *In: 4.ª WORLD CONFERENCE ON MOBILE LEARNING (MLEARN)*. 4.ª, Cidade do Cabo, África do Sul, **Anais...**Cidade do Cabo, 2005.

- **Educação Patrimonial** (8º sem. – 60h)

Ementa

Educação e Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico: suportes teóricos. Políticas de preservação dos bens patrimoniais: suportes legais no Brasil e no Amapá. Relação entre patrimônio, memória, História, educação, pesquisa, ensino e cidadania. Conhecimento histórico e patrimônio: interdisciplinaridade como prática educativa. Metodologia da Educação Patrimonial: projetos e oficinas.

Bibliografia Básica:

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.
FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cassia. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
MACHADO, Maria Beatriz P. **Educação patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco, 2004.
MAGALHÃES, Leandro Henrique; Zanon, Roberta; BRANCO, Patrícia Martins. **Educação Patrimonial**: da teoria à prática. Londrina: UNIFIL, 2009.
SIMÃO, Maria C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: MEC, Instituto do Programa Monumenta, 2005.
_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012.
_____. _____. **Educação Patrimonial**: diálogos entre escola, museu e cidade. João Pessoa: Casa do Patrimônio/ Paraíba, 2014.
HACK, Édina Francini S. Entre o ensino de História e a educação patrimonial: em busca da investigação de bens culturais locais. **Revista Confluências Culturais**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2013.
LEAL, Elizabete; PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Patrimônio e História**. Londrina: UNIFIL, 2014.

- **Oficina de Produção de Material Didático** (5º sem. – 60h)

Ementa

Análise da produção e utilização de recursos didáticos que visem oportunizar a articulação entre a prática docente e o ensino de História. Produção de livros didáticos, paradidáticos e audiovisuais voltados para o ensino de História. Produção de material didático pelos acadêmicos.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. História e Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
FARIAS, Maria Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 1994.
NIKITIUK, Sônia L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar

CABRINE, Conceição *et al.* **O ensino de História**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
FONSECA, Selva Guimarães. **O ensino de História na escola fundamental**. São Paulo: Cortez, 1988.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.
PINSKY, Carla (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.
PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

- **Política e Legislação Educacional Brasileira** (4º sem.– 60h)

Ementa

A educação no contexto da Teoria Sistêmica. As condições sócio-históricas na elaboração da legislação educacional brasileira: os aspectos fundamentais na definição do sistema e do funcionamento da educação formal no Brasil. O Ensino Fundamental e Médio à luz da nova LDBEN - Lei 9394/96: análise e compreensão crítica da legislação atual do ensino.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

Bibliografia Complementar

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

LINHARES, Célia. (Org.). **Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha**. Campinas: Cortez, 2000.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

STREAL, Afonso; RÉQUIA, Ivone da R. **Estrutura e funcionamento do Ensino Fundamental e Médio: subsídios para professores e alunos candidatos ao concurso do magistério**. Porto Alegre: Sagra, 1997.

- **Psicologia da Educação** (2º sem. – 60h)

Ementa

A Psicologia e a Educação. Processo ensino-aprendizagem. Fatores escolares, familiares e individuais que afetam a aprendizagem. Retenção e transferência. Fundamentos psicológicos da avaliação.

Bibliografia Básica

ALENCAR, Eunice Soriano (Org.). **Novas contribuições da Psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIGGE, Morris L. **Teorias da aprendizagem para professores**. 10. ed. São Paulo: EPU, 1977

BOCK, Ana Mercês *et al.* **Psicologias: uma introdução ao estudo**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

BORDIN, J. (Org.). **Construtivismo e Pós-graduação um novo paradigma sobre aprendizagem**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BROOKS, J. G; BROOKS, M.G. **Construtivismo em sala de aula**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CASTORINA, J. A. **Piaget-Vygotski: novas contribuições para o debate**. São Paulo: Ática, 1996.

CUNHA, M. V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.

FOULIN, J.; MOUCHON, S. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

- **Didática** (2º sem. – 60h)

Ementa

Tendências pedagógicas na prática escolar. A Didática como atividade pedagógica: ensinar e aprender nas diferentes modalidades de ensino. A importância do papel da pesquisa na formação do professor. A pedagogia e a organização de procedimentos que envolvem a interdisciplinaridade.

Articulação entre a epistemologia da didática e ação docente. Planejamento. Etapas do planejamento. Tipos de planos. Didática e prática pedagógica.

Bibliografia Básica

- CANAU, Vera M. **Rumo a uma nova Didática**. Petrópolis: Vozes, 1989.
CUNHA, Maria Izabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1992.
FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1993.
SILVA, Marilda. **Controvérsias em Didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

Bibliografia Complementar

- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. 4. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1992.
LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar: julgamento x construção**. Petrópolis: Vozes, 1994.
LOPES, Antonieta Osima *et al.* **Repensando a Didática**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1989.
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 2.ed., São Paulo: EPU, 1990.
WOCHOWIEZ, Lilian Anna. **O método dialético na Didática**. 3. ed., Campinas: Papyrus, 1995.

- **Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva (2º sem. – 60 h)**

Ementa:

Questões teóricas, históricas e conceituais sobre a Educação Inclusiva. A Declaração de Salamanca, a inserção social do PNEE, a educação dos PNEE na legislação brasileira, a prática docente frente à inclusão dos PNEE. Construção de projetos, atividades ou materiais didáticos a partir das discussões levantadas. Orientações para a elaboração de oficina extensionista sobre educação inclusiva a ser desenvolvida pelos acadêmicos.

Bibliografia Básica

- MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
MAZZOTTA, Marcos J.S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
MITTLER, Peter. **Educação inclusiva contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (Org.). **Educação Especial – múltiplas leituras, diferentes significados**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 2003.
DUNN, Loyd. M. **Crianças excepcionais: seus problemas, sua educação**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.
MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1987.
MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
SILVA, Shirley; VIZIM, Marli. (Org.). **Educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

- **Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Relações Etnicorraciais (8º sem. – 60 h)**

Ementa

Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Políticas de Ações Afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas. Construção de projetos, atividades ou materiais didáticos a partir das discussões

levantadas. Orientações para a elaboração de Oficina Extensionista sobre Educação e relações étnico raciais a ser desenvolvida pelos acadêmicos.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2005.

FERREIRA, Mariana K. Leal; SILVA, Aracy Lopes (Org.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a Escola**. São Paulo: Global, 2001.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial: Ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço Branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Antropologia: diversidade e educação**. 2. ed. rev. Cuiabá: EDUFMT, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Educação Especial: a desigualdade racial no mercado de trabalho**. São Paulo, nov. 2002.

SANTOS, Sales A. dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC; UNESCO, 2005.

- **Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade** (3º sem. – 60h)

Ementa

Reflexões sobre a relação entre Educação, identidade e diversidade. Analisa os conceitos de Identidade e de Diversidade à luz das principais perspectivas teóricas da área. Discute temas relativos à diversidade social, cultural, ideológica, sexual e de gênero no contexto dos processos educativos. Construção de projetos, atividades ou materiais didáticos a partir das discussões levantadas. Orientações para a elaboração de Oficina Extensionista sobre Educação e Diversidade a ser desenvolvida pelos acadêmicos.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, Marli (Org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas: Papirus, 2006.

DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata N. (Org.). **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores**. Belo Horizonte: Formato, 2004.

TORRES, José Antônio G. **Educação e diversidade cultural: bases dialéticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

GOMES, Nilma L. Educação e diversidade étnico cultural. *In*: RAMOS, Marise N.; ADÃO, Jorge M.; BARROS, Graciete M. N. (Org.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SETEC), 2003.

KUPPER, Agnaldo. **Cultura à visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas em sala de aula**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

- **Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental** (4º sem.- 60h)

Ementa

Fundamentos da Educação Ambiental como área do conhecimento teórico, científico-metodológico e aplicado às Ciências educacionais e ambientais. Diferentes tipos de abordagens e metodologias em

Educação Ambiental. Construção de projetos, atividades ou materiais didáticos a partir das discussões levantadas. Orientações para a elaboração de Oficina Extensionista sobre Educação Ambiental a ser desenvolvida pelos acadêmicos.

Bibliografia Básica

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: GAIA, 2003.
GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na Educação**. Campinas: Papirus, 2001.
_____. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000.
PEDRINI, Alexandre de G. **Educação Ambiental: reflexão e práticas contemporâneas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Centro de Educação Ambiental: manual de orientação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2004.
LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Roberto S. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
MACHADO, Carlos *et al.* **Educação Ambiental consciente**. Rio de Janeiro: WAK, 2003.
PEDRINI, Alexandre G. **Educação Ambiental: reflexão e práticas contemporâneas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
QUINTAS, José S. **Pensando e praticando a Educação no processo de gestão ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da Educação Ambiental no Licenciamento**. Brasília: IBAMA, 2005.

- **Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos** (6º sem. – 60 h)

Ementa

Compreensão das bases conceituais e históricas dos Direitos Humanos. Processo de reconstrução histórica da afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Debate sobre questões afeitas à cidadania e à vivência plena dos direitos, contribuindo para o desenvolvimento de responsabilização. Educação e Direitos Humanos. Construção de projetos, atividades ou materiais didáticos a partir das discussões levantadas. Orientações para a elaboração de Oficina Extensionista sobre Educação e Direitos Humanos a ser desenvolvida pelos acadêmicos.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio G. **Os Direitos Humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.
BENTO, Maria Aparecida S. **Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais**. São Paulo: Ática, 2002.
CANDAU, Vera Maria, *et al.* **Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
_____; SACAVINO, Susana (Org.). **Educar em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: D&P, 2000.
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2001.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. **Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos: construindo a cidadania; desafios para o século XXI - Capacitação em Rede**. Recife: RBDH, 2001.
COMPARATO, Fábio K. **Afirmção histórica dos Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.
NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. **Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem**. São Paulo: Ática, 2004.

- **LIBRAS** (8º sem. – 60h)

Ementa

História, língua, identidade e cultura surda. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar LIBRAS: desenvolver a expressão visual-espacial. Visão contemporânea sobre os fundamentos da inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e identidade surda. Tecnologias na área da surdez. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para surdos. Linguagem corporal e expressão: reconhecimento da linguagem de movimentos, gestos, comunicação e expressão possível através do corpo.

Bibliografia Básica

BRITO, Lucinda F. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, Tânia. **LIBRAS em contexto**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Bibliografia Complementar

BARBOZA, Heloisa; MELLO, Ana T. **O surdo, este desconhecido**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1997.

BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. **Decreto n. 5.626/2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o Art. 18 da Lei n. 10.098/2000. Brasília: MEC, 2005.

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: USP, 2001.

STRNADOVÁ, Vera. **Como é ser surdo**. São Paulo: Babel, 2000.

11.3 Disciplinas do Núcleo Integração

- **Prática Pedagógica I** (2º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 práticas e 15 de Atividades de Extensão)

Ementa

Ênfase em Arqueologia e História Antiga. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e Arqueologia. Ensino de História e Antiguidade. O planejamento no ensino de História. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de Arqueologia e História Antiga a ser aplicada em Escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e de História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia**. Campinas: Papirus, 2003.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NUNES FILHO, Edinaldo. **A pesquisa arqueológica no Amapá**. Macapá: B-A-BA, 2005.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza M. **Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

- **Prática Pedagógica II** (3º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 práticas e 15 de Ativ. de Extensão)

Ementa

Ênfase em Educação Ambiental e Patrimonial. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e a Educação Ambiental. O ensino de História e a Educação Patrimonial. Ensino de História e Patrimônio. Ensino de História e Meio Ambiente. A aprendizagem histórica. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de História e o Patrimônio Histórico e Ambiental e a ser aplicada em escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.
PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.
GIL, Carmen Zeli de V.; TRINDADE, Rhuan T. Z. (Org.). **Patrimônio Cultural e ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

Bibliografia Complementar

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A., 2012.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.
SILVA, Marcos A. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- **Prática Pedagógica III** (4º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 práticas e 15 de Atividade de Extensão)

Ementa

Ênfase em História Medieval e História Moderna. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e medievo. Ensino de História e modernidade. A avaliação na aula de História. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de História Medieval e Moderna a ser aplicada em escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.
HOFFMAN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção- da Pré-Escola à Universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

Bibliografia Complementar

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.
NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2001.
SILVA, Marcos (Org.). **História: que ensino é esse?** São Paulo: Papirus, 2013.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

- **Prática Pedagógica IV** (5º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 prática e 15 de Atividades de Extensão)

Ementa

Ênfase em História e Culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e Culturas afro-brasileiras. Ensino de História e Culturas africanas. Ensino de História e Culturas Indígenas. Ensino de História, religiões e

religiosidades, a partir da metodologia de projetos, referente à aplicação da Lei 11.645/2008. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de História e Culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas a ser aplicada em escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia Básica

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.
HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
PAIVA, Adriano Toledo. **História Indígena na sala de aula**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2001.
SILVA, Marcos (Org.). **História: que ensino é esse?** São Paulo: Papirus, 2013.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

- **Prática Pedagógica V** (6º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 prática e 15 de Atividades de Extensão)

Ementa

Ênfase em História da América Portuguesa e História do Brasil. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e História da América Portuguesa. Ensino de História e História do Brasil. A seleção de conteúdos no Ensino de História. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de História da América Portuguesa e História do Brasil a ser aplicada em escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e de História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia**. Campinas: Papirus, 2003.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2001.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.
SILVA, Marcos (Org.). **História: que ensino é esse?** São Paulo: Papirus, 2013.

- **Prática Pedagógica VI** (7º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 prática e 15 de Atividades de Extensão)

Ementa

Ênfase em História das Américas e História Contemporânea. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e História das Américas. Ensino de História e contemporaneidade. O Ensino de História e o uso didático de documentos. O livro didático no ensino de História. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de História das Américas e História Contemporânea a ser aplicada em escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
DIAS, Maria de Fátima S. (Org.). **História da América: ensino, poder e identidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.
SILVA, Marcos (Org.). **História: que ensino é esse?** São Paulo: Papirus, 2013.
NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2001.
ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). **A escrita da história escolar: memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

- **Prática Pedagógica VII** (8º sem. – 75h, 20 teóricas, 40 prática e 15 de Ativ. de Extensão)

Ementa

Ênfase em História do Amapá e História da Amazônia. Observação participante em escola de Ensino Fundamental e Médio. Ensino de História e História da Amazônia. Ensino de História e História do Amapá. O Ensino de História fora das salas de aulas. O uso de outros materiais didáticos no Ensino de História. Orientações para a elaboração de Atividade Extensionista sobre o ensino de História do Amapá e da Amazônia a ser aplicada em escola de Ensino Fundamental ou Médio.

Bibliografia básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.
PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e de História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia**. Campinas: Papirus, 2003.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). **Repensando o Ensino de História**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A., 2012.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

- **Estágio Supervisionado em Docência I – Ensino Fundamental** (5º sem. – 105h, 20 teóricas e 85 práticas)

Ementa

Orientação para a prática docente em História em Escola de Ensino Fundamental, de caráter diagnóstico, caracterizada pela observação e contextualização dos espaços escolares, dentre eles a sala de aula, visando identificar condições estruturais, materiais, humanas, administrativas e organizacionais do campo de Estágio, dentre outros aspectos pertinentes à formação do futuro professor de História e elaboração de Plano de Ação Educativo, de caráter investigativo e interventivo, fundado nos dados levantados na fase diagnóstica. Elaboração de relatório de Estágio.

Bibliografia Básica

FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de História**. Brasília: MEC, 1998.

_____. Secretaria de Educação Básica (SEB). **Matrizes Curriculares para a Educação Básica**. Brasília: MEC/SAEB 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

CABRINI, Conceição *et al.* **O ensino da História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlo H. C. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: Vozes, 1995.

- **Estágio Supervisionado em Docência II – Ensino Fundamental** (6º sem. – 105h, 20 teóricas e 85 práticas)

Ementa

Orientação para a prática docente em História caracterizada pela execução do Plano de Ação em escola-campo, integrante da rede de Ensino Fundamental. Valorização do caráter interventivo, cabendo ao acadêmico a regência de classe, sob a orientação do professor que ministra a disciplina de História na escola. Adoção de atividades voltadas às novas abordagens no ensino da História.

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlos Henrique C. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: Loyola, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1994.

_____. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de História**. Brasília, 1998.

_____. SAEB. **Matrizes Curriculares para a Educação Básica**. Brasília, 1999.

CABRINI, Conceição *et al.* **O ensino da História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VASCONCELLOS, Celso. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995.

- **Estágio Supervisionado em Docência III – Ensino Médio** (7º sem. – 105h, 20 teóricas e 85 práticas)

Ementa

Orientação para a prática docente em História na escola de Ensino Médio, de caráter diagnóstico, caracterizada pela observação e contextualização dos espaços escolares, dentre eles a sala de aula, visando identificar condições estruturais, materiais, humanas, administrativas e organizacionais do campo de Estágio, além de outros aspectos pertinentes à formação do futuro professor de História. Elaboração de Plano de Ação Educativo, de caráter investigativo e interventivo, fundado nos dados levantados na fase diagnóstica.

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlos Henrique C. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: Loyola, 1995.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1995.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio de História**. Brasília, 1998.

_____. SAEB. **Matrizes Curriculares para a Educação Básica**. Brasília, 1999.

CABRINI, Conceição *et al.* **O ensino da História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

- **Estágio Supervisionado em Docência IV – Ensino Médio** (8º sem. – 105h, 20 teóricas e 85 práticas)

Ementa

Orientação para a prática docente em História caracterizada pela execução do Plano de Ação em escola-campo, integrante da rede de Ensino Médio. Valorização do caráter interventivo, cabendo ao acadêmico a regência de classe, sob a orientação do professor que ministra a disciplina de História na escola. Adoção de atividades voltadas às novas abordagens no ensino da História.

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlos Henrique C. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: Loyola 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1994.

_____. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de História**. Brasília, 1998.

_____. SAEB. **Matrizes Curriculares para a Educação Básica**. Brasília, 1999.

CABRINI, Conceição *et al.* **O ensino da História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VASCONCELLOS, Celso. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995.

11.4 Componentes Curriculares do Núcleo Flexível

- **Atividades Complementares – AC** (desenvolvida ao longo do Curso – 210h)

Ementa

Regidas pela Resolução 024/2008- CONSU/UNIFAP e devendo ser homologadas pela Coordenação do Curso, procuram valorizar a participação em eventos de natureza acadêmica, tais como Cursos de Extensão, palestras, seminários, atividades de iniciação Científica; apresentação de trabalhos em Congressos, *Workshops*, Seminários, Oficinas; monitorias, publicações em revista científica. Justifica-se a normatização das AC no sentido de que o aluno possa firmar sua identidade de historiador, diante da participação em atividades tão diversas, para assegurar o perfil do egresso do Curso de História.

- **Atividade de Extensão I** (2º. sem. – 30h)

Ementa

Desenvolvimento de Projetos de Extensão ligados a Programas e/ou Projetos de Extensão coordenados e aplicados por professores do Curso de História e registrados na PROEAC,

preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atividade visa sensibilizar os estudantes para o potencial da educação na transformação social; criar condições de inserção socioprofissional do discente; aproximar continuamente os extensionistas ao mundo do trabalho; fomentar a interdisciplinaridade; possibilitar a interação entre a Universidade e a comunidade, favorecendo a troca de saberes e conhecimentos.

Bibliografia Básica e Complementar

Dependerá diretamente dos projetos de Extensão a serem desenvolvidos por professores e alunos.

- **Atividade de Extensão II** (3º sem. – 30h)

Ementa

Desenvolvimento de Projetos de Extensão ligados a Programas e/ou Projetos de Extensão coordenados e aplicados por professores do Curso de História e registrados na PROEAC, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atividade visa sensibilizar os estudantes para o potencial da educação na transformação social; criar condições de inserção socioprofissional do discente; aproximar continuamente os extensionistas ao mundo do trabalho; fomentar a interdisciplinaridade; possibilitar a interação entre a Universidade e a comunidade, favorecendo a troca de saberes e conhecimentos.

Bibliografia Básica e Complementar

Dependerá diretamente dos projetos de Extensão a serem desenvolvidos por professores e alunos.

- **Atividade de Extensão III** (4º sem. – 30h)

Ementa

Desenvolvimento de Projetos de Extensão ligados a Programas e/ou Projetos de Extensão coordenados e aplicados por professores do Curso de História e registrados na PROEAC, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atividade visa sensibilizar os estudantes para o potencial da educação na transformação social; criar condições de inserção socioprofissional do discente; aproximar continuamente os extensionistas ao mundo do trabalho; fomentar a interdisciplinaridade; possibilitar a interação entre a Universidade e a comunidade, favorecendo a troca de saberes e conhecimentos.

Bibliografia Básica e Complementar

Dependerá diretamente dos projetos de Extensão a serem desenvolvidos por professores e alunos.

- **Atividade de Extensão IV** (5º sem. – 45h)

Ementa

Desenvolvimento de Projetos de Extensão ligados a Programas e/ou Projetos de Extensão coordenados e aplicados por professores do Curso de História e registrados na PROEAC, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atividade visa sensibilizar os estudantes para o potencial da educação na transformação social; criar condições de inserção socioprofissional do discente; aproximar continuamente os extensionistas ao mundo do trabalho; fomentar a interdisciplinaridade; possibilitar a interação entre a Universidade e a comunidade, favorecendo a troca de saberes e conhecimentos.

Bibliografia Básica e Complementar

Dependerá diretamente dos projetos de Extensão a serem desenvolvidos por professores e alunos.

- **Atividade de Extensão V** (6º sem. – 30h)

Ementa

Desenvolvimento de Projetos de Extensão ligados a Programas e/ou Projetos de Extensão coordenados e aplicados por professores do Curso de História e registrados na PROEAC, preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas e Educação. A atividade visa sensibilizar os estudantes para o potencial da educação na transformação social; criar condições de inserção socioprofissional do discente; aproximar continuamente os extensionistas ao mundo do trabalho; fomentar a interdisciplinaridade; possibilitar a interação entre a Universidade e a comunidade, favorecendo a troca de saberes e conhecimentos.

Bibliografia Básica e Complementar

Dependerá diretamente dos projetos de Extensão a serem desenvolvidos por professores e alunos.

✓ **Disciplinas Optativas I**

- **Historiografia Escolar e História da Amazônia** (5º sem. - 60h)

Ementa

Análise da produção historiográfica voltada para o ensino de História e a construção do conhecimento histórico escolar. Debate acerca das abordagens sobre a História da Amazônia nos livros didáticos e paradidáticos.

Bibliografia Básica

ALVES FILHO, Armando. **Pontos de História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

FARIAS, Maria Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRA, Mariana K. Leal (Org.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a Escola**. São Paulo: Global, 2001.

Bibliografia Complementar

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **A Escrita da História Paraense**. Belém: UFPA, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARVALHO, João Renôr F. de. **Momentos da História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

PINSK, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1998.

- **Ensino de História, Relações de Gênero e Sexualidade** (5º sem. – 60h)

Ementa

As possibilidades teóricas e metodológicas para o ensino de História, com base em temáticas centradas nas discussões sobre relações de gênero e sexualidade. Abordagem das relações de poder baseadas nas construções de feminino e masculino, enfatizando disputas e conquistas da História das mulheres, a partir da historicização do conceito de gênero. Debate acerca da legislação educacional, currículo, materiais pedagógicos e o do espaço escolar como (re)produtores de desigualdades de gênero e de preconceitos, com foco nas possibilidades pedagógicas para o ensino de História.

Bibliografia Básica

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade, o “normal,” o “diferente” e o “excêntrico.” *In*: LOURO, Guacira *et al.* (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio**: História. Brasília, 1998.

_____. SAEB. **Matrizes Curriculares para a Educação Básica**. Brasília, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

CABRINI, Conceição *et al.* **O ensino da História**: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.

- **Ensino de História Medieval** (5º sem. – 60h)

Ementa

Avaliação do ensino de História Medieval no Brasil, no intuito de confrontar a negligência lançada sobre a Idade Média frente ao crescente interesse neste recorte histórico no País. Análise de livros didáticos da Educação Básica, das influências e usos do passado medieval na contemporaneidade, do lúdico, da utilização de mídias como filmes e séries para o Ensino de História, assim como de estratégias e produção de materiais didáticos e paradidáticos.

Bibliografia Básica

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

PERNOUD, Régine. **Idade Média**: o que não nos ensinaram. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

PEREIRA, Nilton M.; GIACOMONI, Marcelo P. **Possíveis passados**: representações da Idade Média no ensino de História. Porto Alegre: Zouk, 2008.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Cybele C.; PEREIRA, Nilton M.; TEIXEIRA, Igor S. (Org.). **Reflexões sobre o medievo**. Porto Alegre: Oikps-Anpuhrs, 2009.

CABRINI, Conceição *et al.* **O Ensino de história**: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques; MONTREMY, Jean-Maurice. **Em busca da Idade Média**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

MACEDO, Rivair J.; MONGELLI, Lênia M. (Org.). **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê, 2009.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre Idade Média**. Sintra: Europa-América, 1981.

- **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará** (5º sem. – 60h)

Ementa

História dos povos indígenas no Amapá e Norte do Pará no período colonial. Frentes de ocupação não indígena. Organização, cosmologia, economia, constituição contemporânea e atual dos povos indígenas do Amapá e Norte do Pará.

Bibliografia Básica

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo**: os Palikur e o Cristianismo. São Paulo: FAPESP; NUTI; ANNABLUME, 2007.

GALLOIS, Dominique T. **Terra Indígena Wajãpi**: da demarcação às experiências de gestão territorial. São Paulo: IEPÉ, 2011.

GRUPIONI, Denise Farjado. **Os Tiriyo: História, Cosmologia e organização social**. Disponível em: <<http://www.institutoiepe.org.br>>.

TASSINARI, Imperatriz M. A. **No bom da festa**: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: EDUSP, 2003.

Bibliografia complementar

GALLOIS, Dominique T. **Vigilância e controle territorial entre os Wajãpi**: desafios para superar uma transição na gestão do coletivo. Disponível em: <<http://www.institutoiepe.org.br>>.

_____; GRUPIONI, Denise Farjado. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2003.

UGART, Auxiliomar Silva. **Sertões Bárbaros**: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (XVI-XVII). São Paulo: Valer, 2009.

VIDAL, Luz Boelitz. **Galibi Marworno**: cotidiano e vida ritual. Disponível em: <<http://www.institutoiepe.org.br>>.

- **Povos Indígenas, Território e Meio Ambiente** (5º sem. – 60h)

Ementa

A relação índios e o meio ambiente. A política ambiental brasileira. Projetos para sustentabilidade das terras indígenas. Terras indígenas e Unidades de Conservação. Usufruto das riquezas naturais em terras indígenas.

Bibliografia Básica

CURI, Melissa V. Aspectos legais da mineração em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, ano 2, v. 1, n. 1, p. 221-252, dez. 2007.

GALLOIS, Dominique Tinkin. **Terra indígena Wajãpi**: da demarcação às experiências de gestão territorial. São Paulo: Iepé, 2011.

GARCIA, Simone; BASTOS, Cecília Maria C. B. Direitos indígenas, meio ambiente e projetos econômicos na história recente dos povos indígenas do Oipoque/AP. **Planeta Amazônia**: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Universidade Federal do Amapá, Macapá, v. 1, n. 1, dez. 2009.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. Plano de Vida dos índios e organizações indígenas do Oiapoque. Oiapoque: Associação dos Professores Indígenas do Oiapoque (APIO), 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LOPES, Maria Helena. **Política ambiental e usufruto indígena**: considerações sobre o aparente conflito de interesses decorrente da sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em:

<http://www.agata.ucg.br/formularios/ucg/institutos/nepjur/pdf/politicaambiental.pdf>.

LOUREIRO, Violeta R. Desenvolvimento, meio ambiente e direito dos índios: da necessidade de um novo *Ethos* Jurídico. **Revista Direito GV**, São Paulo, p. 503-526, jul./dez. 2010.

MÜLLER, Regina Polo. Duas décadas de projetos de desenvolvimento entre os povos indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v.1, n.1, p. 181-203, jul. 2004.

- **Fundamentos Teóricos da História Cultural** (5º sem. – 60h)

Ementa

Nascimento, desenvolvimento e características da História Cultural. As principais tendências da História Cultural e seus autores. As críticas à História Cultural.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.
CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
HUNT; Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes: 1992.
PESAVANTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Bibliografia Complementar

GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
_____. **História noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991a.
_____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991b.
THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- **História e Cinema** (5º sem. – 60h)

Ementa

O Ensino de História e o Cinema. A História no Cinema e o Cinema na História. História do Cinema: Estados Unidos da América, Europa e América do Sul (Argentina e Brasil). O Documentário.

Bibliografia Básica

BERNADET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides F. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
SILVA, Marcos; RAMOS, Alcides Freire (Org.). **Ver história: o ensino vai aos filmes**. São Paulo: HUCITEC, 2011.

Bibliografia Complementar

AUMONT, Jacques. **A estética do filme**. Campinas: Papyrus, 2005.
BURCH, Noël. **Práxis do Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
CARREIRO, Rodrigo. **História, linguagem e crítica de Cinema**. Recife: Livro Rápido, 2008.
MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica A. (org.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

- **História das Religiões** (5º sem. – 60h)

Ementa

Introdução às religiões mais significativas da humanidade, tais como Hinduísmo, o Budismo, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. O surgimento destas religiões em seu contexto histórico. As principais características destas religiões, suas doutrinas, organizações, bem como o seu desenvolvimento histórico.

Bibliografia Básica

ALVES, Ruben. **O enigma da religião**. Petrópolis: Vozes 1975.
DELUMEAU, Jean. **As grandes religiões do Mundo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
PIAZZA, Waldomiro. **Religiões da Humanidade**. São Paulo: Loyola, 1997.

Bibliografia Complementar

ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus: quatro milênios de busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ASHERI, Michael. **O Judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BENZ, Ernest. **Descrição do Cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASPAR, Robert. **Cristianismo / Islamismo**. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1991.

GIRARD, Dennis. **Budismo, história e doutrina**. Petrópolis: Vozes, 1992.

VALLE, Gabriel. **Filosofia indiana**. São Paulo: Loyola, 1997.

- **História, Memória e Oralidade** (5º sem. – 60)

Ementa

Discussão dos aportes teórico-conceituais sobre a produção social de memórias e a constituição de narrativas orais.

Bibliografia Básica

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FENELON, Dea R.; MACIEL, Lara A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Marieta de M. *et al.* **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Bibliografia Complementar

FÉLIX, Loiva O. **Memória e História: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

MEIHY, José Carlos. S. (Org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MONTENEGRO, Antônio T. **Memória e História: desafios da contemporaneidade**. ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL, 1993, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 1993. p.12-17.

THOMPSON, Edward P. **A voz do passado: História Oral**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1992.

- **História Social do Trabalho** (5º sem. – 60h)

Ementa

História e historiografia sobre os mundos do trabalho. A História Social inglesa e sua influência na produção historiográfica brasileira. Culturas e experiências dos trabalhadores em diferentes períodos históricos. Especificidades do mundo do trabalho na Amazônia e no Amapá.

Bibliografia Básica

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Bibliografia Complementar

BATALHA, Cláudio H. de M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. *In*:

FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. Disponível em:

<http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/45/47>.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo. São Paulo: Scritta, 1995.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, n.6, p.7-46, set.1983. Disponível em:

<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=34>.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- **História e Sexualidade** (5º sem. – 60h)

Ementa

A sexualidade ao longo da História: problemas e abordagens. Sexualidade e poder: uma leitura histórica. Sexualidade, sexo e a construção social dos corpos. História, sexo, amor e erotismo. Sexualidade e gênero.

Bibliografia Básica

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, Amor e Erotismo. Rio de Janeiro: UNESP, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MOTT, Luiz R. B. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- **História das Guianas, Caribe e Afro-América** (5º sem. – 60h)

Ementa

Sociedades originárias e colonizações europeias nas Guianas. Tráfico atlântico e montagem das sociedades escravistas. Política, Economia, migrações e culturas no Caribe e nas Guianas dos séculos XIX, XX e XXI. Identidades, manifestações culturais e movimentos políticos afro-americanos nos séculos XX-XXI.

Bibliografia básica:

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa**: fronteiras e construção de alteridades. Belém: UFPA, 2002.

CARDOSO, Ciro F. **A Afro-América**: escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Bibliografia Complementar

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial**: 1776-1848. São Paulo: Record, 2002.

CASSIMIR, Jean. **La invención del Caribe**. Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico, 1997.

RABELO, Danilo. **Rastafari**: identidade e hibridismo cultural na Jamaica (1930-1981). 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCK, Serge M. Lam; ANAKESA, Apollinaire. **Nouvelle Histoire de la Guyane**. Cayenne: Ibis Rouge Editions, 2013.

- **História do Totalitarismo** (5º sem. – 60)

Ementa

Estudo da origem histórica, constituição, natureza política e impacto do totalitarismo, na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha; Homo Sacer III**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GAGNEBIN, Jeane M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editorial, 2006.

Bibliografia Complementar

ABENSOUR. **Ontologie et politique**. Paris: Tierce, 1989.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRY, Karin A. **Compreender Hannah Arendt**. Petropolis: Vozes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo**. Campinas: Papirus, 1995.

- **História da Música no Século XX** (5º sem. – 60h)

Ementa

Música e História. Historiografia da Música Popular. História da Música no Mundo, no Brasil, na Amazônia e no Amapá. Variações estéticas e percepção da Música como ferramenta de ensino e tema de pesquisa.

Bibliografia Básica

MORAES, J. Jota de. **O que é Música**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STEHMAN, Jacques. **História da Música europeia: das origens aos nossos dias**. São Paulo: DIFEL, 1964.

Bibliografia Complementar

ABUD, Katia. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de História. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 25, n. 67, p. 309-317, set./dez. 2005.

MORAES, José Geraldo. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 135-150, jul./dez. 2006.

TOMAS, Lia. **Ouvir o logos: Música e Filosofia**. São Paulo: UNESP, 2002.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- **Arqueologia Histórica** (5º sem. – 60h)

Ementa

Noções de Arqueologia. Fundamentos teórico-metodológicos da Arqueologia Histórica. Diálogos e tensões interdisciplinares entre Arqueologia e História. Cultura Material e o estudo histórico de relações sociais e da etnicidade. Arqueologia Histórica da Amazônia e Amapá no processo de contato e colonização. Conhecimento arqueológico histórico no âmbito do ensino de História.

Bibliografia Básica

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andres; REIS, José A. (Org.). **Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina nas era das Ditaduras (décadas 1960-1980)**. São Paulo: Anablume, 2011.

NAJJAR, Rosana. **Manual de Arqueologia Histórica**. Brasília: IPHAN, 2005.

ORSER Jr., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficinas de Livros, 1992.

Bibliografia Complementar

AGOSTINI, Camila. **Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ANDRADE LIMA, Tania. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. **Clio, Série Arqueológica**, v.5, 1989, p. 87-99.

FUNARI, Pedro P. Os historiadores e a cultura material. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

JONE, Sian. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica, in: FUNARI, Pedro P.; ORSER JÚNIOR, Charles; SCHIAVETTO, Solange (org.). **Identities discursos e Poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2005.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Barcelona: Akal, 1991.

- **Etnoarqueologia** (5º sem. – 60h)

Ementa

Introdução à Arqueologia. Fundamentos teóricos e metodológicos da Etnoarqueologia. Estudos e abordagens da Cultura Material. Etnoarqueologia e subsídios para interpretação do registro arqueológico. Ethnohistória e analogia etnográfica. O uso de fontes históricas e do trabalho de campo antropológico nas pesquisas arqueológicas.

Bibliografia Básica

CABRAL, Mariana P. E se todos fossem arqueólogos? Experiências na Terra Indígena Wajãpi . **Anuário Antropológico**, Brasília: UnB, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014.

DAVID, Nicolas. Teorizando a Etnoarqueologia e a analogia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n.18, p. 13-60, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19055.pdf>>

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ra/article/view/1667/1309>

Bibliografia Complementar

COIROLO, A. D. Atividades e Tradições dos Grupos Ceramistas do Maruanum (AP): notas preliminares. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie Antropologia**, v., n.1, 1991. Disponível em: <<http://repositorio.museugoeldi.br/jspui/bitstream/123456789/426/1/B%20MPEG%20Ant%207%28%201%20%29%201991%20COIROLO.pdf>>

SILVA, F. A. Mito e Arqueologia dos Assurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos no parque indígena do Kuatnemu – Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 175-187, 2002, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19061.pdf>>

_____. A variabilidade dos trançados dos Asurini do Xingu: uma reflexão etnoarqueológica sobre função, estilo e frequência dos artefatos. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v.22, n.2, p. 17-34, 2009. Disponível em: <http://www.sabnet.com.br/revista/artigos/RAS_22_2/artigo2.pdf>

_____. A Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n.16, p. 121-139, 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671>>

VELTHEM, Lucia H. Van. **O belo é a fera**: a estética da produção e da predação entre os Wayana. Lisboa: Mus. Nac. de Etnologia/Assírio e Alvim, 2003.

- **Tópicos Especiais em Sociologia** (5º sem. – 60h)

Ementa

Questões sociais, culturais e políticas do pensamento social contemporâneo. Relação do indivíduo com a sociedade na Sociologia contemporânea. Genealogia do poder e biopolítica. Estudos acerca de Igualdade e/ou diferença. Dominação, poder e violência simbólica. Identidades e alteridades. Modernidade e Pós-Modernidade.

Bibliografia Básica

AGAMBEN, Giorgio. **O Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BOMENY, Helena; FREIRE, Bianca, M. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. São Paulo: FGV, 2010.

COHN, Gabriel. **Sociologia**: para ler os clássicos. Rio de Janeiro: LTC, [19--].

COSTA, Maria Cristina C. **Sociologia**: introdução à Ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque dos clássicos**. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2003.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Réponses**: pour une Anthropologie reflexive. Paris: Seuil, 1992

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAYRELL, Juez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e Comunicação**: princípios radicais. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2008.

- **Historiografia Medieval** (5º sem. – 60h)

Ementa

Leitura e discussão de obras clássicas da historiografia medieval. A importância da História Medieval nas renovações historiográficas do século XX. Atividades orientadas de pesquisa bibliográfica e com documentos históricos. Elaboração de artigos e comunicações sobre a Idade Média.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1979.

_____. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre Teologia Política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BROWN, Peter. **A ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999.

FAVIER, Jean. **Carlos Magno**. São Paulo: Liberdade, 2004.

FOURQUIN, Guy. **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1981.

SILVA, Marcelo Cândido da. **A realeza cristã na Alta Idade Média**: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V – VIII). São Paulo: Alameda, 2008.

- **Documentação e Arquivo** (5º sem. – 60h)

Ementa

A origem do documento arquivístico, caracterização quanto ao gênero e à espécie. Arquivo: conceituação e caracterização, segundo as entidades geradoras e aos estágios de sua evolução. A formação do patrimônio documental brasileiro. A evolução da arquivística no Brasil. A legislação normativa brasileira sobre documentação e informação. A avaliação e a eliminação de documentos em arquivos públicos. Da organização e da administração de Instituições arquivísticas públicas. Acesso e sigilo dos documentos públicos. As Instituições arquivistas: Arquivos Públicos Nacionais; Arquivos Públicos Estaduais; Arquivos Públicos Municipais. A Arquivologia e as Ciências afins.

Bibliografia Básica

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comissão *ad hoc* de Normas de Descrição. ISAAR (CPF): **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

_____. Comissão *ad hoc* de Normas de Descrição. ISAD (G): **Norma internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

DITADI, Carlos Silva (Org.). **Coletânea de Legislação Arquivística Brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos, 2001.

INDOLFO, Ana Celeste *et al.* **Gestão de Documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

Bibliografia Complementar

ACERVO: **Revista do Arquivo Nacional** - Novas Tecnologias em Arquivos, v. 7, n. 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

ACERVO: **Revista do Arquivo Nacional** - Fotografia, v. 6, n. 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

ACERVO: **Revista do Arquivo Nacional** - Arquivo e cidadania, v. 5, n. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1990.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

✓ **Disciplinas Optativas II**

- **Gestão Educacional** (6º sem. – 60)

Ementa

Conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da Escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o Projeto Político Pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Naura S. Capareto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 14. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.
LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 3.ed., São Paulo: Vozes, 1999.
OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.
PIMENTA, Selma Garrido. **Questões sobre a organização do trabalho na escola**. 16.ed. São Paulo: FDE, 1993.

- **Educação e Sociedade na História do Brasil** (6º sem. – 60h)

Ementa

Cultura e educação na América portuguesa e no Império do Brasil. Políticas, instituições e práticas educacionais na sociedade brasileira dos séculos XX-XXI. Temas, conceitos, fontes e abordagens para a pesquisa em História da Educação.

Bibliografia Básica

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.
OLIVEIRA, Marcus Aurélio de (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação brasileira: a organização Escolar**. Campinas: Autores Associados. 2003.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Maria Helena C.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Escola elementar no século XIX: o método monitorial mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
CARVALHO, Marta M.C. **A Escola, a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
FERREIRA, Tito. **História da Educação Luso-Brasileira**. São Paulo: Saraiva, [19--].

- **Etnohistória** (6º sem. – 60h)

Ementa

Conceitos de Etnohistória. Interdisciplinaridade e Etnohistória. História dos Povos Indígenas relativa às percepções de professores e pesquisadores indígenas. Grupos étnicos na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa/Saramaka.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, J. Eremitas de. Sobre os conceitos de Etno-História e História Indígena: uma discussão ainda necessária. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2003. **Anais...** João Pessoa: ANPUH/UFPA, 2003. p. 1-8.
LORANDI, Ana Maria. Etno-História, Antropologia Histórica ou apenas a História? **Revista (On Line). American Memory**, Buenos Aires, jul. 2012.
VIDAL, Fátima. **História da Aldeia Kunanã**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) - Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, 2011.

Bibliografia Complementar

BATISTA, Verônica. História da Aldeia **Puwaytyeket** – Mudanças e Continuidades. 2011. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso) - Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, 2011.
CAMARCK, Robert. **Etnohistória y teoria antropológica**. Guatemala: Ministério da Educación, 1979.

GABRIEL, Oberto M. **Aspectos históricos da Aldeia Kumarumã (2000 a 2010)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) - Univ. Federal do Amapá, Oiapoque, 2011.
RAMINELLI, Ronald. O dilema do tempo na Etno-história. **Revista Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007.
ROMANI, Carlos. **Clevelândia, Oiapoque; aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)**. 2003. Tese. (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

- **História e Micro-História** (6º sem. – 60h)

Ementa

Apresentação das diferentes perspectivas sobre a Micro-História e a sua trajetória. As abordagens teóricas e metodológicas das principais produções historiográficas.

Bibliografia Básica

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
GINSBURG, Carlo. **A Micro História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.
_____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Bibliografia Complementar

BURK, Peter (Org.). **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
CARDOSO, Ciro F. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. São Paulo: EDUSC, 2005.
_____; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.
GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
LADURIE, Emanuel Le Roy. **Montaillou, cátaros e católicos numa aldeia francesa**. Lisboa: Edições 70, 1987.

- **Identidade e Cidadania** (6º sem. – 60h)

Ementa

Cidadania e Identidade/identidades: base conceitual. Panorama histórico do Brasil do século XX ao XXI: a prática da cidadania e o reconhecimento das múltiplas identidades nas diferentes instâncias da sociedade e no exercício profissional.

Bibliografia Básica

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
MATTA, Roberto da. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [19--].
COUVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
MEDEIROS, Antônio José. **Ideias e práticas da cidadania**. União: Cermo, 2002.
SANTOS, Boaventura S.; COHN, Amélia; CAMARGO, Amélia (Org.). **O diálogo dos 500 anos: Brasil/Portugal entre o passado e o futuro**. Rio de Janeiro: EMC, 2001.

- **História e Fronteiras** (6º sem. – 60h)

Ementa

As fronteiras e a História. História das fronteiras no Brasil. A História em fronteiras transdisciplinares. Populações em fronteiras e suas histórias.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Anablume, 2010.
GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.). **Fronteiras**: paisagens, personagens, identidades. São Paulo: Olho d'água, 2003.
MARTINS, José. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

KNAUSS, Paulo (Org.). **Oeste americano**: quatro ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: UFF, 2004.
MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500/2000); a grande transação. São Paulo: SESC, 2000.
NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras; FUNARTE, 1999.
ORTIZ, Renato. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'Água, 1998.
PEREGALLI, Enrique. **Como o Brasil ficou assim?** Formação das fronteiras e tratados dos limites. 8. ed. São Paulo: Global, 2001.

- **História Ambiental** (6º sem. – 60h)

Ementa

Epistemologia e teoria da História Ambiental. Utilização/transformação do ambiente por paleoíndios e índios "históricos." Caminhos sintéticos da Ecologia Histórica. O tema da sustentabilidade ao longo do tempo. Conceitos e ferramentas para explicação das mutações na paisagem.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Jozimar. História Ambiental: constituindo um campo de estudos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul.2011.
CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.
PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n. 68, 2010.

Bibliografia Complementar

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1993.
DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela de A. **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
DUARTE, Lilian. **Política externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
LEFF, Enrique (Coord.). **Ciencias Sociales y formación ambiental**. Barcelona: GEDISA/UNAM, 1994.
WINIWARTER, Verena. Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, p. 1-21, out./nov. 2010.

- **História do Pensamento Econômico** (6º sem. – 60h)

Ementa

Análise histórica das principais ideias e teorias do pensamento econômico nacional e internacional: liberalismo, marxismo, socialismo, keynesianismo, desenvolvimentismo, dependência e neoliberalismo. Abordagens interdisciplinares entre História e Economia.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DATHEIN, Ricardo. **Macroeconomia keynesiana: uma interpretação com abordagem didática nos 70 anos da “Teoria Geral”**, n.2, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/texto_2007b.pdf>.

HUNT, Emery K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: *Campus*, 2003.

Bibliografia Complementar

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/95-7.pdf>>.

CINELLI, Carlos Leonardo K.; ARTHMAR, Rogério. A Economia clássica entre o *laissez-faire* e o socialismo. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 40., 2012, Recife. **Anais...** Recife, 2012.

Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_l/i1-70d331ad9ecfb373467ec50f9246e942.pdf>.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SWEEZY, Paul *et al.* **A transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

- **História da Saúde e das Doenças** (6º sem. – 60h)

Ementa

Saúde e doenças: significados e dilemas na História. História e Medicina: o saber médico e as políticas de saúde. Saúde, civilização e o controle dos corpos. As doenças como experiências históricas. Saúde e doenças: metáforas e simulacros na História.

Bibliografia Básica

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Rosemary F. **Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional**. Belém: NAEA/ UFPA, 2007.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; UFPA, 2004.

LACERDA-QUEIROZ, Norinne; QUEIROZ SOBRINHO, Antônio; TEIXEIRA, Antônio Lúcio. As representações da malária na obra de João Guimarães Rosa. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.475-489, abr./jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/07.pdf>>.

OLIVEIRA, Jefferson Luis Ribas de. Vírus e monstros: a representação da doença na série Alien.

Revista de História Regional, Ponta Grossa, v.16, n.1, p.271-295, 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/07.pdf>>.

RODRIGUES, Claudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seus impactos nos costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-1850). **Revista História, Ciência, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 53-80, mar./jun. 1999.

- **Protestos e Mudança Política nos Séculos XIX e XX** (6º sem. – 60h)

Ementa

Discussão sobre as variadas revoltas sociais e revoluções políticas. A importância de temas como democracia, revolução, mudança, participação e conflito social.

Bibliografia Básica

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEAMAN, Lewis C. B. **Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes**. São Paulo: Atlas, 1977.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Bibliografia Complementar

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, jul./dez. 2009.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1986.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

- **Descolonizações na História Contemporânea nos séculos XIX e XX** (6º sem. – 60h)

Ementa

Estudo do panorama das descolonizações nos séculos XIX e XX. Discussão da condição pós-colonial. Reflexão sobre as categorias: Estado, Nação, Raça, Identidade e Cultura, dentre outras.

Bibliografia Básica

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). **O século sombrio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar

DOMINGUEZ ÁVILA, Carlos F. A força do argumento diante do argumento da força: o Brasil diante da lógica da Segunda Guerra Fria (1979-1989). Hegemonia. **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO**, n. 3, 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SIMONOFF, Alejandro; ZURITA, Maria. **La Guerra Fria en el marco de las Relaciones Internacionales**. Disponível em: < http://secyt.presi.unlp.edu.ar/cyt_htm/ebec07/pdf/zurita.pdf>.

SPEKTOR, Matias. Globalização e Estado nas revoluções globais de 1968: Irã, Brasil e Indonésia. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 109-130, 2010.

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

- **História do Esporte e Lazer no século XX** (6º sem. – 60h)

Ementa

Abordagens sobre a importância e os impactos do esporte no século XX, em cortes interdisciplinares, tais como Esporte e Política, Esporte e Economia, Esporte e Arte, Esporte e Relações Internacionais, Esporte e Sociedade.

Bibliografia Básica

HELAL, Ronaldo. **O que é Sociologia do Esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Dicionário do Esporte no Brasil: do século XIX ao início do século XX**. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2007.

MELO, Victor A. de. **História Comparada do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.

Bibliografia Complementar

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

MELO, Victor A. de. **Cidade esportiva**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

LINHALES, M. A. Políticas Públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. *In*: SOUSA, Salvadora de; VAGO, Tarcísio M. (Org.). **Trilhas e partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Cultura, 1997.

VASCONCELOS, Douglas. **Esporte, poder e relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2005.

TUBINO, Manoel José. **Dimensões sociais do Esporte**. São Paulo: Cortez, 1992.

- **História dos Estados Unidos da América – EUA** (6º sem. – 60h)

Ementa

História e historiografia dos Estados Unidos da América. A formação dos Estados Unidos. Os EUA no século XIX. A Guerra de Secessão. Os Estados Unidos nos séculos XX e XXI. As relações entre EUA e Brasil. O Sul dos Estados Unidos: a Afro-América.

Bibliografia Básica

KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NARO, Nancy Priscilla S. **A formação dos Estados Unidos**. 7. ed. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1987.

REMOND, René. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Bibliografia Complementar

EISENBERG, Peter L. **Guerra civil americana**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FICHOU, J. P. A. **A civilização americana**. São Paulo: Papyrus, 1991.

DI NUNZIO, Mário R. **A democracia americana e a tradição autoritária do Ocidente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

KRISTOL, Irving. **A ordem institucional americana (1787-1987)**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MESSADIE, Gerald. **A crise do mito americano: requiem para o Super-Homem**. São Paulo: Ática, 1989.

- **Arqueologia Pública** (6º sem. – 60h)

Ementa

Introdução à Arqueologia. O contexto social da Arqueologia e as implicações das pesquisas arqueológicas. Arqueologia, Direitos Humanos e políticas públicas. Arqueologia em contextos e territórios étnicos. Arqueologia Pública, Cultura Material e os sentidos contemporâneos das coisas do passado. Abordagens e perspectivas para a socialização do conhecimento arqueológico: Escola, museus e comunidades locais.

Bibliografia Básica

BARRETO, Mauro V. **Abordando o passado**: uma introdução à Arqueologia. Belém: Paka-tatu, 2010.
FUNARI, Pedro P.; ORSER JÚNIOR, Charles; SCHIAVETTO, Solange N. (Org.). **Identidades, discurso e poder**: estudos de Arqueologia contemporânea. São Paulo: ANABLUME; FAPESP, 2003.
TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Bibliografia Complementar

BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, jul. 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP. Disponível em:
<<http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/anteriores/RevistaArqueoPublica7.pdf>>.
CABRAL, Mariana P.; SALDANHA, João Darci de M. Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado “Stonehenge do Amapá”. **Revista de Arqueologia**, v.22, n.1, p.115 – 123, jan./jul. 2009. Disponível em: <[http://www.sabnet.com.br/revista/artigos/RAS_22_1/artigo%207%20\(1\).pdf](http://www.sabnet.com.br/revista/artigos/RAS_22_1/artigo%207%20(1).pdf)>.
JACQUES, C. Callegari. Os sentidos da cultura material no cotidiano e na memória das famílias da comunidade quilombola de Cinco Chagas do Matapi. **Revista de Arqueologia Pública**, n.8, p. 7-21. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, 2013. Disponível em:
<http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/artigos/artigo1_8.pdf>.
SCHAAN, Denise P. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura Marajoara. **Arqueologia Pública**, v. 1, n. 1, p. 19-30, 2006. Disponível em:
<<http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/anteriores/RevistaArqueoPublica1.pdf>>.

- **Fontes na Pesquisa Histórica** (6º sem. – 60h)

Ementa

O historiador e os arquivos institucionais e não institucionais. A dimensão narrativa da História e suas implicações práticas e epistemológicas. Estrutura, interpretação e análise de fontes escritas oficiais, públicas e privadas e seus diferentes discursos. História e fontes audiovisuais.

Bibliografia Básica

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
PINSKY, Carla Bassanezy (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
SAMARA, Eni de Mesquita; TUPPY, Ismênia S. Silveira. **História e documento e metodologia da pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Bibliografia Complementar

BORGES, Maria Eliza L. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Trabalho, Justiça e direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: *Oikos*, 2010.
NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
PAIVA, Eduardo F. **História e Imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.10, p. 166-196, mar./ago. 1985.
VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.

- **Museologia** (6º sem. – 60h)

Ementa

Museu e seu papel histórico e sociocultural: preservação, pesquisa e a comunicação do Patrimônio Cultural. A Museologia, a Museografia, a “Nova” Museologia. Os museus tradicionais e os “novos” museus: configurações teórico-metodológicas. O Museu histórico ou de vocação histórica: estrutura e funcionamento. Exposição em museus tradicionais e nos “novos” museus. Materiais e técnicas de exposição museológica. Planejamento e montagem de exposição museológica.

Bibliografia Básica

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**: estratégia de construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

OLIVEIRA, João Batista G. **Complexo museológico para o Estado do Amapá**. São Paulo: UNESP, 1999. _____ . **Museu, Museologia e Patrimônio Cultural**: subsídios para a implantação de instituições museológicas. Amapá: FUNDAP; UNIFAP, 2002.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Marcelo M.; BRUNO, Cristina O. **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM), 1995.

GRINSPUN, Denise. **Discussão para uma proposta de política educacional para a Divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall**. São Paulo: ECA/USP, 1991.

MAGALHÃES, Aloísio B. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNI-RIOIUGF, 1994.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: UFBA, 1993.

- **História das Mulheres e História das Relações de Gênero** (6º sem. – 60h)

Ementa

Discussão historiográfica sobre duas correntes que, a partir dos anos 1960, introduziram nos estudos de História a temática das mulheres e das relações de gênero. Abordagem das correntes historiográficas que sob a influência dos *Annales*, denunciam ocultamentos de atores até então silenciados, introduzindo temáticas femininas, bem como discutindo relações de poder entre os gêneros e buscando soluções metodológicas e novas fontes de pesquisa na área. Estudo dos impactos das transformações sociais que, a partir da década de 60, século XX, possibilitaram a abertura destas linhas de pesquisa e a difusão destas correntes historiográficas pelo Mundo.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.

COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de (Org.). **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos**, v. 8, n.2, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./ dez. 1990.

SILVA, Gilvan V. da; NADER, Maria B.; FRANCO, Sebastião P. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES, 2006.

WILSHIRE, Donna. **Gênero, corpo, conhecimento**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1998.

- **História Antiga da Amazônia** (6º sem. – 60h)

Ementa

Conceito de Pré-história. A história da pesquisa pré-histórica no Brasil e na Amazônia. As teorias de ocupação pré-histórica da Amazônica. A domesticação da flora e da fauna. A transformação da paisagem e dos ecossistemas. O surgimento das sociedades complexas ou cacicados. Os cronistas e viajantes dos séculos XVI e XVII.

Bibliografia Básica

FUNARI, Pedro Paulo; NOELI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

NEVES, Eduardo G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NUNES FILHO, Edinaldo P. **Túmulos Pré-Históricos no Amapá**: sepultamentos em poço. Belém: Centro Genildo Batista, 2010.

_____. **Desenvolvimento cultural em terra firme**: condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari, no período pré-colonial. Macapá: UNIFAP, 2014.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de Etno-História amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Bibliografia Complementar

ACUÑA, Christobal de. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

CARVAJAL, Gaspar de. Relação do novo descobrimento do famoso rio Grande que descobriu por grande ventura o capitão Francisco de Orellana. In: CARVAJAL, Alonço *et al.* (Org.) **Descobrimientos do rio das Amazonas**. São Paulo: Nacional, 1941. p. 11-79.

CLEMENT, Charles R.; JUNQUEIRA, André B. Plantas domesticadas, uma história fascinante. **Revista Scientific American Brasil**, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

ROOSEVELT, Anna C. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-História da terra brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

- ✓ **Disciplinas Optativas III**

- **O Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos** (8º sem. – 60h)

Ementa

Aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A EJA e os movimentos populares. Pressupostos teórico-metodológicos da EJA. Análise da EJA como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes nos primeiros anos do Ensino Fundamental e a especificidade do trabalho com jovens e adultos. O ensino de História na EJA e suas demandas na atualidade.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Célia. **Ensino noturno**: realidade e ilusão. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000.

MASAGÃO, Vera Maria R. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Ação Educativa, 2001.

SOARES, Brandão; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MEC. **Proposta curricular para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2002.

_____. **Programa educação para qualidade do trabalho: manual do professor**. Brasília: MEC, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1984.

- **Avaliação Educacional no ensino de História (8º sem. – 60h)**

Ementa

Avaliação educacional e prática avaliativa no contexto do sistema e da educação escolar. A evolução histórica da avaliação, seus diversos conceitos e sua relação com a atualidade. Funções, categorias e critérios da avaliação. A avaliação no ensino de História.

Bibliografia Básica

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001a.

_____. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2001b.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem entre duas lógicas**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1999.

Bibliografia Complementar

ARREDONDO, Santiago C.; DIAGO, Jesus C. **Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos**. São Paulo: UNESP, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

SARMENTO, Diva C. (Org.). **O discurso e a prática da avaliação na escola**. São Paulo: Pontes, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**. São Paulo: Libertad, 1998.

- **História da Educação Brasileira (8º sem. – 60h)**

Ementa

Breve historiografia da educação brasileira: autores, fontes de pesquisa, modernidade educacional e memória. Estudo das concepções e práticas educativas ocorridas no Brasil em diferentes contextos: do período colonial aos dias atuais. Articulação do processo educativo com a Economia, a Política, a Cultura e a Sociedade. Concepções e práticas estabelecidas historicamente no processo de formação da educação brasileira e amapaense, com foco na memória de professores e estudantes.

Bibliografia Básica

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no período histórico**. Campinas: Alínea, 2004.

LOBATO, Sidney da S. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LOPES, Eliana Maria T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar

MÜLLER, Maria Lúcia R. **Educadores & alunos negros na Primeira República**. Brasília: Ludens, 2008.
ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Belo Horizonte: Vozes, 1978.
SÁ, Nicanor P.; SIQUEIRA, Elizabeth M; REIS, Rosinete M. **Instantes e memória na História da educação**. Brasília: INEP, 2006.
TEIXEIRA, Anísio S. **Educação no Brasil: atualidades pedagógicas**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.
TREVISON, Leonardo. **Estado e educação na história brasileira (1750-1900)**. São Paulo: Moraes, 1987.

- **Fundamentos da Educação Escolar Indígena** (8º sem. – 60h)

Ementa

História da Educação Escolar Indígena. Legislação da Educação Escolar Indígena - das séries iniciais à Educação Superior. Conceitos de interculturalidade aplicados à Educação Escolar Indígena. Avanços e desafios da Educação Escolar Indígena.

Bibliografia Básica

ÂNGELO, Francisca N. Pinto de. **Educação escolar e protagonismo indígena**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
FERREIRA, Mariana Kawall Leal; SILVA, Aracy Lopes (Org.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a Escola**. São Paulo: Global, 2001.
_____; _____. (Org.). **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. São Paulo: Global, 2001.
LÔBO, Shennia do Socorro A. **Políticas Públicas para Educação Indígena no Estado do Amapá: reflexões sobre os Karipuna (2006-2012)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 2002.
_____. **Orientações e ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
CODONHO, Camila. Ensinando e aprendendo entre crianças: exemplos a partir de uma pesquisa de campo entre os índios Galibi-Marworno do Amapá. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 33., 2009.
SANTOS, Nara Aniká. **A Educação Escolar Indígena entre os Karipuna: História e perspectivas**. 2011. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) - UNIFAP, Oiapoque, 2011.
TASSINARI, Antonella M. I.; GRADO, Beleni S.; ALBUQUERQUE, Marcos A. dos S. (Org.). **Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis: UFSC, 2012.

- **Arqueologia Histórica e Estudos Étnico-Africanos** (8º sem. – 60h)

Ementa

Introdução à Arqueologia. África e a História da Humanidade a partir dos estudos arqueológicos. Colonização, Arqueologia da escravidão e diáspora africana na América e no Brasil. Pesquisas arqueológicas em sítios históricos de senzalas, quilombos, terreiros e outros “lugares de memória.” Estudos da Cultura Material e da paisagem relacionadas às matrizes africanas e afro-brasileiras. Ensino sobre África, História e Culturas afro-brasileiras com base em estudos arqueológicos. Políticas de valorização e preservação do Patrimônio Arqueológico de significação étnica.

Bibliografia Básica

AGOSTINI, Camila. **Objetos da escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

CONNAH, Graham. **África desconhecida**: uma introdução à sua Arqueologia. São Paulo: USP, 2013.

HERNANDEZ, Leila L. **A África em sala de aula**: visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Bibliografia Complementar

ALLEN, Scott. Os desafios da Arqueologia de Palmares. In: GOMES, Flávio dos S. (Org.). **Mocambos de Palmares**: histórias e fontes (séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces.

Revista Vestígios, v. 3, n. 1, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUZ, Marco Aurélio. **Agdã**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

SYMANSKI, Luís Cláudio; SOUZA, Marcos André T. de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, 2007.

- **História do Caribe Colonial nos séculos XV ao XIX** (8º sem. – 60h)

Ementa

Populações indígenas e conquistas europeias no Caribe. Administração, economia, cultura e sociedade nos séculos XV-XVIII. O tráfico atlântico, as sociedades escravistas e a revolução de São Domingos. Políticas abolicionistas no oitocentos. A crise do império espanhol no Caribe do final do século XIX.

Bibliografia Básica

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e Política**: Brasil e Cuba (1790-1850). São Paulo: HUCITEC, 2010.

JAMES, Cyril Leonel R. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar

CASSIMIR, Jean. **La invención del Caribe**. Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico, 1997.

FRAGINALS, Manuel. **Cuba/Espanha, Espanha/Cuba**: uma História comum. São Paulo: EDUSC, 2005.

KLEIN, Herbert S. **Escravidão africana**: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WILLIAMS, Eric. **El negro en el Caribe y otros textos**. La Habana: Editorial Casa de las Américas, 2011.

- **Dimensões, Abordagens e Domínios na Pesquisa Histórica** (8º sem. – 60h)

Ementa

Noções sobre os principais campos da História: História Social, Cultural, Econômica e Política. Algumas de suas abordagens: História Serial e Quantitativa, Micro História e História Regional, Biografia, História Imediata, História Oral e Memória. Alguns de seus domínios: História do Cotidiano e da Vida Privada, História e Etnia, História das Mulheres, e História da Sexualidade.

Bibliografia Básica

BARROS, José d'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
BURK, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor P. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
_____; _____ (Org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
TÉTARD, A. Chauveau (Org.). **Questões para a História do tempo presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

- **Arquivologia** (8º sem. – 60h)

Ementa

Pesquisa e ambiente arquivístico: possibilidades de fontes, formas de organização, manuseio dos documentos e de seus suportes. Análise dos instrumentos de pesquisa característicos dos arquivos. Princípio da Proveniência. Princípio da Ordem Original e Princípio do Respeito aos Fundos na arquivística: a aplicação do Princípio do Respeito aos Fundos. A metodologia do arranjo e descrição de arquivos permanentes. A norma internacional de descrição arquivista. Organização de arquivos: identificação de Fundos e noções de tratamento documental. Arquivos pessoais e História: escrita em si e escrita da História. A conservação e restauração de documentos arquivísticos. Visitas técnicas a instituições públicas e privadas, detentoras de acervo de interesse para a História.

Bibliografia Básica

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. São Carlos: UFSCar; Rio de Janeiro: EDUFF, 1996.
SILVA, Armando M. da; RIBEIRO, Fernanda *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

Bibliografia Complementar

CAMARGO, Ana Maria de A.; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-SP/SEC, 1996.
FONSECA, Maria O. (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1999.
INDOLFO, Ana Celeste *et al.* **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
SILVA, Zélia L. da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESPE/FAPESP, 1999.

- **História e Literatura** (8º sem. – 60h)

Ementa

Literatura e História: fronteiras. Reconstrução da História nos romances. Dimensão sócio histórica da ficção. Manipulações literárias na transformação da História em romance. Transfiguração da realidade histórica na Literatura.

Bibliografia Básica

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA Leonardo A. de M. **A História contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio W. de (Org.). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1993.

VÉSCIO, Luiz E.; SANTOS, Pedro Brum (Org.). **História e Literatura: perspectivas e convergências**. São Paulo: EDUSC, 1999.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

MELLO e SOUZA, Antonio Candido. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2001.

- **Patrimônio Histórico, Cultural e Natural** (8º sem. – 60h)

Ementa

Patrimônio Histórico e Natural e seu significado social, político, cultural e econômico. Políticas de preservação e conservação histórica. Patrimônio e renovação urbana. Legislação e prática de tombamento. Órgãos internacionais e nacionais de preservação do patrimônio. O Patrimônio Cultural e Natural no mundo ocidental, no Brasil e no Amapá.

Bibliografia Básica

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Lisboa: Martins Fontes, 1992.

CARTA DE VENEZA. **Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios**. Tradução dos editores da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, 1987.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades; uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, [19--].

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Vértice, 1990.

LEME, Maria C. da S. (Coord.). **Urbanismo no Brasil (1895-1965)**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, suas transformações, suas perspectivas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

WEIMER, Günter (Org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Bibliografia Complementar

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MATOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças.

In: PECHMAN, Robert M. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MORRIS, Anthony E. J. **Historia de la forma urbana: desde sus origenes hasta la Revolución Industrial**. 6. ed., Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: Vértice, 1988.

REIS FILHO, Nestor G. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

- **Economia e Trabalho** (8º sem. – 60h)

Ementa

O pensamento econômico e sua influência na historiografia. O trabalho como objeto de estudo da História. Principais conceitos e abordagens interdisciplinares entre História, Economia e trabalho. Trabalho e trabalhadores na historiografia brasileira.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1999.

ARAÚJO, Carlos Roberto V. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória.** São Paulo: Atlas. 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.** Disponível em:

<http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/45/47>.

FEIJÓ, Ricardo Luís C. de. **História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SWEEZY, Paul *et al.* **A transição do Feudalismo para o Capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- **Cultura Brasileira** (8º sem. – 60h)

Ementa

Compreensão geral do Brasil e dos brasileiros, por meio de uma abordagem antropológica. Discussões visando estabelecer uma compreensão da Cultura. Projetos hegemônicos: pureza X mistura racial e cultural. A Semana de Arte Moderna e a cultura brasileira: uma ideologia. Rituais e dramas brasileiros. A construção da identidade nacional. A questão cultural amazônica.

Bibliografia Básica

BARBOSA; Lúvia. **O jeito brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: tradição e contradição.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRY, Peter. **Para inglês ver: Identidade e Política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica.** São Paulo: Ática, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

- **História do Amapá República** (8º sem. – 60h)

Ementa

Estudo dos processos históricos constitutivos e característicos da sociedade amapaense entre os séculos XX e XXI, abordando as temáticas: a proteção da Fronteira; Comissão Rondon e Clevelândia do Norte; Base Aeronaval do Amapá. Território Federal do Amapá: Janarismo, modos de vida e redes de sociabilidades. Exploração mineral e agropecuária (ICOMI e Jari). Ditadura militar no Amapá. Estadualização: transformações políticas e socioeconômicas e as questões ambientais.

Bibliografia Básica

DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
LINS, Cristóvão. **Jari: setenta anos de História**. 2. ed. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1994.
PAZ, Adalberto Júnior F. **Os mineiros da Floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica**. Belém: Paka-Tatu, 2014.
PORTO, Jadson L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2003.
ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Bibliografia Complementar

COSTA, Paulo Marcelo C. da. **Na ilharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)**. Belém: Açai, 2008.
LOBATO, Sidney da S. **Educação na Fronteira da Modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. Belém: Paka-Tatu, 2009.
NUNES FILHO, Edinaldo P. A Base Aeronaval Americana do Amapá (Brasil) Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Portuguesa de História**, v. 45, Coimbra-Portugal, p. 299-323, 2014.
_____; BARBOSA, Edilene dos S. Resultado do Projeto de Estudo Arqueológico e Histórico da Base Aérea do Amapá. In: OTERO, Liudmila M. Otero; COSTA, Elizabeth V. Moraes da; AMORAS, Fernando Castro (Org.). **Ciências Humanas, Educação, Letras e Artes: resultados dos projetos de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amapá (2007-2011)**. Macapá: UNIFAP, p. 51-60, 2014. v.1.
OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Org.). **Amazônia, Amapá: escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

- **História e Espaço** (8º sem. – 60h)

Ementa

Reflexão sobre a historicidade do espaço, reconhecendo-o como uma categoria histórica socialmente constituída, e ao mesmo tempo estruturante do social. As premissas sociológicas e antropológicas que fornecem a base teórica para pensar historicamente temáticas como: espaço público-privado; espaço urbano-rural; migração; poder e espaço; escalas espaciais: local, regional, nacional e global.

Bibliografia Básica

BARROS, José d'Assunção. História, espaço e tempo. **Varia História**, v. 22, n. 36, Belo Horizonte, p. 460-476, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.ppghis.ufma.br/wp-content/uploads/2016/08/Jose-dAssuncao-Barros-Historia-Espaco-e-Tempo.pdf>>.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar

BARROS, José d'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, 2005. Disponível em: < <http://177.101.17.124/index.php/rhr/article/view/2211>>.

REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. FGV; v. 30, n. 60, 2017 (Perspectivas globais e transnacionais). Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/index>>.

RIBEIRO, Guilherme. Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. **GEOgraphia**, v.8, n. 15, 2006. Disponível em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/190/182>>.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a07.pdf>>.

- **Cultura e Configurações Institucionais nos anos 60 no contexto do séc. XX** (8º sem. – 60h)

Ementa

Estudo dos anos 1960 e as mudanças nas esferas da vida social. A radicalização dos ideais de liberdade e as feições dessas aspirações. A contracultura e a variedade de manifestações estéticas que concentravam os desejos despertados na época. A música popular, em especial o rock, como campo destacado de expressão da vontade e da ação pela mudança e sua difusão internacional. As fontes da revolução da linguagem musical e a obra dos artistas e grupos que marcaram decisivamente a época. As alterações decisivas nas mentalidades e comportamentos dos indivíduos, definindo novos contornos nos estilos de vida. A aproximação sociológica e histórica desses eventos, suas linhas de continuidade e ruptura.

Bibliografia Básica

GARCIA, Marco A.; VIEIRA, Maria A. (Org.). **Rebeldes e contestadores 1968**: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel; CAMBRAIA NAVES, Santuza (Org.). **“Porque não?”** Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

Bibliografia Complementar

EHRENREICH, Bárbara. **Dançando nas ruas**: uma História do êxtase coletivo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HOLLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TURNER, Steve. **A história por trás das canções dos Beatles**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o Mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- **História da Guerra Fria** (8º sem. – 60h)

Ementa

Narrativa histórica e análise conceitual do período conhecido como “Guerra Fria.” Perspectiva global da Guerra Fria e sua relação com as grandes potências e países de áreas periféricas.

Bibliografia Básica

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZORGBIBE, Charles. **O pós-Guerra Fria no Mundo**. Campinas: Papyrus, 1996.

Bibliografia Complementar

DOMINGUEZ AVILA, Carlos Federico. A força do argumento diante do argumento da força: o Brasil diante da lógica da Segunda Guerra Fria (1979-1989). **Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais** do Centro Universitário UNIEURO, n. 3, 2008.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SARAIVA, José Flávio. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

- **Tópicos Especiais em História Medieval** (8º sem. – 60h)

Ementa

Reflexão sobre a historiografia dos estudos medievais, sobretudo de temáticas mais recentes: paisagem, saúde, grupos marginais, cultura visual e usos do passado. Estudo acerca de recortes espaço-temporais negligenciados: Europa Setentrional e Oriental, Bizâncio e Islã na Idade Média.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno**. São Paulo: Contraponto, 1992.

ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bibliografia Complementar

CAVALLO, Guglielmo. **O homem bizantino**. Lisboa: Presença, 1988.

GEARY, Patrick. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005.

HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 2007.

TYERMAN, Christopher. **A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas**. São Paulo: Imago, 2010.

- **História do Império Ultramarino Português** (6º sem. – 60h)

Ementa

A expansão ultramarina portuguesa e as articulações entre as conquistas na América, África e Ásia (séculos XV ao XIX). Poderes, circuitos comerciais e padrões culturais no Império português. O estudo do Império ultramarino luso no ensino de História.

Bibliografia Básica

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005.

BOXER, Charles **A Igreja militante e a expansão Ibérica (1440-1770)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

Bibliografia Complementar

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti N. (Org.). **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Lisboa: DIFEL, 1988.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de O. **Nova História da expansão portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1984.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português (1500-1700): uma História política e econômica**. Lisboa: DIFEL, 1995.

- **História da Pan-Amazônia** (6º sem. – 60h)

Ementa

Sociedades indígenas, conquistas europeias e incorporação do vale amazônico aos territórios coloniais (séculos XVI ao XVIII). Estados-Nacionais e fronteiras amazônicas no século XIX: administração, economia e sociedade. As áreas amazônicas nos séculos XX-XXI: questões econômicas, políticas, sociais e ambientais. Abordagens sobre a Pan-Amazônia no ensino de História.

Bibliografia Básica

ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2005.
_____. (Org.). **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2007.
_____. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2009.

Bibliografia Complementar

GARCÍA JORDÁN, Pilar. **Cruz y arado, fusiles y discursos: la construcción de los Orientes en Perú y Bolivia (1820-1940)**. Lima: IEP; IFEA, 2001.
GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: HUCITEC, 2001.
PINEDA CAMACHO, Roberto; ALZATE ANGEL, Beatriz (Org.). **Los meandros de la Historia en Quito**. Quito: ABYA-YALA, 1990.
REY DE CASTRO, Frederica Barclay. **Olvido de una Historia: reflexiones acerca de la historiografía andino-amazónica?** *Revista de Indias*, v. 61, n. 223, p. 493-511, 2001.
RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

- **A Amazônia na Historiografia da Ditadura Civil-Militar no Brasil** (8º sem. – 60h)

Ementa

Estudo do lugar e da importância que a Amazônia ocupa na historiografia da ditadura civil-militar no Brasil, destacando em especial o Amapá.

Bibliografia Básica

AMARAL, Alexandre *et al.* **Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá**. Belém: Açaí, 2011.
CASTRO, Celso; ARAUJO, Maria Celina d'; SOARES, Gláucio A. Dillon. **Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão**. São Paulo: Relume Dumará, 1994.
COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
DÓRIA, Palmério (Org.). **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

Bibliografia Complementar

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: guerrilha do Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Global, 1980.
PORTELA, Fernando. **A guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.
RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
SANTOS, Fernando R. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970)**. Macapá: Ed. Gráfica o Dia, 1998.

- **Religião e Sociedade na Amazônia** (8º Sem. – 60h)

Ementa

Complemento à formação básica em teoria sociológica. Relação entre a diversificação do cenário de crenças e descrenças religiosas e o crescente interesse em pesquisa sobre o tema. Elaboração teórico-metodológica baseada nos sociólogos clássico Émile Durkheim e Max Weber, como também nos contemporâneos Pierre Bourdieu e Peter Berger.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.
WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1991.
BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Bibliografia Complementar

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião**. São Paulo: Paulinas, 1984.
FREESTON, Paul Charles. **Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 1993.
GOUVÊA, Antonio M.; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.
MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.
MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Sobre a Religião**. Lisboa: Edições 70, 1976.
PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

- **História do Brasil Contemporâneo** (8º sem. – 60h)

Ementa

Compreensão do período de 1945 à conjuntura de redemocratização nos anos de 1980 até os dias atuais, sob o enfoque da História Política, Social, Econômica e Cultural. Estudo de dilemas, obstáculos e perspectivas relativos à construção e consolidação da democracia brasileira, com ênfase na cidadania. Discussão sobre: populismo e nacional desenvolvimentismo; transições após a ditadura varguista e regime militar; movimentos sociais rurais e urbanos; crise institucional do início dos anos de 1960 e o golpe político de 1964; regime militar; movimentos de oposição ao autoritarismo; manifestações culturais e a inserção do Brasil no contexto internacional.

Bibliografia Básica

BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Bibliografia Complementar

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
DELGADO, Lucília de Almeida N. Cidadania: dilemas e perspectiva na República brasileira. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 4, p.80-102, 1997.
MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane. A formação docente em História como profissional do magistério da educação básica. **História e Ensino**, Londrina, v. 2, n.2, p. 55-82, jul./dez. 2005.

BENETTI, Pablo César; SOUSA, Ana Inês; SOUZA, Maria Helena de N. Criação da Extensão Universitária nos cursos de Graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2015.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Resolução n. 1/2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 8/2012**. Recomenda instituição de Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. _____. **Parecer n. 14/2012** - CNE/CP. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF, 2012b.

_____. _____. **Resolução n.13/2002** - CNE/CES. Estabelece as Diretrizes Curriculares para o Curso de História. Brasília, DF, 2002.

_____. _____. **Resolução n. 1/2004** - CNE/CP. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

_____. _____. **Resolução n. 03/2007** - CNE/CES. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula. Brasília, DF, 2007.

_____. _____. **Resolução n. 4/2010** - CNE/CEB. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF, 2010.

_____. _____. **Resolução n. 1 /2012** - CNE/CP. Estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 2012.

_____. _____. **Resolução n. 02/2015** - CNE/CES. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 1998.

_____. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Decreto n. 4.281/2002**. Dispõe sobre a Política Nacional da Educação Ambiental. Brasília, DF, 2002.

_____. **Decreto n. 5.626/2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436 que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei n. 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei n. 9.795/1999**. Dispõe sobre a Política Nacional da Educação Ambiental. Brasília, DF, 1999.

_____. **Lei n. 10.436/2002**. Dispõe sobre o ensino de LIBRAS. Brasília, DF, 2002.

_____. **Lei n. 10.639/2003**. Altera a LDBEN/96, incluindo no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira.” Brasília, DF, 2003.

_____. **Lei n. 10.861/2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. **Lei n. 11.645/2008**. Altera a LDBEN/96, modificada pela Lei 10.639/2003, tornando obrigatória no currículo a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” Brasília, DF, 2008a.

_____. **Lei 11.778/2008**. Dispõe sobre o Estágio de estudantes. Brasília, DF, 2008b.

_____. **Lei n. 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE/2014). Brasília, DF, 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Manual ENADE 2009**. Brasília: MEC, 2009.

_____. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **Estatuto da UNIFAP**. Macapá, 1990.

_____. _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2024 (PDI/UNIFAP)**. Macapá, 2015.

_____. _____. **Projeto Político-Institucional (PPI/UNIFAP)**. Macapá, 2001.

_____. _____. **Resolução n. 011/2008** – CONSU/UNIFAP. Estabelece as Diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Graduação. Macapá, 2008a.

_____. _____. **Resolução n. 024/2008** – CONSU/UNIFAP. Dispõe sobre as Diretrizes das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação. Macapá, 2008b.

_____. _____. **Resolução n. 014/2009** – CONSU/UNIFAP. Dispõe sobre a inclusão de LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos Cursos de Graduação da UNIFAP. Macapá, 2009.

_____. _____. **Resolução n. 02/2010** – CONSU/UNIFAP. Regulamenta o Estágio Supervisionado no âmbito da UNIFAP. Macapá, 2010a.

_____. _____. **Resolução n. 08/2010** – CONSU/UNIFAP. Regulamenta a Prática Pedagógica como componente curricular obrigatório nos Cursos de Licenciatura da UNIFAP. Macapá, 2010b.

_____. _____. **Resolução n. 026/2011** – CONSU/UNIFAP. Regulamenta a nova Sistemática de Avaliação da Aprendizagem. Macapá, 2011.

_____. Univ. Federal do Rio de Janeiro. **Regimento Geral do ProfHistória**. Rio de Janeiro, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A viabilidade dos temas transversais à luz do trabalho docente. **Revista de Psicologia Social e Institucional**, v. 1, n.1, jul. 2000.

LIBÂNEO, José C. Pedagogia e Modernidade: presente e futuro da escola. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL INFÂNCIA, ESCOLA, MODERNIDADE, 1995, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995.

MASSETO, Marcos T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: *Sumus*, 2003.

MOITA, Filomena Maria G. S. C.; ANDRADE, Fernando César N. O saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola pública. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade - GT 06 Educação Popular, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, out. 2006.

PIAVANI, Neires Maria S.; FONTANA, Niura Maria. Oficinas Pedagógicas: relatos de experiência. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago. 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**: questões e propostas. São Paulo: Cortez, 2009.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1999.

SCHIAVON, Carmem G. B.; SANTOS, Tiago Fonseca dos. O ensino de História em revista: algumas possibilidades de atividades a partir dos PCN. **História**. Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 91-104, 2012.

Apêndice A – REGIMENTO DOS CURSOS DE LICENCIATURA E DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Curso de História, reconhecido pela Portaria MEC n. 1.482, de 6 de dezembro de 1995, tem por base desenvolver, de forma indissociável, as atividades universitárias de natureza acadêmica, científica e profissional de Ensino, Pesquisa e Extensão no campo da História, que habilite à obtenção dos graus de Licenciado/a e Bacharel em História.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DAS COORDENAÇÕES DO CURSO

Art. 2º As Coordenações dos Cursos de História, denominadas doravante pelas siglas CCLH, CCBH e CCH/PARFOR, são unidades acadêmicas do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Amapá, regidas pelo Estatuto Geral da UNIFAP, nos termos do Artigo 26, em seus parágrafos 1º e 2º, para efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.

Art. 3º As Coordenações dos Cursos de História serão organizadas da seguinte forma:

§ 1º Órgãos Deliberativos: Colegiado dos Cursos de História e Núcleo Docente Estruturante;

§ 2º Órgão Executivo: Coordenações dos Cursos de História;

§ 3º Órgãos de Apoio Administrativo e Pedagógico: Secretaria; Núcleo de Estágios, Núcleo de Pesquisa, Núcleo de Ensino, Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso, Núcleo de Extensão.

Art. 4º As Coordenações do Curso de História serão exercidas por docente, em regime de 40 horas com Dedicção Exclusiva, eleitos/as na forma prevista neste Regimento. Poderão se candidatar às funções de Coordenador/a e Substituto/a eventual do Curso os/as docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior lotados/as nos Cursos de História.

Art. 5º O/A Coordenador/a e o/a Substituto/a eventual serão eleitos/as pelos/as docentes, servidores/as técnico-administrativos e discentes do Curso de História, por meio de votação paritária qualitativa.

§ 1º Discente é aquele/a que estiver regularmente matriculado/a nos Cursos de História;

§ 2º Docente do Curso é aquele/a que estiver lotado/a nos Cursos de História;

§ 3º Servidor/a técnico-administrativo é aquele/a em efetivo exercício na Secretaria dos Cursos, sendo este incluído como votante na categoria docente;

§ 4º A data da eleição deverá ter uma antecedência mínima de 2 (dois) meses do término do mandato do/a Coordenador/a e Substituto/a eventual em vigência.

Art. 6º Caberá ao Colegiado dos Cursos indicar a Comissão Eleitoral que publicará o edital de eleição.

CAPÍTULO III – DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 7º O Colegiado dos Cursos é um órgão normativo, deliberativo, consultivo e de planejamento acadêmico, com sede na Universidade Federal do Amapá.

Art. 8º O Colegiado dos Cursos tem por finalidade promover a coordenação pedagógica e a integração dos Cursos de História da UNIFAP.

Art. 9º São atribuições do Colegiado de Cursos:

I Estabelecer o perfil profissional e as propostas pedagógicas dos Cursos;

II Fixar o turno de funcionamento dos Cursos;

III Elaborar o seu próprio Regimento;

IV Elaborar, analisar e avaliar a proposta pedagógica dos Cursos e suas alterações, promovendo anualmente eventos de avaliação dos Cursos;

V Propor ações para a melhoria da qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão dos Cursos;

VI Elaborar, analisar e avaliar o currículo pleno dos Cursos e sua alteração;

VII Deliberar sobre a utilização dos espaços físicos dos Cursos;

VIII Estabelecer medidas de acompanhamento e avaliação da execução do Plano de Trabalho das Coordenações de Cursos;

IX Fixar normas para a coordenação interdisciplinar, pluridisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos Cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica, respeitando os eixos estabelecidos pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

- X Julgar, em grau de recurso, sobre decisões da Presidência do Colegiado de Cursos em História;
- XI Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões e matérias aprovadas *ad referendum* pelo/a Coordenador/a dos Cursos de História;
- XII Estabelecer normas e procedimentos para a escolha do/a Coordenador/a, e do/a Substituto/a eventual dos Cursos de História;
- XIII Declarar vago o cargo de Coordenador/a dos Cursos de História;
- XIV Estabelecer medidas de análise e aprovação, bem como acompanhamento e avaliação dos Planos de Ensino das disciplinas dos Cursos, Agenda Semanal de Trabalho Docente e Plano de Atividade Individual Docente (PAID), propondo alterações quando necessárias;
- XV Deliberar sobre as propostas de desenvolvimento pedagógico, Pesquisa e Extensão do pessoal docente lotado na Coordenação dos Cursos de História;
- XVI Deliberar, em seu nível, sobre questões referentes à vida funcional de docentes e técnico-administrativos lotados/as nos Cursos de História;
- XVII Deliberar sobre a ordem de saída para qualificação docente dos Cursos;
- XVIII Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão dos Cursos;
- XIX Deliberar sobre os pedidos de transferência e retorno;
- XX Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de estudos e sua respectiva equivalência, formulados por discentes oriundos de outras IES, brasileiras ou estrangeiras, ou ainda de discentes possuidores de diplomas de Curso superior;
- XXI Colaborar na orientação da matrícula dos/as discentes;
- XXII Analisar as solicitações de intercâmbio e mobilidade acadêmica, no País e no Exterior;
- XXIII Deliberar sobre propostas e normas relativas à monitoria;
- XXIV Recepcionar discentes calouros/as dos Cursos, orientando-os/as no que se refere à organização e ao funcionamento dos Cursos de História e da UNIFAP;
- XXV Exercer as demais atribuições conferidas por Lei, na legislação em vigor e no Regimento dos Cursos de História da UNIFAP.

CAPÍTULO IV – DA CONSTITUIÇÃO DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 10 O Colegiado dos Cursos de História será constituído:

- I Pelo/a Coordenador/a dos Cursos (Presidente);
- II Pelo/a Substituto/a Eventual do/a Coordenador/a dos Cursos;
- III Dois/Duas representantes de cada turma Discente, sendo um/a titular e outro/a suplente;
- IV Todos/as os/as Docentes lotados no CCLH e CCBH, à exceção de docentes afastados/as oficialmente;
- V Um/a técnico-administrativo/a lotado na CCH.

§ 1º Os/As representantes discentes serão indicados/as em reunião das turmas convocadas com esta finalidade e registrado em ata para fins de comprovação.

§ 2º Os/As representantes discentes ficam dispensados/as de suas atividades didáticas nos horários de reunião do Colegiado de Cursos.

Art. 11 Perderá o mandato de membro representante discente ou sofrerá sanções disciplinares aquele/a que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões do Colegiado, consecutivas ou cinco alternadas, no período de um mandato (2 anos), ou tenha sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade da vida universitária.

Art. 12 Na categoria docente, o Colegiado dos Cursos é composto por todos os/as Docentes lotados/as no CCLH e CCBH.

Parágrafo único. Serão atribuídas 2 (duas) horas semanais no PAID dos/as docentes para a participação nas reuniões do Colegiado de Cursos.

Art. 13 Em caso de vacância no cargo, assumirá *pro tempore* a Presidência do Colegiado o/a Substituto/a Eventual do/a Coordenador/a do Curso, e na vacância de ambos, um membro docente do Colegiado de Cursos indicado em reunião do próprio Colegiado de Cursos.

Parágrafo único. Em caso de vacância definitiva para os cargos de Coordenador/a e Substituto/a Eventual, será convocada nova eleição em caráter de urgência.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES DO COLEGIADO DE CURSOS

Art. 14 O Colegiado de Cursos reúne-se ordinariamente uma vez a cada mês e extraordinariamente quando se fizer necessário, por convocação escrita de iniciativa de seu Presidente ou atendendo a pedido de um terço dos seus membros, em data e horário a serem por este definidos na primeira reunião semestral conforme a agenda de encontros dos Cursos.

§ 1º As reuniões ordinárias e extraordinárias serão realizadas durante o semestre letivo, salvo em caso de excepcionalidade, e terão duração máxima de duas horas e meia.

§ 2º Quando a pauta não for esgotada, a reunião terá continuidade sem acréscimo de pauta dentro de 10 (dez) dias úteis, no mesmo horário e dia da semana da reunião ordinária do Colegiado.

Art. 15 As reuniões extraordinárias do Colegiado de Cursos serão convocadas por escrito pelo/a Presidente, com antecedência mínima de (48) quarenta e oito horas, por iniciativa própria ou atendendo a pedido, escrito e assinado, de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado de Cursos, mencionando-se a pauta.

Art. 16 Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação previsto no Artigo anterior poderá ser reduzido.

Art. 17 As reuniões compreenderão:

I Informes;

II Discussão e aprovação de Ata da reunião anterior;

III Pauta.

Art. 18 As reuniões do Colegiado dos Cursos serão realizadas com a presença da maioria simples de seus membros, ou seja, 50% + 1, respeitando-se a proporção de 70% dos votantes pertencerem ao corpo docente, à exceção dos casos previstos no Art. 19.

Art. 19 O comparecimento às reuniões do Colegiado de Cursos é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa, de Ensino, Pesquisa ou Extensão, salvo afastamento oficializado previstos no parágrafo 2º do Art. 19.

§ 1º As ausências dos membros do Colegiado às reuniões do Colegiado devem ser justificadas com antecedência e por escrito, sendo a sua justificativa aprovada ou não pelo Colegiado.

§ 2º Considerar-se-á justificável de ausência à reunião do Colegiado nos seguintes casos:

I Ausência da cidade por motivo de trabalho ou saúde;

II Estado de saúde precário, próprio ou de seus familiares diretos;

III Compromissos inadiáveis atestados pelo empregador, no caso de docentes em tempo parcial;

IV Outros, a critério do Colegiado.

Art. 20 Os membros do Colegiado de Curso poderão sugerir a inclusão, a alteração ou a retirada de assuntos que constituirão a pauta da reunião. A proposta de pauta da reunião deverá ser aprovada pelo Colegiado de Cursos no início da reunião.

Art. 21 Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação.

Art. 22 As decisões do Colegiado de Cursos serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros presentes, ressalvadas as disposições em contrário.

§ 1º A votação será nominal e justificada.

§ 2º Em caso de empate, o/a Presidente do Colegiado terá o voto de qualidade.

§ 3º Excetuada a hipótese do parágrafo anterior, os membros do Colegiado terão direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo quando sob dupla condição.

§ 4º Nenhum membro do Colegiado poderá recusar-se a votar, exceto nas deliberações que diretamente digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3º grau, quando estará impedido de votar.

Art. 23 As questões de ordem têm preferência sobre qualquer assunto e as decisões sobre as mesmas, caberão ao/a Presidente.

Art. 24 No impedimento do/a Presidente ou de seu substituto/a legal, a presidência será exercida por um membro do Colegiado escolhido em reunião.

Art. 25 Em cada reunião lavrar-se-á a ata, assinada pelo/a Secretário/a, que será votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo/a Presidente e anexada à lista de presença.

Art. 26 Além de aprovação, autorização, homologação, despachos e comunicações de secretaria, as decisões do Colegiado terão a forma de resoluções baixadas pelo/a Presidente.

Art. 27 Encerradas as discussões, nenhum membro do Colegiado poderá fazer uso da palavra para se manifestar sobre o assunto, salvo para encaminhamento de votação.

Parágrafo único. Antes do início da votação de qualquer matéria, poderá ser concedida vistas ao processo por membro do Colegiado que a solicitar, exceto por aquele/a diretamente envolvido com a matéria em debate, devendo o processo ser devolvido à Secretaria em até 03 (três) dias úteis.

Art. 28 A reunião do Colegiado poderá ser suspensa ou encerrada por:

I Conveniência da ordem;

II Falta de *quorum* para deliberações;

III Falta de matéria a ser discutida.

Parágrafo único. A ata será lavrada mesmo que não haja reunião por falta de número mínimo de membros do Colegiado, sendo mencionados os nomes dos membros presentes.

Art. 29 Se na hora marcada para o início da reunião não houver *quorum*, o/a Presidente do Colegiado deverá aguardar até 30 (trinta) minutos para que o *quorum* seja alcançado.

§ 1º Durante este período, a lista de presença será assinada pelos/as membros que atenderam à convocação, sendo recolhida após este prazo.

§ 2º Esgotados 30 (trinta) minutos e não sendo atingido o número mínimo, a reunião será cancelada.

Art. 30 O/A Presidente do Colegiado deverá nomear Relator/a ou Comissão para a apresentação de assuntos constantes da Ordem do Dia que requeiram instrução de processo, sendo esta nomeação na forma de rodízio, divulgada a cada reunião do Colegiado.

§ 1º O/A Relator/a deverá ser nomeado pelo/a Presidente do Colegiado, recebendo o processo e/ou documentação com prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis do horário previsto para a reunião.

§ 2º O/A relator/a emitirá parecer conclusivo, por escrito, podendo a seu próprio pedido, ser o relato apresentado por outro membro do Colegiado.

§ 3º Após a votação, o/a Relator/a entregará o processo, com o parecer lavrado, ao/a Presidente do Colegiado para devido encaminhamento, no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas decorridos do término da reunião.

Art. 31 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado.

CAPÍTULO VI – DAS ATRIBUIÇÕES DO/A COORDENADOR/A E SUBSTITUTO/A EVENTUAL

Art. 32 Compete ao/a Coordenador/a dos Cursos:

I Convocar e presidir as reuniões do Colegiado, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

II Representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;

III Executar as deliberações do Colegiado;

IV Baixar atos normativos e designar Relator/a ou Comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado de Cursos;

V Decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;

VI Elaborar semestralmente os horários de aula, primando pelas condições de igualdade e promovendo rodízio dos dias de aulas para docentes que ministram disciplinas nos Cursos;

VII Orientar os/as discentes quanto à matrícula e integralização dos Cursos;

VIII Indicar à COEG e ao DERCA, disciplinas e horários, que serão oferecidas à matrícula em cada período letivo;

IX Registrar no SIGU a oferta de disciplinas, horários e indicar os docentes responsáveis;

X Analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno;

XI Decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência;

XII Decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares;

XIII Encaminhar aos docentes responsáveis, processo de validação de créditos de disciplinas cursadas em outras instituições, obedecida a legislação pertinente;

XIV Verificar o cumprimento do currículo do Curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos/as discentes concluintes;

XV Decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade;

XVI Promover a integração entre o Curso de História e os demais que ministram disciplinas da matriz curricular dos Cursos;

XVII Coordenar atividades teórico-metodológicas do PPC de História, em todas as suas modalidades;

XVIII Coordenar processos de reestruturação e avaliação do PPC de História;

- XIX Atuar como interlocutor/a do Curso de História;
 - XX Zelar pelo cumprimento e divulgação do Regimento do Curso junto a discentes e docentes;
 - XXI Delegar competência para execução de tarefas específicas;
 - XXII Superintender as atividades da Secretaria dos Cursos de História;
 - XXIII Encaminhar a escala de férias de servidores/as docentes e técnico-administrativos;
 - XXIV Elaborar os relatórios de atividades da Coordenação de Cursos;
 - XXV Exercer as demais atribuições previstas em Lei, normas da UNIFAP ou no Regimento do Curso.
- Parágrafo único. Das decisões do/a Coordenador/a do Curso de História caberá recurso ao Colegiado e deste ao Conselho da Unidade Acadêmica e deste, ao CONSU.
- Art. 33 Compete ao/a Substituto/a eventual do/a Coordenador/a do Curso substituí-lo/la nas suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO VII – DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 34 O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Curso será composto por pelo menos cinco docentes, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (Resolução CONAES n.1 de 2010) com portaria da Reitoria.

§ 1º O NDE tem função de fazer o acompanhamento curricular do Curso, assessorando o Colegiado quanto ao PPC, às Práticas Pedagógicas, às Atividades de Extensão, às Atividades de Pesquisa e às Atividades Complementares, promovendo fóruns de discussões e levantamentos junto ao Curso, com o intuito de avaliar, apontar problemas e indicar possibilidades de superação.

§ 2º Cabe também ao NDE acompanhar discentes cuja situação acadêmica exigir informação e orientação por questões de integralização curricular, tais como reprovações excessivas e atraso em disciplinas, bem como questões disciplinares.

§ 3º O Núcleo Docente Estruturante se reunirá quinzenalmente.

§ 4º Será registrado no PAID uma carga horária de 2 (duas) horas semanais aos docentes com portaria para compor o Núcleo Docente Estruturante.

CAPÍTULO VIII – DO NÚCLEO DE ESTÁGIOS

Art. 35 Coordenadores/as de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica e de Estágio Supervisionado em Docência serão docentes da UNIFAP indicados pelo/a Coordenador/a do Curso, aprovados pelo Colegiado e com portaria da Reitoria.

Parágrafo único. Serão atribuídas 4 (quatro) horas semanais no PAID a Coordenador/a de Estágios.

Art. 36 Compete ao/a Coordenador/a de Estágios:

- I Zelar pelo cumprimento das normas de Estágio aprovadas pelo Colegiado de Cursos;
- II Propor cronograma à realização de Estágios em comum acordo com o/a Coordenador/a do Curso;
- III Acompanhar e orientar o registro das atividades de Estágios;
- IV Acompanhar os convênios de Estágios e intercâmbios visando à excelência na formação discente;
- V Observar as normas de Estágio dos Cursos e da UNIFAP, segundo regulamento correspondente;
- VI Emitir documentos de encaminhamento discente para campo de Estágio;
- VII Elaborar o Relatório de Estágios semestralmente.

CAPÍTULO IX – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, MONOGRAFIA E MONITORIA

Art. 37 Os/As Coordenadores/as dos Núcleos de Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia e Monitoria serão docentes da UNIFAP indicados pelo/a Coordenador/a do Curso, aprovados pelo Colegiado e com portaria da Reitoria.

I Serão atribuídas 2 (duas) horas semanais no PAID ao/a Coordenador/a do Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso.

II A Banca Examinadora será composta pelo professor orientador e mais um ou dois, no máximo, a critério do orientador, cabendo-lhe proceder aos contatos com os membros da Banca Examinadora.

Art. 38 Compete ao/a Coordenador/a do Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I Homologar as sugestões sobre a composição das Bancas Examinadoras apresentadas pelo/a docente orientador/a pelo menos 15 (quinze) dias antes da data de apresentação;
- II Estimular e buscar meios para divulgação dos trabalhos apresentados;
- III Programar, ouvindo os/as orientadores/as, a sessão pública de apresentação dos trabalhos;
- IV Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela ABNT para Trabalhos acadêmicos;
- V Elaborar certificados de participação dos membros da Banca Examinadora;
- VI Apresentar/discutir os procedimentos e as normas para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como os procedimentos para submissão do projeto ao Comitê de Ética, se for o caso;
- VII Elaborar anualmente o Relatório de Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia e Monitoria.

CAPÍTULO X – DO NÚCLEO DE EXTENSÃO

Art. 39 Os/As Coordenadores/as do Núcleo de Extensão dos Cursos de História terão a responsabilidade de administrar os atos relativos à política, ao planejamento, acompanhamento dos Projetos de Extensão e Eventos de Extensão, assim como a escrituração das Atividades Complementares (AC), e também, orientar os/as acadêmicos/as sobre a natureza e o desdobramento do referido componente curricular, tornando-o válido.

Art. 40 Os/As responsáveis pelo Núcleo de Extensão serão docentes indicados/as pelo/a Coordenador/a do Curso, aprovados pelo Colegiado e com portaria da Reitoria.

Parágrafo único. Serão atribuídas 2 (duas) horas semanais no PAID a Responsáveis pelo Núcleo de Extensão dos Cursos de História.

Art. 41 Compete a docentes responsáveis pela análise de AC, acompanhar, validar, escriturar e emitir parecer, enviando-o ao/a Coordenador/a do Curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias após recebimento do formulário de AC, para que encaminhe memorando ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), com os nomes dos acadêmicos e carga horária cumprida.

Art. 42 Compete a coordenadores/as do Núcleo de Extensão acompanhar Projetos e Eventos de Extensão que sejam vinculados aos Cursos de História, auxiliando seus respectivos coordenadores e organizadores.

CAPÍTULO XI – DAS COMISSÕES DE APOIO

Art. 43 As Comissões de Apoio serão criadas conforme a necessidade da Coordenação dos Cursos de História, do NDE ou do Colegiado de Cursos de História, com a função de apoiar e subsidiar a CCLH, a CCBH, a CCH /PARFOR, o NDE e/ou o CCH.

Parágrafo único. Comissões de Apoio serão criadas pelo Colegiado do Curso de História com tempo máximo de funcionamento, com tarefas específicas e determinadas pelo próprio Colegiado do Curso, sendo os seus membros nomeados pelo/a Presidente do Colegiado em documento contendo estas informações, ou seja, a relação de membros sendo o/a primeiro/a o/a presidente da comissão, com determinação de prazo máximo para cumprir o trabalho e especificando a tarefa a ser executada.

CAPÍTULO XII – DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 44 A Secretaria Administrativa do Colegiado será exercida por servidor/a técnico-administrativo lotado/a na Coordenação dos Cursos de História.

Art. 45 Compete ao/a técnico-administrativo da Coordenação dos Cursos de História:

- I Planejar, coordenar e promover o desenvolvimento das atividades burocráticas dos Cursos de História, bem como fazer fluir os procedimentos burocráticos de forma adequada e eficiente;
- II Encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- III Auxiliar o/a Coordenador/a na elaboração de sua agenda;
- IV Instruir os processos submetidos à consideração do/a Coordenador/a;
- V Executar atividades complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- VI Elaborar e enviar a convocação aos membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VII Secretariar as reuniões do Colegiado e outras a que for convocado/a para tal fim;

- VIII Redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- IX Zelar, organizar e ter controle atualizado de todos os processos da Coordenação dos Cursos de História;
- X Zelar, manter organizados e em arquivo todos os documentos da Coordenação do Curso;
- XI Desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação dos Cursos e cumprir as determinações do/a Coordenador/a;
- XII Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Coordenação.

CAPÍTULO XIII – DO REGIME DIDÁTICO E ACADÊMICO

Art. 46 O regime didático reger-se-á pelo PPC do Curso de História, aprovado pelo CONSU, seguindo a legislação vigente.

Art. 47 O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito nas Resoluções do CONSU e/ou instâncias competentes.

Art. 48 Ouvidas as partes interessadas (professores e alunos) caberá ao Colegiado dos Cursos de História tomar decisões e providências em relação aos seguintes temas: justificativa de faltas, avaliação em segunda chamada, revisão de notas, detecção de plágio em trabalhos acadêmicos e outros assuntos pertinentes ao regime didático e acadêmico, respeitando-se a legislação vigente.

CAPÍTULO XIV- DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Art. 49 Os cursos de História estão voltados para a produção do conhecimento histórico e para o ensino de História, privilegiando a diversidade temática, metodológica e teórica.

I Projetos de pesquisa apresentados por professores do Curso serão avaliados por um docente, a ser escolhido pelo autor do projeto, devendo o avaliador redigir um parecer sobre a pesquisa proposta;

II Caso o docente proponente discorde do parecer apresentado, a ele é facultado o direito de apresentar o projeto para outro parecerista;

III Os projetos de pesquisa que tiverem obtido aprovação de instituição de fomento local, regional, nacional ou internacional estão isentos de qualquer avaliação interna, sendo, desse modo, imediatamente considerados aprovados pelo Colegiado;

IV Os docentes que tiverem seus projetos aprovados terão direito a até 20 (vinte) horas semanais para desenvolvimento de suas pesquisas;

V Os projetos de pesquisa poderão ser desenvolvidos no prazo de até dois anos, prorrogáveis por mais dois;

VI Executado do projeto, o docente deverá entregar à coordenação uma declaração de suas atividades;

VII Caso o docente não apresente a declaração, ele não poderá submeter novo projeto até que regularize a situação do projeto pendente.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 As modificações deste Regimento poderão ser propostas pelo/a Coordenador/a ou qualquer membro do Colegiado e deverão ser aprovadas por dois terços dos membros do Colegiado em seguida seguirá os trâmites legais.

Art. 51 Os casos omissos serão decididos por dois terços dos membros do Colegiado do Curso.

Art. 52 Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado dos

Curso de História da Universidade Federal do Amapá.
Macapá/Amapá, 7 de maio de 2014.

Apêndice B – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA

I INTRODUÇÃO

O Regimento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em História tem por base a Resolução n. 1, de 17 de junho de 2010.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica.

II ATRIBUIÇÕES DO NDE

- I Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de Pesquisa e Extensão, oriundas de necessidades da Graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- IV Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais no âmbito do Curso;
- V Liderar os trabalhos de elaboração, implementação, revisão e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos.

III CONSTITUIÇÃO

O NDE será constituído pelo Coordenador do Curso, como seu presidente nato, e pelo menos por mais quatro docentes atuantes no curso de Graduação, que satisfizerem os seguintes requisitos:

- I Ter, pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- II Ter pelo menos 50% de seus membros em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva;
- III Cada um dos seus quatro membros fica responsável diretamente por setor acadêmico, quais sejam: Extensão e Atividades Complementares; Pesquisa; Estágio Supervisionado e Prática de Ensino e Trabalho de Conclusão de Curso. Os membros do NDE serão indicados pelo Colegiado do Curso e sua composição será renovada a cada três anos, na proporção de um terço de seus membros, como forma de assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do Curso.

IV DAS REUNIÕES

O NDE deverá realizar reuniões ordinárias mensais, com registro das atividades desenvolvidas em ata. Os membros atuantes no NDE poderão contabilizar duas horas semanais pela totalidade das atividades desenvolvidas no PAID, dentre as atividades administrativas.

Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do NDE será exercida pelo docente integrante que apresente maior tempo de serviço na UNIFAP.

Apêndice C – REGULAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES, DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 1º A Extensão universitária é entendida nos termos do Plano Nacional de Extensão Universitária como o processo educativo e científico que busca articular o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável, visando à relação integradora e transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

Art. 2º As atividades de Extensão visam compartilhar com a comunidade o conhecimento sistematizado pelo saber humano e o produzido pelos Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em História.

Art. 3º A Extensão constituir-se-á numa prática permanente de interação Universidade/Sociedade, dando-se prioridade a iniciativas voltadas para a comunidade extra-Campus.

Art. 4º O objetivo geral das atividades de Extensão é tornar acessível à sociedade o conhecimento e a cultura de domínio do Curso de História, sejam eles originados de sua própria produção ou da sistematização do conhecimento universal disponível.

Art. 5º As atividades de Extensão têm os seguintes objetivos específicos:

I Otimizar as relações entre Universidade e Sociedade;

II Democratizar o acesso ao conhecimento;

III Articular Ensino e Pesquisa com as demandas sociais e culturais da população;

IV Preservar e valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade cultural.

Art. 6º Consideram-se como Extensão as seguintes modalidades, em conformidade com a Resolução n. 09/2006 - UNIFAP.

a) Projetos: São conjuntos de ações extensionistas interrelacionadas e de maior amplitude, envolvendo atividades interdisciplinares eventuais ou permanentes, executados de acordo com uma das linhas prioritárias de ação extensionista definidas pelo Plano Nacional de Extensão, quais sejam: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho;

b) Cursos: São atividades de ensino acadêmico, técnico, cultural e artístico. Especialização e aperfeiçoamento — modalidade Extensão universitária, difusão cultural, ministrados por docentes do Curso, não capituladas no âmbito regulamentado do ensino de Fundamental e Médio, de Graduação e de Pós-Graduação *lato sensu* e *strito sensu*;

c) Eventos: São ações que envolvem organização, promoção ou atuação, implicando em apresentação pública, livre ou para clientela específica, objetivando a difusão de conhecimentos, científicos, técnicos e culturais tais como: congressos, semanas acadêmicas, seminários, feiras, fóruns e similares, desenvolvidos, acumulados ou reconhecidos pelo Curso de História;

d) Serviços: São atividades de caráter permanente ou eventual que compreendam a execução de atendimentos diversos voltados diretamente para a comunidade; ou a participação em tarefas profissionais fundamentadas em habilidades e conhecimentos de domínio do historiador;

e) Assessorias/Consultorias: Consistem em acompanhamento e parecer a órgãos públicos e comunidades, nas áreas de domínio do Curso de História.

Art. 7º Um Programa de Extensão é composto por um conjunto de projetos de Extensão realizado com o mesmo objetivo e sob uma coordenação comum.

CAPÍTULO II – DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Art 8º As atividades de Extensão podem ser também desenvolvidas como dimensão complementar de Ensino e Pesquisa, devendo cada atividade ser comunicada ao Departamento de Extensão-DEX/Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), para efeito de registro e catalogação.

Art. 9º As atividades de Extensão terão seu registro no sistema computacional em vigor pelo preenchimento dos formulários próprios fornecidos pelo DEX que, após aprovadas pela PROEAC, passam a integrar a base de dados da UNIFAP.

Art. 10 Todas as propostas e relatórios de atividades de Extensão devem ser devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso e enviados ao DEX/PROEAC devidamente documentados quanto à avaliação de mérito e aprovação, para registro no cadastro de programas e projetos de Extensão da UNIFAP.

Art. 11 O Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos poderão propor atividades de Extensão, desde que sob a supervisão de um professor do Curso e após aprovação da proposta pelo Colegiado.

Art. 12 A carga horária destinada aos projetos de Extensão deve ser incluída no PAID, sendo que o coordenador do projeto pode alocar 10 horas para essas atividades, enquanto os colaboradores 4h, com a indicação do número de registro indicado pelo DEX.

Art. 13 A Coordenação do Curso manterá registros atualizados das atividades de Extensão.

Art. 14 Os projetos e programas de Extensão terão a duração máxima de 2 (dois) anos, podendo ser renovados após a aprovação dos relatórios parciais, anual e/ou final.

Parágrafo único. Os projetos e programas que não apresentarem relatório anual das atividades não podem concorrer ao Programa de Bolsas de Extensão e não podem ser renovados.

Art. 15 As atividades de Extensão devem ser coordenadas por professores que desempenhem atividade na área de conhecimento da atividade.

Parágrafo único. Para cada docente participante de atividade de Extensão poderão ser alocadas no PAID até 20 (vinte) horas semanais de atividades quando for coordenador de projeto, 10 (dez) para cada projeto, até 8h se for colaborador em projetos, 4h para cada projeto, coordenador de ações comunitárias e prestação de serviços até 2h, coordenador de eventos ou cursos até 1h semanal, conforme determinação da Resolução n. 20/2015 que estabelece as diretrizes do PAID.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 16 Compete aos Colegiados dos Cursos:

I Estabelecer as políticas, metas e programas de Extensão para o Curso;

II Apreciar os relatórios dos projetos de Extensão elaborados pelo próprio Coordenador, quanto à contribuição para a integração com o Ensino e a Pesquisa, para o acesso ao conhecimento e a consecução dos objetivos propostos;

III Aprovar o relatório anual das atividades de Extensão desenvolvidas pelo Curso e elaborar o relatório final a ser encaminhado ao DEX;

IV Apreciar as propostas de Extensão dos docentes;

V Acompanhar e avaliar as atividades de Extensão;

VI Apoiar negociações para obtenção de recursos para projetos de Extensão.

Parágrafo único. As propostas para a realização de cursos e projetos de Extensão só poderão ser desenvolvidas após obter a aprovação do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DE PROJETOS

Art. 17 Cabe aos coordenadores de atividades e programas extensionistas planejar, elaborar propostas, administrar recursos, providenciar ou negociar a divulgação, realizar, coordenar, encaminhar para registro, prestar contas e apresentar relatório à instância universitária pertinente.

CAPÍTULO V – DA TRAMITAÇÃO DE REGISTRO DAS PROPOSTAS

Art. 18 Todas as atividades de Extensão propostas devem ser registradas em formulário próprio disponível no sistema da UNIFAP, e após aprovação pelo Colegiado devem ser encaminhadas à Coordenação, para que o Coordenador possa encaminhar ao DEX para apreciação e registro, independentemente de inclusão na carga horária do docente ou necessidade de apoio financeiro.

Art. 19 Projetos de Extensão que envolvam vários Departamentos/Unidades, devem ser aprovados no Conselho/Colegiado da Unidade do proponente, ouvidos os demais setores envolvidos.

Art. 20 No caso de que algum dado ou informação não esteja informado no formulário de Extensão disponibilizado pelo DEX no sistema, o projeto será devolvido à Coordenação, que devolverá ao docente, pelo sistema, o projeto para as devidas correções, após o que deve ser devolvido à Coordenação para homologação e reencaminhamento ao DEX.

Art. 21 Os projetos aprovados terão seus dados registrados no DEX/PROEAC e serão devolvidos à Unidade/Órgão para conhecimento e arquivo.

Art. 22 Caso alguma das atividades previstas em um Projeto de Extensão seja cancelada ou sofra modificações em seu plano de execução, deverá notificar de imediato a PROEAC, para que sejam registradas as alterações no Sistema de Informação do DEX/PROEAC.

Art. 23 Os projetos deverão dar entrada no DEX/PROEAC com um mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data de início da execução.

Art. 24 Após a execução do projeto deverá ser elaborado um relatório - em formulário padrão, fornecido pelo DEX/PROEAC, e encaminhado à Pró-Reitoria.

Art. 25 Quando o projeto envolver órgãos financiadores, deve-se anexar convênio ou outro documento que comprove apoio financeiro ou aprovação junto a entidade(s) financiadora(s).

Art. 26 Para efeito de emissão de certificados, pela Coordenação ou pelo DEX, aos coordenadores, instrutores, bem como inclusão no relatório de atividades docentes, progressão funcional e de eventual remuneração nos termos vigentes na Universidade, só serão consideradas as ações de Extensão registradas no Departamento de Extensão.

Art. 27 O certificado de aproveitamento será conferido ao participante que, além de cumprir 75% de presença, também alcançar os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e divulgados pelo coordenador, e aferidos através dos procedimentos de avaliação previstos para a atividade.

Art. 28 Os certificados de participação em projetos de Extensão serão expedidos pela Coordenação do Curso e assinados pelo(a) Pró-Reitor(a) de Extensão e Ações Comunitárias, pelo(a) Diretor(a) do Departamento de Extensão e pelo(a) Coordenador(a) Geral do Projeto, constando o número de registro no sistema.

Art. 29 No certificado constará o nome do participante e das Instituições envolvidas na execução da atividade, a natureza da atividade, a unidade executora, o ministrante, o período de execução e a carga horária.

Art. 30 As atividades de Extensão serão desenvolvidas na Universidade ou fora dela, com recursos humanos, materiais e financeiros, próprios ou não.

§ 1º A captação de recursos financeiros para a viabilização das atividades de Extensão será de responsabilidade do proponente.

§ 2º Poderão ser fixadas taxas de inscrição, visando cobrir, parcial ou integralmente, os custos da respectiva atividade de Extensão.

CAPÍTULO VI – DO PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO

Art. 31 Programa de bolsa de Extensão tem por objetivo viabilizar e apoiar a participação de alunos regulares de Cursos de Graduação no processo de interação entre a Universidade e a sociedade, através de atividades acadêmicas que contribuam para a sua formação profissional e para o exercício da cidadania que atendam à política de Extensão.

Art. 32 A bolsa de Extensão é um auxílio financeiro proporcionado pela Universidade ao aluno de Graduação vinculado a um projeto de Extensão, orientado e acompanhado por um professor da carreira do magistério, no efetivo exercício de suas funções.

Parágrafo Único. Compete à PROEAC a responsabilidade pela coordenação, operacionalização, acompanhamento e avaliação do referido Programa, que é regulamentado pela Resolução que Regulamenta a Extensão Universitária no âmbito da UNIFAP.

Art. 33 O coordenador de projeto de Extensão poderá solicitar bolsa ao Departamento de Extensão.

Art. 34 A participação dos alunos nas atividades de Extensão será registrada pelo Colegiado de Curso para efeito de Histórico Escolar e vida acadêmica, em geral.

CAPÍTULO VII – DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 35 A Curricularização da Extensão no Curso de Licenciatura em História procura atender à estratégia 12.7 da Lei 13.005/2014 e à Portaria n. 2498/2016 – PROGRAD/UNIFAP, que determina que "a implantação ocorrerá gradativamente a partir do 1º semestre/2017, no limite de implantação até o 1º semestre/2020, para todos os cursos."

Artigo 36 Em cumprimento à Lei 13.005/2014, o Curso de Licenciatura em História, em seu currículo, assegura no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigido Graduação, em Programas e Projetos de Extensão universitária, a partir do 1º Semestre/2017.

Parágrafo único. O total de créditos corresponde à soma das horas dos componentes curriculares, incluindo Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, Prática Pedagógica e Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 37 A Extensão universitária como componente curricular obrigatório no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História se desenvolverá de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade;

Art. 38 A carga horária total de Extensão prevista no PPC ficará registrada ao final da matriz curricular e fluxograma das disciplinas, como parte dos créditos necessários para a integralização do Curso.

Art. 39 A curricularização das Atividades de Extensão pode ser efetivada como:

I Parte dos componentes curriculares;

II Componentes curriculares específicos de Extensão;

III Composição dos itens I e II.

Parágrafo único. No Curso de Licenciatura em História a curricularização da Extensão se dará pela composição dos itens I e II.

Art. 40 Atividades de Extensão como parte dos componentes curriculares:

§ 1º Ligam-se a cinco Oficinas Pedagógicas e a sete disciplinas de Prática Pedagógica, com carga horária de Extensão estabelecida da seguinte forma:

Componente Curricular	CARGA HORÁRIA				Créditos
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Relações Etnicorraciais	20	20	20	60	4
Prática Pedagógica I	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica II	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica III	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica IV	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica V	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VI	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VII	20	40	15	75	5
Total	240	380	205	825	55

§ 2º Essas atividades de Extensão podem ser desenvolvidas em qualquer escola da rede pública ou privada de ensino, nas dependências da própria UNIFAP, bem como em qualquer setor ou órgão, no qual os acadêmicos possam desenvolvê-las.

§ 3º Os alunos devem desenvolver projetos, preferencialmente, de cunho pedagógico a partir das experiências vivenciadas nas oficinas e disciplinas acima citadas.

§ 4º As atividades de Extensão vinculadas aos componentes curriculares deverão estar ligadas a programas/projetos cadastrados no DEX-Pró-Reitoria de Extensão.

§ 5º A descrição das atividades a serem desenvolvidas deverão estar claramente definidas no Plano de Ensino, que deverá descrever a carga horária de Extensão prevista na Ementa do componente curricular as competências, conteúdos, formas de abordagem didática e bibliografia, bem como horário de desenvolvimento das atividades, além de apresentar uma descrição breve do tipo de atividade de Extensão que será desenvolvida.

§ 6º Para que a Extensão seja curricularizada em um componente curricular obrigatória, a carga horária não poderá ultrapassar 50% da do componente curricular, pois este se caracteriza como Ensino, não podendo ser composto por um percentual maior de Extensão.

§ 7º A avaliação da Atividade de Extensão dentro de um componente curricular deverá ser feita de acordo com a sistemática de avaliação institucional e obedecerá à seguinte sistemática:

I A avaliação da Atividade de Extensão será realizada por um relatório desenvolvido pelo aluno, ao qual deve ser anexada declaração de um responsável pela Unidade/local, onde foi desenvolvida a atividade, a respeito da qual deve constar o título, público envolvido, data e carga horária.

II Cabe ao professor da disciplina indicar se o relatório será uma das Avaliações Parciais ou a Avaliação Final.

Art. 41 Atividades de Extensão ligadas a componentes curriculares específicos de Extensão:

§ 1º Deverão estar devidamente vinculadas a projetos/programas de Extensão, registrados conforme normativa de Extensão no DEX/PROEAC, obedecendo a carga horária múltipla de 15 horas (1 crédito, conforme Portaria Normativa n. 01/2016 – PROGRAD/UNIFAP).

§ 2º Os Planos de Ensino das atividades ligadas aos componentes específicos de Extensão deverão descrever claramente nas Ementas as atividades a serem desenvolvidas, a carga horária, as competências, os conteúdos, formas de abordagem didática e bibliografia.

§ 3º Os componentes curriculares específicos de Extensão só podem ser realizados na forma de Programas ou Projetos de Extensão e comporão a matriz curricular do curso, possuindo **Ementa** específica.

§ 4º O Curso de Licenciatura em História apresenta cinco componentes curriculares específicos de Extensão: Atividade de Extensão I, II, III, e V com 30h e Atividade de Extensão IV com 45h ofertadas do segundo ao sexto semestre letivo.

Componente Curricular	CARGA HORÁRIA				Créditos
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Atividade de Extensão I	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão II	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão III	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão IV	-	-	45	45	3
Atividade de Extensão V	-	-	30	30	2
Total	-	-	165	165	11

§ 5º As atividades de Extensão vinculadas aos componentes curriculares específicos de Extensão deverão estar vinculadas a programas/projetos cadastrados no DEX- Pró-Reitoria de Extensão.

§ 6º A avaliação dos discentes na participação dos componentes curriculares específicos de Extensão será realizada por meio de:

I Avaliação única;

II Apresentação de relatório, ao qual deve ser anexada declaração do responsável pela Unidade/local, onde foi desenvolvida a atividade, sobre a qual deve constar título, público envolvido, data e carga horária;

III Caso o professor da disciplina queira promover outro tipo de avaliação, deverá passar por aprovação do Colegiado.

§ 7º O acadêmico poderá solicitar aproveitamento de Atividades de Extensão, desde que a participação seja em projetos/programas institucionalizadas no âmbito da Universidade Federal do Amapá. Para tanto deve observar:

I O vínculo com sua área de formação;

II O período em que foi efetivada a atividade: a) para alunos que ingressaram via ENEM a atividade deve ter sido desenvolvida a partir da data de ingresso no Curso até a sua finalização; b) para alunos que ingressaram via Vestibulinho ou foram transferidos: a partir da data de ingresso no Curso, até sua finalização;

III A impossibilidade de creditar atividades de Extensão realizadas junto a outro Curso de Graduação, no caso de alunos que já são formados em outros Cursos.

IV Para fins de aproveitamento de atividades de Extensão, o acadêmico deverá:

a) acumular a carga horária certificada até completar a carga horária do componente curricular;

b) preencher uma requisição na coordenação, anexar seu Relatório das Atividades desenvolvidas junto a um projeto de Extensão, que esteja cadastrado no DEX, coordenado por um professor do Curso de História, acompanhado com a nota do Relatório por ele atribuída;

c) seguir o mesmo trâmite, porém no caso de o aluno ter participado de projeto de Extensão de professor de outro Curso a aprovação do aproveitamento de créditos será feita pelo Colegiado, desde que tal Projeto ou Programa de Extensão esteja vinculado ao item I deste Parágrafo.

Quadro resumo das Atividades de Extensão:

Componente Curricular	CARGA HORÁRIA				Créditos
	Teórica	Prática	Extensão	Total	
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Diversidade	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Inclusiva	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Direitos Humanos	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação Ambiental	20	20	20	60	4
Oficina Pedagógica Extensionista: Educação e Relações Etnicorraciais	20	20	20	60	4
Prática Pedagógica I					
Prática Pedagógica I	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica II					
Prática Pedagógica II	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica III					
Prática Pedagógica III	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica IV					
Prática Pedagógica IV	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica V					
Prática Pedagógica V	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VI					
Prática Pedagógica VI	20	40	15	75	5
Prática Pedagógica VII					
Prática Pedagógica VII	20	40	15	75	5
Atividade de Extensão I					
Atividade de Extensão I	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão II					
Atividade de Extensão II	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão III					
Atividade de Extensão III	-	-	30	30	2
Atividade de Extensão IV					
Atividade de Extensão IV	-	-	45	45	3
Atividade de Extensão V					
Atividade de Extensão V	-	-	30	30	2
Total					
Total	240	380	370	825	55

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História, não podendo ir contra as normativas da UNIFAP.

Apêndice D – REGULAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

I INTRODUÇÃO

Este manual abordará as questões mais relevantes quanto à Prática Pedagógica como componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em História. Trata-se do conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios do trabalho pedagógico, seja ele de natureza técnica ou docente, desenvolvido em espaços escolares e não escolares. Está contemplada no Projeto Pedagógico do Curso, com tempo e espaço curriculares específicos e inicia no primeiro ano de estudos, estendendo-se ao longo de todo o itinerário formativo.

O Regulamento da Prática Pedagógica do Curso de Licenciatura em História tem por base:

- a) Pareceres e Resoluções de caráter Nacional que regulamentam a Prática Pedagógica nos Cursos de Licenciatura;
- b) Resolução n. 08, de 25/07/2010- CONSU, que regulamenta a Prática Pedagógica, como componente curricular obrigatório, nos Cursos de Licenciatura, no âmbito da UNIFAP.

II OBJETIVOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

- a) Promover a real aplicação dos conhecimentos advindos do Curso de Licenciatura em atividades técnico-pedagógicas e de Ensino, desenvolvidas em ambientes educativos;
- b) Desenvolver atividades que envolvam articulação com os órgãos normativos, executivos e pedagógicos, dos sistemas de ensino;
- c) Aproximar os alunos da realidade escolar, com trabalho de campo, levando-os a compreender as problemáticas e as complexidades existentes na dinâmica da Escola;
- d) Envolver alunos em atividades desenvolvidas por docentes atuantes na Educação Básica, de modo a levá-los à vivência do ato de planejar, executar e avaliar o processo ensino-aprendizagem;
- e) Conhecer a instituição escolar, no plano filosófico, organizacional e gerencial, com base em seu Projeto Pedagógico, avaliando suas limitações e possibilidades;
- f) Assegurar o exercício permanente da pesquisa nos ambientes educativos, para compreender o ato de planejar, executar e avaliar situações de ensino-aprendizagem;
- g) Propor desafios aos alunos, por meio de situações-problema existentes no cotidiano educativo, dando-lhes oportunidade de identificar alternativas de superação;
- h) Propiciar aos alunos experiências de investigação, baseadas nos conhecimentos científicos adquiridos no desdobramento do Curso de Licenciatura.

III CARGA HORÁRIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Prática Pedagógica no Curso de Licenciatura em História tem carga horária de 420 horas distribuídas ao longo dos 8 (oito) semestres constitutivos do Curso, iniciando no segundo semestre.

IV ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Prática Pedagógica no Curso de Licenciatura em História pode assumir múltiplas formas, dentre as quais se destacam:

- a) Observação/reflexão/ação acerca de fenômenos educativos presentes em espaços escolares e não escolares;
- b) Atuação em situações didático-pedagógicas contextualizadas, visando à resolução de problemas característicos do cotidiano profissional;
- c) Desenvolvimento de atividades que envolvam elementos da cultura, tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produção de alunos, situações simuladas e estudos de caso, relacionados aos cenários de ensino e aprendizagem.

A Prática Pedagógica no Curso será desenvolvida por meio de sete disciplinas com carga horária de 75 horas (20 h teóricas, 40 h práticas e 15 h de Extensão), assim discriminadas:

- Prática Pedagógica I: Ênfase em Arqueologia e História Antiga;

- Prática Pedagógica II: Ênfase em Educação Ambiental e Educação Patrimonial;
- Prática Pedagógica III: Ênfase em História Medieval e História Moderna;
- Prática Pedagógica IV: Ênfase em História e Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas;
- Prática Pedagógica V: Ênfase em História da América Portuguesa e História do Brasil;
- Prática Pedagógica VI: Ênfase em História das Américas e História Contemporânea;
- Prática Pedagógica VII: Ênfase em História do Amapá e História da Amazônia.

V ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

- a) Elaborar Plano de Trabalho específico para cada nível de Prática Pedagógica, em conjunto com os professores das disciplinas relacionadas;
- b) Articular, para o desenvolvimento das disciplinas, não só a participação dos acadêmicos, mas também de todos os professores relacionados às disciplinas de Prática Pedagógica;
- c) Promover o desenvolvimento da Prática Pedagógica numa perspectiva interdisciplinar;
- d) Orientar e acompanhar os acadêmicos no cumprimento das atividades propostas;
- e) Desenvolver avaliações semestrais, no âmbito do Colegiado de Curso, no que tange ao desenvolvimento da disciplina.

VI ATRIBUIÇÕES DO ALUNO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

- a) Cumprir as orientações para o desenvolvimento da Prática Pedagógica através do plano de trabalho previsto;
- b) Demonstrar responsabilidade e organização no desenvolvimento da disciplina;
- c) Atender às normas da Instituição (escola-campo);
- d) Participar das avaliações de desempenho individual e coletivo, sempre que solicitado;
- e) Manter atitude ético-profissional no desempenho de todas as atividades da Prática Pedagógica.

VII AVALIAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A avaliação das disciplinas de natureza pedagógica volta-se ao desempenho do acadêmico durante o desenvolvimento da Prática Pedagógica e abrangerá aspectos relacionados aos objetivos expressos no Plano de Trabalho previsto. Será concluída a partir de no mínimo dois processos avaliativos realizados ao longo do semestre, por ocasião da oferta ou reoferta de cada disciplina. O processo avaliativo final deverá culminar com a realização de oficinas temáticas no espaço escolar.

VIII COMISSÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Comissão será formada pelos professores que atuam com as disciplinas pedagógicas do Curso de Licenciatura em História, sendo presidida pelo professor indicado pelo Colegiado do Curso para atuar no NDE, na área de Prática de Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado. As atribuições de tal Comissão consistem em:

- a) Subsidiar o Colegiado do Curso, sugerindo normas que contribuam para a elaboração e revisão do regulamento da Prática Pedagógica do Curso de Licenciatura em História;
- b) Contatar instituições de ensino, que ofereçam atuação na modalidade de Licenciatura, para possibilitar número de vagas de Prática Pedagógica para a formação de futuros professores;
- c) Sugerir ao Colegiado de Curso, modelos de documentos necessários ao desenvolvimento e avaliação das disciplinas de Prática Pedagógica;
- d) Manter contato entre o Curso de Licenciatura em História e as entidades onde são realizadas as atividades, de forma a preservar os objetivos da Prática Pedagógica do Curso;
- e) Elaborar e propor instrumentos para a avaliação geral no âmbito da Prática Pedagógica;
- f) Realizar anualmente, ou sempre que solicitado pelos órgãos competentes, avaliação geral da Prática Pedagógica do Curso;
- g) Cumprir e fazer cumprir, por parte dos alunos, orientadores, supervisores, os dispositivos que regulam a Prática de Pedagógica.

Apêndice E – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

I INTRODUÇÃO

Este Regulamento abordará as questões mais relevantes quanto ao Estágio Supervisionado em Docência, que consiste em um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, no caso as escolas de Educação Básica, sob supervisão. Possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano.

O Regulamento do Estágio Supervisionado em Docência do Curso de Licenciatura em História tem por base:

- a) Pareceres e resoluções de caráter Nacional que dispõem sobre o Estágio Curricular obrigatório nos Cursos de Licenciatura;
- b) Resolução n. 02/2010, de 26/02/2010 – CONSU, que regulamenta o Estágio Supervisionado, no âmbito da Universidade Federal do Amapá.

II OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- a) Estabelecer conexões reais entre a formação acadêmica e o mundo profissional;
- b) Associar os conhecimentos adquiridos durante o Curso às habilidades que o profissional precisa desenvolver para “saber-fazer” frente às exigências da sociedade e das organizações;
- c) Propiciar aos acadêmicos espaços e experiências profissionais, para o desenvolvimento de competências voltadas à solução de problemas;
- d) Complementar o processo ensino-aprendizagem promovido pelo Curso de Graduação, mediante o fortalecimento das potencialidades do aluno e de seu aprimoramento profissional e pessoal.

III CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado tem carga horária de 420 horas, iniciando a partir do 5º semestre.

IV ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado será composto das seguintes etapas:

I Diagnóstica: caracterizada pela observação e contextualização dos espaços escolares, visando identificar condições estruturais, materiais, humanas, administrativas e organizacionais do campo de Estágio, dentre outros aspectos pertinentes à formação;

II Projetual: caracterizada pela tessitura de Plano de Ação Educativo, de caráter investigativo e interventivo, fundado nos dados levantados na fase Diagnóstica;

III Interventiva: caracterizada pela execução do Plano de Ação na escola-campo, observado o calendário de atividades da Instituição;

IV Sistematizadora: caracterizada pela elaboração do Relatório de Estágio, documento-síntese da produção do conhecimento, construído no decurso das fases Diagnóstica, Projetual e Interventiva.

O Estágio Supervisionado será desenvolvido através de quatro disciplinas com carga horária de 105 horas (20h teóricas e 85h práticas) assim discriminadas:

- Estágio Supervisionado em Docência I – Ensino Fundamental
- Estágio Supervisionado em Docência II – Ensino Fundamental
- Estágio Supervisionado em Docência III – Ensino Médio
- Estágio Supervisionado em Docência IV – Ensino Médio.

V ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- a) Elaborar Projeto específico para o desenvolvimento da disciplina, baseado no Projeto-Referência do Estágio Supervisionado, observando os pré-requisitos e o *status* do componente dentro da matriz curricular, bem

como os diferentes níveis de composição da disciplina, de modo a promover o desdobramento lógico do itinerário formativo;

- b) Visitar, avaliar e selecionar, juntamente com a Comissão de Estágio, as escolas previstas para receber os Alunos-estagiários e, quando possível, ouvi-los;
- c) Apresentar e encaminhar, oficialmente, os Alunos-estagiários às respectivas escolas-campo de Estágio;
- d) Orientar, supervisionar e avaliar, pontualmente, o desenvolvimento do Estágio que esteja sob sua responsabilidade dentro do semestre letivo;
- e) Estimular e valorizar, intra e extra Universidade, experiências inovadoras de Estágio desenvolvidas pelos Alunos-estagiários.

VI ATRIBUIÇÕES DO ALUNO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

- a) Cumprir o Projeto do Estágio Supervisionado, em todas as suas etapas constitutivas, por meio do Plano de Trabalho previsto;
- b) Demonstrar responsabilidade e organização no desenvolvimento do Estágio;
- c) Atender às normas da Instituição (escola-campo);
- d) Participar das avaliações de desempenho individual e coletivo, sempre que solicitado;
- e) Manter atitude ético-profissional no desempenho de todas as atividades do Estágio.

VII AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A avaliação das disciplinas de natureza pedagógica estará voltada para o desempenho do acadêmico durante o desenvolvimento do Estágio e abrangerá aspectos relacionados aos objetivos expressos no Plano de Trabalho previsto. Será no mínimo concluída a partir de dois processos avaliativos realizados ao longo do semestre, por ocasião da oferta ou reoferta de cada disciplina. Nas disciplinas de Estágio Curricular, o processo avaliativo final deverá culminar com a apresentação do Relatório de Estágio em concordância com o Projeto de Ensino elaborado e desenvolvido pelo acadêmico no campo de Estágio.

VIII COMISSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Comissão será formada pelos professores que atuam com as disciplinas pedagógicas do Curso de Licenciatura em História, sendo presidida pelo professor indicado pelo Colegiado do Curso para atuar no NDE na área de Estágio Supervisionado. São atribuições dessa Comissão:

- a) Subsidiar o Colegiado do Curso, sugerindo normas que contribuam para a elaboração e revisão do regulamento do Estágio Supervisionado;
- b) Contatar instituições de ensino que ofereçam atuação na área da Licenciatura, para possibilitar número de vagas de Estágio para a formação dos professores em processo formativo;
- c) Sugerir ao Colegiado de Curso, modelos de documentos necessários ao desenvolvimento e avaliação do Estágio Supervisionado;
- d) Manter contato entre o Curso de Licenciatura em História e as entidades onde será realizado o Estágio Supervisionado, preservando-lhes os objetivos;
- e) Elaborar e propor instrumentos para a avaliação geral no âmbito do Estágio Supervisionado;
- f) Realizar anualmente, ou sempre que solicitado pelos órgãos competentes, avaliação geral do Estágio Supervisionado;
- g) Cumprir e fazer cumprir, por parte dos alunos, orientadores, supervisores, os dispositivos que regulam o Estágio Supervisionado.

Apêndice F – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DOS CURSOS DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA

Este Regulamento estabelece as normas para a preparação e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no âmbito do Curso de Licenciatura em História da UNIFAP.

I DA NATUREZA DO TCC

1.1 O TCC é um requisito obrigatório para a obtenção do grau licenciado em História pela UNIFAP. Destina-se a proporcionar, aos acadêmicos, experiências com atividades de pesquisa relativas aos saberes históricos e/ou historiográficos, ensino de História, bem como temas e áreas correlatos.

1.2 O TCC deverá consistir no resultado final de um trabalho de pesquisa histórica orientada por um professor indicado pelo Colegiado dos Cursos de História, e sua autoria deverá ser, preferencialmente, individual, e de forma excepcional, em trio. Na qualidade de instrumento avaliativo para obtenção de grau de licenciatura em História, o TCC consistirá em um estudo sobre caso ou problemática de cunho histórico, aplicado ou não ao ensino, desenvolvido a partir de discussão teórico-metodológica pertinente, preferencialmente gerado a partir de uma linha de pesquisa institucional do Curso.

II DOS OBJETIVOS

Os objetivos do TCC do Curso de Licenciatura em História são aqueles definidos no Art. 3º da Resolução n. 11/2008– CONSU/UNIFAP: “Art. 3º O TCC deve oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento de habilidades e capacidades que envolvam: I Conhecimento teórico básico sobre o que é e como se organiza um projeto de pesquisa; II Autonomia para idealização de projetos diversos, considerando todas as suas etapas; III Elaboração de vários tipos de textos relativos ao projeto (além do próprio texto do mesmo, também resenhas, artigos e monografias); IV Participação em Núcleos ou Grupos de Pesquisa, sob a responsabilidade de professor-orientador; V Avaliação de todo o percurso do processo, tanto coletiva como individualmente, seja em reuniões destinadas a esse fim, seja por meio da realização de relatórios dirigidos ao Colegiado de Graduação, a órgãos de fomento à pesquisa, dentre outros; VI Apresentação/exposição, à comunidade, dos resultados parciais ou finais da pesquisa em fóruns de debates local, regional, nacional, ou internacional.”

III DA ORIENTAÇÃO

3.1 Na orientação de TCC, orientador e orientando terão como roteiro os procedimentos fundamentais da pesquisa histórica, que consistem em:

- a) Levantamento da bibliografia: identificação dos textos teóricos e historiográficos que tratam das questões que se pretende pesquisar;
- b) Levantamento da documentação: localização e listagem das fontes com explicitação de sua pertinência para a pesquisa;
- c) Síntese: coleta de materiais e dados por meio de entrevistas, questionários socioeconômicos, relatos, fotocópias, cópias manuscritas e outros;
- d) Teorização: análise e sistematização dos dados, identificação dos elementos fundamentais, das causas e contradições básicas, por meio de uma diretriz teórica;
- e) Síntese: organização da exposição do material coletado e dos trabalhos elaborados.

3.2 Os orientadores de TCC serão indicados pelo Colegiado dos Cursos de História, considerando, por ordem de importância, os critérios de disponibilidade de carga horária dos professores, suas afinidades para com a proposta contida do projeto de pesquisa e a indicação prévia dos alunos.

3.3 Orientadores externos (oriundos de outros Cursos ou Instituições) somente serão aceitos após a aprovação do Colegiado e o cadastramento deles na Coordenação dos Cursos de História.

3.4 O cadastramento de orientadores externos ocorrerá por meio da entrega de cópia do Currículo Lattes e da Ficha de Cadastro de Orientadores Externos (ver Anexo 1) corretamente preenchida.

3.5 A troca de professor-orientador somente poderá ocorrer com o aval do Colegiado de História.

3.6 São responsabilidades do orientador:

- a) Estabelecer o calendário de encontros de orientação;
- b) Oferecer ao(s) orientando(s) as diretrizes necessárias à realização daquilo que está previsto no item 3.1 deste Regulamento;
- c) Registrar em diário próprio (ver Anexo 2) a frequência do(s) orientando(s) aos encontros de orientação, bem como as atividades de pesquisa por eles realizadas;
- d) Avaliar se o TCC está apto a ser apresentado;
- e) Convidar dois membros para compor, com ele, a Banca Examinadora de apresentação do TCC;
- f) Marcar a data de apresentação, em comum acordo com a Coordenação dos Cursos de História, os demais membros da Banca Examinadora e o(s) orientando(s);
- g) Presidir a Banca Examinadora e providenciar os registros da ata e das notas.

3.7 São responsabilidades do(s) orientando(s):

- a) Comparecer às orientações, conforme cronograma de pesquisa elaborado pelo orientador. Parágrafo único. O orientando que perder mais do que 15 horas/aulas (25% do total da carga horária da disciplina TCC II) de orientação estará reprovado por falta (sem mesmo a possibilidade de troca de orientador dentro do semestre regular). Neste caso, deverá, em dependência, reiniciar o trabalho de pesquisa no semestre seguinte, com novo orientador;
- b) Cumprir as metas estabelecidas pelo orientador nos encontros de orientação;
- c) Cumprir os prazos estabelecidos pela UNIFAP para a produção e apresentação do TCC;
- d) Elaborar o relatório de pesquisa com lisura e honestidade, sem recurso a qualquer forma de plágio e fazendo referência a todos os créditos intelectuais;
- e) Defender o TCC frente à Banca Examinadora, formada por três membros, conforme a seção V deste Regulamento.

Parágrafo único. O não cumprimento das metas nos prazos estabelecidos implicará na reprovação do aluno na disciplina TCC II e na obrigatória matrícula em dependência nesta mesma disciplina.

IV DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO

4.1 Na elaboração do Relatório Final de Pesquisa (RFP), os acadêmicos deverão considerar as seguintes diretrizes:

- a) Apresentar textos com escrita adequada ao trabalho científico;
- b) Não negligenciar as referências bibliográficas, ou seja, após a utilização de qualquer afirmativa que não seja do próprio aluno, o procedimento correto é indicar, através de notas de rodapé ou de sistema autor-data, a obra que serviu de base;
- c) Notas de rodapé e bibliografias finais devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e seus desdobramentos em forma de Normas Brasileiras (NBR).
- d) O TCC deverá ter entre 40 (quarenta) e 60 (sessenta) páginas, ser impresso em papel A4, com a seguinte formatação: a) margens: superior 3 cm; inferior 2,0 cm; esquerda 3 cm; e direita 2,0.

b) espaçamento: 1,5 à exceção de: referências; citações superiores a três linhas; caracterização e natureza do trabalho; e nota de rodapé, que devem ser em espaço simples. c) fonte: formato Times New Roman; tamanho 12 à exceção dos elementos que devem ser em tamanho menor: citações superiores a três linhas, fontes de consulta das ilustrações, notas de rodapé, e paginação.

f) A estrutura do TCC deve conter:

Elementos pré-textuais

- Capa (obrigatório), contendo cabeçalho, no qual deverá constar em linhas subsequentes: “UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ”, “DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS”, “CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA”. Um pouco abaixo, constará o nome completo de autor/es. No centro da página será escrito o título do trabalho. Por fim, na base da página deve constar o local (Macapá), e logo abaixo, o ano de protocolo do TCC.
- Folha de rosto (obrigatório), contendo no cabeçalho o nome completo de autor/es. Mais abaixo, o título do trabalho, e a partir da mancha central até a margem direita justificado e em espaçamento simples, a descrição: “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura /Bacharelado em História, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciado/Bacharel em História.” Logo após, deve constar, alinhado à esquerda, as informações “orientador: titulação e nome e do/a professor/a”, e na linha seguinte, “co-orientador: titulação e nome do/a professor/a”, se for o caso. Por último, local (Macapá) e abaixo, o ano de publicação.
- Folha de aprovação (obrigatório), contendo no cabeçalho o nome completo de autor/es. Mais abaixo, o título do trabalho, e a partir da mancha central até a margem direita, justificado, e em espaçamento simples, a descrição: “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura /Bacharelado em História, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciado/Bacharel em História e, logo abaixo, deve constar, alinhada à esquerda, a data da aprovação. Por último, escrever a expressão ‘Banca Examinadora,’ e na sequência, a titulação e o nome completo dos membros, mais a instituição de origem.”
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo em Língua Vernácula (obrigatório)
- Resumo em Língua Estrangeira (obrigatório)
- Listas de Ilustrações/Tabelas/Abreviaturas e Siglas/Símbolos (opcionais)
- Sumário (obrigatório)

Elementos Textuais

- Introdução
- Desenvolvimento (seções e subseções, até o nível terciário)
- Conclusão

Elementos pós-textuais

- Referências (obrigatório - apenas obras citadas no texto, sejam fontes primárias ou secundárias)
- Glossário (opcional)
- Apêndices (opcional)
- Anexos (opcional).

4.2. O TCC deve ser apresentado à Banca Examinadora em três cópias impressas e, com antecedência mínima de 20 dias antes da apresentação.

Parágrafo único. Uma vez aprovado pela Banca Examinadora, o/os autor têm até 30 dias para entregar a versão definitiva do TCC, na Coordenação do Curso, sob pena de ser impedida sua colação

de grau. Durante este período, serão permitidas alterações não estruturais no texto original, visando incorporar as críticas e sugestões emitidas por ocasião da arguição. A versão final deverá ser entregue na Coordenação, no formato PDF, em cinco CD.

V DA APRESENTAÇÃO DO TCC

5.1 Na apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerará:

- a) A adequação (ou não) do trabalho ao conhecimento histórico;
- b) A fundamentação teórica e empírica do TCC: a) domínio do referencial teórico; b) familiaridade com a historiografia sobre tema, problema e objeto; c) e ocorrência de análise das fontes orientada por referenciais metodológicos pertinentes.

5.2 A defesa do TCC é de natureza pública, devendo ser estimulada a participação dos demais discentes dos Cursos de História, bem como da comunidade acadêmica em geral.

5.3 A Coordenação do Núcleo Docente Estruturante de TCC, Monografia e Monitoria dos Cursos de História será responsável por elaborar um calendário semestral, fixando as datas ou prazos limites para a apresentação de TCC.

Parágrafo único. O TCC entregue após o prazo definido somente poderá ser apresentado no semestre letivo seguinte.

5.4 Uma vez informada da marcação da apresentação, pelo orientador do TCC, a Coordenação dos Cursos de História divulgará no *site* dos Cursos de História e no mural da sua sala: o local e o horário do evento, o(s) nome(s) do(s) autor(es), o título do trabalho e a composição da Banca Examinadora.

5.5 A apresentação do TCC se dividirá em quatro momentos:

- a) Apresentação oral: com duração mínima de 30 e máxima de 40 minutos, consistindo na apresentação do processo de concepção e elaboração do TCC;
- b) Arguição: momento em que os membros da Banca Examinadora, excetuando o presidente (orientador do TCC), apresentarão ao(s) autor(es) do trabalho suas críticas, perguntas e sugestões;
- c) Preenchimento do quadro de notas (ver Anexo 5) do TCC avaliado: momento em que, num espaço reservado, os membros da Banca Examinadora atribuirão a nota do TCC e farão a leitura da ata na presença do público.

Parágrafo único. A nota final do TCC será a média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca;

- e) Divulgação do resultado da avaliação da Banca: quando o presidente da Banca anuncia ao(s) autor(es) e demais presentes a nota final do TCC;

Parágrafo único. O TCC que obtiver nota inferior a 5 (cinco) pontos, será considerado reprovado, devendo ser refeito e reapresentado no semestre letivo seguinte;

- f) Imediatamente após a apresentação do TCC, a Coordenação dos Cursos deverá prover a declaração de participação na Banca Examinadora a cada um dos docentes participantes.

VI DISPENSA DA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA E ENTREGA DE ARTIGO

6.1 O aluno ou aluna poderá solicitar dispensa da obrigatoriedade de elaboração e apresentação do TCC, para obtenção do grau de licenciado/a em História, caso comprovem a publicação de artigo científico em revista especializada, indexada pela CAPES, e cuja classificação *Qualis* seja no mínimo de nível B5, na ocasião em que o artigo for aceito para publicação.

6.2 Além destas, outras condições deverão ser cumpridas:

- a) O aluno deverá ter sido aprovado em no mínimo 50% das disciplinas do Curso;

- b) O artigo deverá ser de autoria exclusivamente individual. No caso de ser um trabalho resultante de projeto coletivo ou grupo de pesquisa, o aluno ou aluna deverá possuir autorização escrita do(s) coordenador(es) de tais grupos e projetos, e fazer menção expressa no artigo ao nome do grupo ou projeto, assim como do(s) coordenador(es);
- c) O artigo deverá ter, no mínimo, 15 páginas. Para o propósito de dispensa do TCC, não serão consideradas resenhas, transcrição e comentários de fontes, ensaios de pesquisa e entrevistas;
- d) O artigo deverá ser um estudo sobre caso ou problemática de cunho histórico, aplicado ou não ao ensino, desenvolvido com base em discussão teórico-metodológica pertinente, preferencialmente gerado a partir de uma linha de pesquisa institucional do Curso;
- e) O aluno deverá fazer referência expressa à sua vinculação como aluno do Curso de Licenciatura em História da UNIFAP;
- f) Caso o artigo seja resultado direto de produções avaliativas (por exemplo, trabalho parcial ou final), debates ou seminários realizados em qualquer uma das disciplinas do Curso de Licenciatura em História da UNIFAP, essa informação deverá constar em nota de rodapé na primeira página do texto, assim como o nome do professor/a que ministrou a referida disciplina;
- g) No caso de ser um artigo resultante de uma disciplina, nas condições acima mencionadas, o aluno ou aluna deverá informar ao professor/a que tenha ministrado a referida disciplina, sua intenção de submeter o trabalho a uma revista, com fins de dispensa do TCC. Caberá ao docente, portanto, aprovar ou vetar o encaminhamento do artigo para submissão em periódico especializado;
- h) Ficará a critério de professores/as ligados ao Curso de História da UNIFAP, orientar a elaboração ou aperfeiçoamento de trabalhos discentes que possam ser publicados e impliquem na dispensa do TCC. Em nenhuma circunstância, porém, o orientador/a poderá assinar o artigo em coautoria com um discente, quando o trabalho visar à dispensa do TCC;
- i) Quando o artigo não for resultado direto de nenhuma disciplina, grupo ou projeto de pesquisa, o aluno ou aluna não precisará de autorização, orientação ou supervisão de nenhum professor ligado ao Colegiado de História da UNIFAP, para publicar trabalho que seja da sua exclusiva autoria, com fins de dispensa do TCC. Sob a condição de que o aluno ou aluna não tenha projeto de TCC em andamento, com orientação já oficializada, e que o artigo cumpra os requisitos anteriores que lhes sejam cabíveis. Caso contrário, será necessária autorização por escrito do orientador/a, para o envio do artigo a alguma revista;
- j) A solicitação de dispensa de TCC, que for amparada em artigo que esteja em discordância com qualquer uma das diretrizes acima, será considerada nula;
- l) Os casos omissos, quanto à produção de artigos que possam embasar pedido de dispensa de TCC, serão decididos pelo Colegiado de História.

VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O presente Regulamento passará a valer a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado dos Cursos de História.

Parágrafo único. Os casos não previstos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado dos Cursos de História.

Apêndice G – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA

I DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

1.1 O Regulamento de AC tem por base a Resolução n. 024/2008, que em seu Artigo 2º determina a todos os Colegiados de Curso que promovam, em seu âmbito de atuação acadêmica, o ajustamento das especificidades de seus respectivos Cursos a esta Resolução, elaborando para tal “Normas Operacionais para Acompanhamento, Validação e Escrituração das Atividades Complementares.”

1.2 As Atividades Complementares são entendidas como componente curricular obrigatório da matriz dos Cursos de Graduação da UNIFAP, que se materializa por estudos e atividades independentes não compreendidas nos vários desdobramentos de práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas.

1.3 As Atividades Complementares devem ser desenvolvidas durante a trajetória acadêmica do aluno e em estreita observância à filosofia, área de abrangência e objetivos de cada Curso.

II DOS OBJETIVOS

I Estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia intelectual do aluno;

II Sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o Curso de Graduação em História;

III Viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade;

IV Articular Ensino, Pesquisa e Extensão com as demandas sociais e culturais da população;

V Socializar resultados de pesquisa produzidos no âmbito da Universidade ou a partir de parceria com entidades públicas e/ou privadas;

VI Valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sociocultural dos povos.

III DAS CATEGORIAS

As Atividades Complementares são categorizadas em sete grupos:

GRUPO DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	CH TOTAL
1 Atividades de Ensino	Frequência, com aproveitamento, às aulas de disciplinas afins ao Curso de História.	Até 60h
	Monitoria acadêmica (sob supervisão de professor responsável pela disciplina).	Até 40h
	Realização de Estágio extracurricular (com contrato formalizado pela universidade).	Até 60h
	Monitoria de Oficina Pedagógica (supervisionada por professor/profissional).	Até 20h
	Monitoria de Curso (Telecurso/Alfabetização Solidária /Curso a distância).	Até 30h
2 Atividades de Pesquisa	Participação em projetos de pesquisa registrados junto ao DPQ, em grupo de pesquisa devidamente registrado no CNPq, em História ou área afim.	Até 60h
	Apresentação de trabalho em Congressos, Encontros, Seminários e Simpósios, em História ou área afim.	Até 30h
	Comunicação em Congressos, Encontros, Seminários e Simpósios, em História ou área afim.	Até 30h
	Publicação de resumos em Anais Congressos, Encontros, Seminários e Simpósios, em História ou área afim.	Até 30h
	Publicação de artigos completos em revistas científicas e Anais de Congressos, em meio eletrônico ou impresso, desde que em História ou área afim.	Até 40h

(Continuação da categorização das AC)

GRUPO DE ATIVIDADES	DESCRIÇÃO	CH TOTAL
③ Atividades de Extensão	Participação de projetos de Extensão devidamente registrados junto ao DEX/PROEAC, em História ou área afim.	Até 60h
	Participação em Cursos de Extensão, Atualização ou Especialização.	Até 60h
④ Participação em Eventos de natureza Artística, Científica e Cultural.	Participação como ouvinte em palestras, Seminários, Simpósios, Encontros, Congressos, Jornadas ou congêneres, em História ou área afim.	Até 180h
	Monitoria /organização de eventos.	Até 80h
	Participação em seções de apresentação de TCC.	Até 60h
	Produção artística e cultural, desde que ligada à área de História ou área afim.	Até 20h
	Visita técnica monitorada (a museus, centros culturais e outras instituições).	Até 20h
⑤ Produções Diversas	Frequência em curso de curta duração, em História, Educação ou área afim.	Até 20h
⑥ Ações Comunitárias	Produção de portfólio, projetos técnicos, vídeos, filmes, material educativo, sites .	Até 80h
	Participação em Projetos Sociais.	Até 60h
	Bolsista (Bolsa Trabalho/UNIFAP).	Até 100h
⑦ Representação Estudantil	Elaboração/execução de Projeto de Prestação de Serviço (com Empresas, Universidades e outros, vinculados à área de formação).	Até 60h
	Exercício de cargo de Representação Estudantil em Órgãos Colegiados.	Até 60h

II A natureza da participação dos acadêmicos deve preservar a identidade com o Curso de História (Licenciatura ou Bacharelado), com a profissão de historiador e/ou do professor de História, mantendo, inclusive, diálogos interdisciplinares com outras Ciências.

III O discente deverá cumprir atividades em pelo menos dois dos três grupos de AC.

IV As atividades de Iniciação Científica, artística cultural, à docência e de Extensão serão computadas independentemente de o discente ser bolsista, devendo ser comprovadas por declaração do professor orientador.

IV DA CARGA HORÁRIA

I Deve integralizar no mínimo 210h e cumprir atividades em pelo menos dois, dentre sete grupos.

II A carga horária computada para apresentação de trabalhos e de comunicações é de 2h por apresentação, caso não venha estipulada na Declaração ou Certificado.

III A carga horária computada para a publicação de resumos é de 1h por resumo.

IV A carga horária computada para publicação de artigo completo é de 8h por artigo.

V As atividades de Iniciação Científica, artística cultural, à docência e de Extensão serão computadas independentemente de o discente ser bolsista, devendo ser comprovadas por declaração do professor orientador.

V DA CONCESSÃO DOS CRÉDITOS

I As AC são de cumprimento obrigatório, não podendo haver dispensa;

II Não serão consideradas, no cômputo das AC, atividades realizadas pelo discente antes do ingresso no Curso de Bacharelado ou Licenciatura em História, salvo nos casos previstos no item III;

III O discente que ingressar na Licenciatura e no Bacharelado em História, da Universidade Federal do Amapá, por meio de transferência está também sujeito ao cumprimento de AC, podendo solicitar

à Coordenação dos Cursos o cômputo de carga horária de AC atribuída pela instituição ou Curso de origem, desde que as AC cumpridas pelo discente em sua instituição/curso de origem sejam compatíveis com as estabelecidas nesse Regulamento.

IV O acadêmico após concluir a carga horária deverá protocolar, junto à Coordenação, seu pedido de integralização das AC. Para tanto, precisará:

- a) receber um formulário (em anexo nesse manual) e preenchê-lo atentamente sem rasuras;
- b) apresentar originais e fotocópias legíveis de documentos, para efeito de conferência, comprovando participação como ouvinte e a carga horária cumprida;

V O cumprimento da agenda para protocolo de comprovantes das AC não garante crédito automático, de forma que o requerente deve aguardar o resultado da análise dos documentos, o qual ficará disponível para consulta no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

VI DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

I Encaminhar os formulários de AC preenchidos pelos alunos ao professor responsável pela análise das AC, para emitir parecer sobre a integralização das atividades apresentadas.

II Após receber os formulários de AC, encaminhar cópia via memorando ao DERCA, para lançamento da carga horária exigida.

III Arquivar os documentos comprobatórios das AC.

IV Comunicar aos Colegiados dos Cursos, ao DFCH, à PROGRAD, e à PROJUR/UNIFAP, casos de falsidade documental ou ideológica nos documentos comprobatórios de AC, para que sejam tomadas as devidas providências.

VII DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA AC

I Obedecer ao prazo de 10 (dez) dias para analisar e devolver os formulários de AC à Coordenação.

II Indeferir a solicitação de crédito das AC, comunicando o fato às Coordenações de Curso, no caso de perceber qualquer falsidade documental ou ideológica.

VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

I Os casos omissos serão decididos pelo Núcleo Docente Estruturante.

II A alteração desse Regulamento é de competência do Núcleo Docente Estruturante, que deve apresentar a proposta de reformulação aos Colegiados de Curso.